

Veiculo: IAF	
Data: 30.06.2021	

30/06/2021

## **GF 120 PONTOS COMO LIMITE – SINAL DE ALERTA PARA OS APOSENTADOS**



Prosseguindo com as tratativas, tanto judicial como administrativa, após colher informações técnicas do escritório de advocacia Azi & Torres sobre a implantação de até 120 pontos da GF nos **proventos da aposentadoria** (proc. nº 0019970-15.2016.8.05.0000), temos a informar o seguinte:

### **PROCESSO JUDICIAL**

O IAF obteve juntamente com o escritório AZI TORRES, judicialmente, despacho exarado no processo, exigindo o cumprimento da ordem mandamental, no dia 17/09/2020, cientificado à SUPREV em 27/10/2020, com o prazo de 30 dias para execução (vide documento abaixo):

Na qualidade de Relatora do Mandado de Segurança nº 0019970-15.2016.8.05.0000, da comarca de Salvador, em que é Impetrante o Sr. Sindicato dos Auditores Fiscais do Estado da Bahia - Iaf Sindical e Impetrados os Srs. Secretário da Administração do Estado da Bahia, Secretário da Fazenda e Superintendente da Suprev, Gestora do Fundo Financeiro da Previdência Social dos Serv. Púb. do Estado da Bahia - FUNPREV, encaminho cópia do despacho de fl. 311 exarado nos autos, a fim de que **tendo ciência pessoal do seu inteiro teor, Vossa Excelência, cumpra no prazo de 30 (trinta) dias, a ordem emitida no acórdão de fls. 197/203.**

Atenciosamente,

  
Desa. *Rosa Falcão de Almeida Maia*  
Relatora

Excelentíssimo Senhor  
Doutor Edelvino da Silva Góes Filho  
DD. Secretário da Administração do Estado da Bahia  
Nesta

  
Edelvino da Silva Góes Filho  
Secretário da Administração  
RECEBIDO  
Em 09/06/2021 às 11:39h  
S/REBUN

Por se tratar de processo físico, em seguida o processo foi colocado em digitalização para ser transformado em eletrônico e poder atuar perante o Judiciário, **fato este que se concluiu somente agora, em 09/06/2021**, concedendo às partes prazo de 30 dias para conferência das peças físicas dos autos digitalizados.

## ATO ORDINATÓRIO DE VIRTUALIZAÇÃO DE AUTOS FÍSICOS

Em conformidade com o quanto constante no Termo de Virtualização e Migração de autos, que dá início a este feito, pelo presente Ato, ficam as partes, por meio de seus Procuradores, e todos a quem possa interessar, **INTIMADOS** de que os autos deste processo foram digitalizados e inseridos na plataforma do sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe, passando a tramitar de maneira exclusivamente eletrônica no âmbito deste Poder Judiciário do Estado da Bahia.

As partes, por meio de seus procuradores, poderão se manifestar, por escrito, no prazo preclusivo de 30 dias, a contar da publicação deste Ato Ordinatório, acerca de eventual desconformidade na digitalização, bem como sobre o desejo de conferir as peças físicas dos autos digitalizados.

Ficam, ainda, intimados de que eventuais recursos internos interpostos anteriormente à tramitação deste feito na plataforma PJe, e sua respectiva tramitação, foram lançados no bojo dos autos principais, sem a numeração complementar típica dos recursos internos interpostos diretamente no PJe.

Publique-se. Intimem-se.



Assinado eletronicamente por: Usuário do sistema - 09/08/2021 10:19:35, Usuário do sistema - 09/08/2021 10:19:35  
<https://pje2g.tjba.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21060910193521500000015855088>  
Número do documento: 21060910193521500000015855088

Num. 16143737 -

### **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA CUMPRIMENTO DA ORDEM JUDICIAL**

Depois de várias intervenções do IAF, a PGE expediu parecer para que a SEFAZ e a SUPREV providenciassem o atendimento do quanto decidido judicialmente, pois o processo **transitou em julgado**.

A SEFAZ fez as planilhas e as enviou à SUPREV, com a inclusão de Auditores Fiscais (AFs) e ATEs.

A SUPREV devolveu o processo para SEFAZ e mandou a CARHU fazer a delimitação do escopo dos servidores para contemplar apenas os AFs, bem como para informar a situação individual de cada um em termos de GF (**média individual de percentuais de GP e média de pontos de GF**), através da elaboração de planilha com todos os associados do IAF.

Esse trabalho foi realizado pela SEFAZ com o escopo restrito aos AFs aposentados **com média de pontos de GF**. Os aposentados antigos (com média em percentuais de GP) ficaram de fora. Assim, mais uma vez o IAF informa tanto para a SEFAZ quanto para a SEFAZ/CARHU que parcela significativa dos AFs aposentados foram excluídos dos cálculos efetivados. Pedimos novamente a confecção dos cálculos para estes colegas.

A CARHU fez a planilha e encaminhou para a SUPREV. Esta, mais uma vez, pediu a manifestação da PGE.

Finalmente, depois de inúmeras cobranças do IAF, veio o parecer da PGE, datado de 14.05.2021, orientando novamente para o cumprimento da decisão judicial.

Logo a seguir, o IAF reiterou pedido à SUPREV visando o complemento do cumprimento da decisão judicial para alcançar os aposentados com **média percentual de GP**, haja vista que houve o cumprimento apenas para cerca de 160 aposentados com **média de pontos de GF**. No entanto, cabe destacar que a Procuradoria Geral do Estado – PGE já tinha se manifestado pelo cumprimento da decisão (inclusive em outros processos de idêntica natureza e envolvendo Auditores Fiscais), para aqueles aposentados até 2002, concedendo aos mesmos o direito à aplicação dos **percentuais de gratificação de produção** obtidos na apostila multiplicados pelo limite máximo de 110 pontos de GF (atualmente fixado em até 120 pontos), cujos pareceres emitidos foram endereçados à SUPREV e à SEFAZ.

Diante desses pareceres da PGE, o IAF cobra da SUPREV o cumprimento integral da decisão judicial.

No entanto, em outro despacho protelatório, em 17.06.2021 a SUPREV encaminha o resultado da diligência da PGE para a Coordenação de Planejamento e Gestão da Despesa Previdenciária – COPEP com o objetivo de realizar nova análise do pleito, momento em que o IAF fez nova intervenção pedindo celeridade.

## **SINAL DE ALERTA**

Diante da situação exposta e tendo o processo de digitalização concluído, o IAF também determinou a adoção das medidas judiciais cabíveis, via escritório AZI TORRES, para o reconhecimento imediato do direito dos Auditores Fiscais, esclarecendo à Desembargadora relatora que somente ocorreu o **cumprimento parcial** do Mandado Judicial, de modo que seja imposto o atendimento da Ordem para os demais beneficiários da decisão judicial, anexando, na oportunidade, a relação dos AFs com esse direito (planilha confeccionada pela SEFAZ/DIRAD/CARHU, inserida em processo administrativo – SEI).

O IAF nunca negligenciou quanto ao cumprimento integral da medida judicial, com o foco na totalidade dos AFs aposentados, e tem trabalhado diuturnamente para ver essa questão resolvida em definitivo.

**IAF – Trabalho e Transparência!**

# ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupotarde.com.br

**CONSUMO** Fatura de luz vai ficar mais cara a partir de julho devido a acréscimo de 52% da bandeira vermelha 2; especialistas dão dicas de como economizar

## Reajuste deve elevar valor da conta de energia em até 8%

RODRIGO AGUIAR

A conta de luz vai ficar mais cara a partir de julho por causa do reajuste de 52% da bandeira tarifária vermelha patamar 2. O sistema já operou em junho com a bandeira vermelha 2, mas agora a taxa extra passará dos atuais R\$ 6,24 para R\$ 9,49 a cada 100 kWh consumidos.

Pelas contas dos especialistas, a mudança deverá representar uma alta entre 4,8% e 8% no valor final da conta. A Fundação Getúlio Vargas (FGV) estima que o reajuste total será de 8,12%. O engenheiro eletricista Luiz Carlos Lima, sócio-fundador e CEO da Voltxs Energia, calcula que uma residência com consumo mensal de 400 kWh pagou, em junho, R\$ 401,43 de energia. Em julho, a conta deverá ser de R\$ 420,69, o que representa aumento de 4,8%.

Aprovado ontem pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o reajuste é decorrente do baixo nível dos reservatórios das hidrelétricas, o que causa o acionamento das termelétricas, mais caras. O custo extra para a geração de energia é repassado aos consumidores pelo sistema de bandeiras tarifárias, criado em 2015.

Especialistas apontam o que os consumidores podem fazer para tentar economizar. “O que mais consome energia são os equipamentos que geram aumento de temperatura, como chuveiro elétrico e ferro de passar”, afirma Pedro Rio, CEO da Clarke Energia. Outro grande “vilão” do consumo de energia é o ar-condicionado. A saída para evitar o aumento da conta, aponta o especialista, é consumir menos ou, eventualmente, fazer adaptações, como trocar o chuveiro elétrico por um a gás, por exemplo.

O cenário, destaca Rio, oferece mais alternativas às empresas, de modo geral. “Hoje, o [consumidor] residencial não tem muita liberdade. As empresas já têm um grau de liberdade maior, como a geração de energia



Tarifa passará de R\$ 6,24 para R\$ 9,49 por 100 kWh

solar ou a compra dessa mesma energia”, diz.

“Os nossos clientes podem economizar energia com mudanças de hábitos ou investindo em aparelhos mais eficientes, lembrando que o investimento inicial se paga com a redução do valor da conta de luz”, afirma Ana Christina Mascarenhas, gerente de eficiência energética da Neoenergia, controladora da Coelba.

Ao comprar eletrodomésticos, a dica é preferir modelos mais eficientes, com o Selo Procel ou a classificação de consumo de energia “A” estabelecida pelo Inmetro. É importante verificar o consumo descrito na etiqueta, porque a variação de uma marca para outra pode ser de até 50% entre aparelhos de mesma capacidade.

Para Lima, o impacto do reajuste na bandeira vermelha não chega a ser “tão relevante quanto se imagina”. “A conta não vai aumentar 50%, como muita gente imagina. Porque incide sobre a parcela a mais que está se pagando, que já estava no nível 2. O absurdo disso é o

modelo brasileiro de energia, que fica dependente dessa questão hidráulica. Quando não tem água, tem que acionar termelétrica, em um país com potencial de energia renovável absurda. Hoje, você poderia ter energia solar em vez de acionar as termelétricas, mas infelizmente estamos muito aquém”, defende.

Rio acredita que a crise hídrica não deverá só causar o impacto na bandeira, mas também no aumento anual geral da energia, que agora só ocorrerá em 2022. Em função da pandemia, e da proibição vigente de cortar energia dos consumidores de baixa renda por inadimplência, o especialista projeta um reajuste semelhante ao desse ano. “O reajuste da Coelba desse ano foi de 9%. A mudança acontece todo dia 22 de abril. Tem uma série de fatores, como a inflação e a própria seca, que não dá para corrigir só com a bandeira. A distribuidora é uma concessão pública. A Coelba tem uma expectativa de ganho sobre essa concessão. Se ela tomar prejuízo,

### VEJA DICAS PARA POUPAR ENERGIA

**SOL** Aproveite a luz natural nos cômodos

**LED** Dê preferência a lâmpadas de LED

**CERTIFICADO** Opte por aparelhos com selo Procel ou Inmetro

**BANHO** Reduza o tempo e use o chuveiro elétrico na posição “verão”

**GELADEIRA** Não coloque alimentos quentes dentro da geladeira, nem roupa molhada na parte de trás para secar

vai repassar no ano seguinte”, explica.

Na última segunda-feira, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirmou que o país atravessa uma crise hídrica e pediu o uso “consciente e responsável” de água e energia pela população. Esta é pior crise hídrica dos últimos 91 anos no Brasil.

### Bandeiras

O sistema de bandeiras tarifárias foi criado em 2015 para sinalizar o custo da geração de energia. Quando o nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas está alto e não há necessidade de acionamento extra de usinas térmicas, a bandeira fica na cor verde e não há cobrança extra.

Quando a bandeira está amarela ou vermelha, há um valor extra a ser cobrado. Entram em vigor as bandeiras vermelhas (1 e 2), mais caras, quando os reservatórios das hidrelétricas estão baixos e é preciso acionar várias termelétricas para assegurar o fornecimento de energia.

### FGV-IBRE

## Inflação do aluguel desacelera em junho

AKEMI NITAHARA

Agência Brasil, Rio de Janeiro

O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), normalmente usado para reajustar os contratos de aluguel, desacelerou em junho e fechou o mês com variação de 0,6%, depois de subir 4,1% em maio. Os dados foram divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV-IBRE).

Com o resultado de junho, o índice acumula alta de 15,08% no ano e de 35,75% em 12 meses. Segundo o instituto, em junho de 2020 o índice havia subido 1,56% e acumulava alta de 7,31% em 12 meses.

### Recuo de commodities

O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) também desacelerou em junho, variando 0,4%, depois de subir 5,2% em maio. O coordena-

dor dos Índices de Preços do Ibre-FGV, André Braz, disse que a desaceleração decorre da valorização do real e do recuo do preço de commodities. “A combinação da valorização do real com o recuo dos preços em dólar de commodities fez o grupo matérias-primas brutas do IPA cair 1,2% em junho, ante alta de 10,1% no mês passado. Com este movimento, a taxa registrou expressiva desaceleração fechando o mês com alta de 0,4%”, informou o instituto.

Por estímulos de processamento, o grupo bens finais subiu 1,32% em junho. No mês anterior, o índice havia registrado alta de 1,59%. O subgrupo alimentos processados deu a principal contribuição para a desaceleração, passando de 2,98% para 2,45%. O índice de Bens Finais subiu 1,95% em junho, desacelerando ante a alta de 2,08% verificada em maio.

tal do índice, seguido por metalurgia (0,25 p.p.), refino de petróleo e produtos de álcool (0,18 p.p.) e produtos de metal (0,09 p.p.).

### Queda do dólar

O gerente do IPP, Manuel Souza Neto, destaca que um dos motivos da desaceleração foi a considerável desvalorização do dólar no mês de maio em 4,9%. “Com isso, uma série de produtos cotados em dólar caíram de preço”, explicou.

Os alimentos tiveram alta de 1,48% em maio, acumulando variação de 8,96% no ano e de 30,54% em 12 meses. Souza Neto disse que o resultado dos alimentos foi influenciado pelos preços praticados no mercado externo e pela estiagem no Brasil, que afetou a produção do leite. A maior variação em maio foi na metalurgia, que subiu 3,54%, acumulando 31,85% no ano.

### IBGE

## Inflação na indústria em maio tem alta de 1%

AKEMI NITAHARA

Agência Brasil, Rio de Janeiro

Os preços da indústria, medidos pelo Índice de Preços ao Produtor (IPP), tiveram alta de 1% na passagem de abril para maio. O resultado representa uma desaceleração, já que é menor do que a alta registrada de março para abril, quando a taxa subiu 2,1%. Os dados foram divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo o instituto, essa foi a menor variação de preços em 2021 e a 22ª taxa positiva consecutiva na comparação mensal. O acumulado no ano soma 17,5% e nos últimos 12 meses está em 35,8%. Das 24 atividades incluídas na pesquisa, 16 tiveram variações positivas no mês, sendo que a maior influência veio dos alimentos, que contribuíram com 0,35 ponto percentual do to-



## O socorro às empresa urge



Mário Dantas, presidente da Associação Comercial da Bahia (ACB)

Diversos setores da economia não hesitaram em apoiar as duras medidas restritivas necessárias durante os piores momentos da crise sanitária provocada pela pandemia da Covid-19. Com isso, muitas empresas do comércio e dos serviços não essenciais baixaram suas portas em razão das medidas restritivas e dos lockdowns pelo país, contribuindo para evitar o colapso no sistema de saúde do Brasil e o consequente aumento de vidas perdidas.

Desde o começo da pandemia, a Associação Comercial da Bahia (ACB) esteve alinhada às políticas de preservação de vidas humanas. Agora, com o avanço da vacinação e a aproximação de um possível controle da doença, todos os esforços têm que ser empregados em outra frente: apoiar a sobrevivência das empresas, conter as demissões e garantir a renda dos trabalhadores e de suas famílias.

Sem sombra de dúvidas, as empresas são as maiores responsáveis pela retomada da atividade econômica, manutenção de postos de trabalho e geração de renda. Diante disso, a entidade está em luta por apoio governamental para a manutenção das empresas. Sem este apoio, é grande o risco de muitos negócios continuarem a quebrar, gerando dificuldades não apenas para os empresários, mas também para a sociedade e para o orçamento público a curto, médio e longo prazo.

Vivemos um momento dramático e o apoio precisa ser imediato. É fundamental não apenas a reedição e ampliação das linhas de crédito que o governo federal já disponibilizou. Precisamos avançar em mecanismos que possibilitem que estas políticas levem apoio efetivo às mãos dos empresários, sobretudo àqueles que se encontram em situação de maior dificuldade.

Principalmente a União, que tem maior capacidade de endividamento e de emissão de moedas, precisa apoiar as empresas desde já. Nesta linha, é urgente e necessária a adoção do Refis federal. Do mesmo modo, é imprescindível o decreto de um Refis estadual efetivo, além da reedição do Refis municipal.

A ACB está empenhada para que as três esferas do governo tenham a sensibilidade necessária para apoiar a continuidade das atividades empresariais. As diversas entidades empresariais tiveram a sensibilidade para apoiar as medidas de restrição de atividades econômicas e de preservação de vidas e devem agora estar unidas em prol de um projeto de retomada da economia. As entidades precisam se unir, reclamar e gritar por ajuda, sim. Enquanto as promessas dos governos não são efetivadas, as contas estão chegando, os protestos e as ações de falência estão crescendo exponencialmente, e as empresas estão fechando as suas portas.

Ou o governo adota medidas imediatas para garantir fôlego para os setores da economia continuarem suas atividades ou será muito tarde para garantirmos a sobrevivência da nossa atividade empresarial. A consequência mais cruel o fechamento de empresas será o desemprego e o consequente aumento da pobreza e da fome.

# Novo marco favorece criação de zona franca

LUIZ FELIPE FERNANDEZ

Aprovada no início de junho na Câmara dos Deputados por 52 a 23 votos, a Medida Provisória 1.033, tirada da gaveta para facilitar a produção de oxigênio medicinal em Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs), diante da pandemia de Covid-19, se configurou em um novo marco legal que promete desburocratizar e se tornar um incentivo para o beneficiamento de produtos e o desenvolvimento tecnológico, com foco na exportação.

Somados ao avanço das obras do Porto Sul, retomada pela Bamin em parceria com o governo, que será integrado à Ferrovia Oeste Leste (Fiol), conectando a região ao norte de Minas Gerais e, no futuro, a outros estados, a cidade Ilhéus tem tudo para voltar a figurar com um dos mais importantes celeiros econômicos da Bahia.

O programa criado há mais de 20 anos, mas travado por razões burocráticas e da própria legislação, agora terá toda a condição de atrair novas empresas e indústrias e gerar empregos na cidade historicamente conhecida pela economia cacauceira.

Entre os pontos importantes do marco está a permissão para exportação de serviços, o que deve incentivar startups brasileiras a se internacionalizarem e também a possibilidade de balizarem a produção ao regimento da Organização Mundial do Comércio, se equiparando aos outros países e escapando da competição desigual com o mercado interno. O texto apro-



Somado ao avanço das obras do Porto Sul, Ilhéus deve voltar a figurar entre os celeiros econômicos do estado

### Programa criado há mais de 20 anos, mas travado, visa atrair novas empresas

vado pela Câmara prevê que as ZPE's sejam descontinuas, o que facilita que seja conectada a outros pontos e a aeroportos.

### Outros países

Países como China, que multiplicou a sua indústria nos últimos anos, e o próprio Estados Unidos, Índia, Canadá,

Argentina, Colômbia e muitos outros, abrigam centenas de ZPE's em seus territórios. A expectativa do Governo Federal é que no Brasil a proposta tenha o mesmo efeito, com a geração de postos de trabalho e que passe a sediar empresas de tecnologia, para tentar se desgarar da tradição de exporta-

ção de commodities, com baixo valor agregado.

Ex-prefeito de Lauro de Freitas e diretor da Associação Brasileira de Zonas de Processamento de Exportação (Abrazpe), Otávio Pimentel está confiante com a aprovação do marco e vê a Bahia daqui a dez anos como o maior polo de produção e

exportação do país. Ele destaca as reuniões com o ministro Paulo Guedes, que segundo ele teve participação importante para que o projeto fosse adequado e aprovado, e que agora depende somente da sanção do presidente Jair Bolsonaro. Pimentel explica que a isenção de imposto nas ZPE's para importação de maquinários, por exemplo, vai ser determinante para atrair investimentos, assim como a permissão para exportar serviços.

“É uma vantagem muito grande. Agora vai ter projeto para software, as agências de viagem vão poder trabalhar com o mundo inteiro e não vão pagar imposto nenhum”, ressaltou em entrevista ao grupo A TARDE. “Essa é uma vitória do doutor Helson Braga, mais de 20 anos de luta”, complementa, em homenagem ao presidente da Abrazpe.

O beneficiamento dos manufaturados, segundo o diretor da Abrazpe, vai promover uma mudança significativa na produção do estado, que hoje em dia é um dos maiores exportadores de grãos, sem que prejudique o mercado interno e estabeleça uma competição desleal. Caso parte do que for produzido se destine à venda interna, será submetido aos mesmos impostos das indústrias nacionais.

“Não vamos só exportar a soja, mas vamos vender o óleo processado. O algodão, que hoje em dia vendemos in natura, sem tirar o caroço, o único lugar do mundo que faz isso”.

LEIA A REPORTAGEM COMPLETA NO PORTAL A TARDE

## ALIANÇA STAR

# Solenidade marca lançamento de hospital

DA REDAÇÃO

Uma solenidade marcou, ontem, o lançamento da pedra fundamental do Hospital Aliança Star. A nova unidade, gerida pela Rede D'Or e pela Companhia de Participações Aliança da Bahia, tem previsão para ser concluída no final de 2023 e integrará um complexo de saúde particular de alto padrão, composto por 47 mil metros quadrados de área, ao lado da atual estrutura do hospital, na avenida Juracy Magalhães Júnior.

O evento, que marca o início das obras de construção do equipamento, contou com a presença do prefeito Bruno Reis, do vice-presidente do conselho da Rede D'Or, Heráclito Gomes, do diretor regional da instituição, Rafael Vita, além dos secretários municipal e estadual da Saúde, Leo Prates e Fábio Vilas-Boas, respectiva-

mente, entre outros gestores e convidados.

Para o prefeito, a capital baiana passará a ser destaque no Norte-Nordeste na área de saúde. “Isso vai fazer com que Salvador se torne um polo de serviços de saúde. Vamos consolidar nossa cidade nessa região.

Existem outros investimentos privados que, somados aos esforços do grupo D'Or, irão gerar diretamente, nos próximos anos, sete mil empregos diretos. Teremos a capacidade de atrair milhares de pessoas de todos os cantos do Brasil que virão aqui para buscar atendimento, fazer cirurgias e ter acompanhamento médico”, disse.

### Investimento

A prefeitura de Salvador tem buscado dar todo o estímulo para a captação de empreendimentos na capital baiana, tanto na desburocratiza-



O prefeito Bruno Reis participou do evento ontem

ção e na agilidade dos processos de licenciamento quanto na concessão de incentivos fiscais.

O investimento para a implantação da nova unidade é de R\$ 587 milhões. Além disso, o volume de atendimento médico será expandido, passando dos atuais 173 leitos disponíveis para 369. Também haverá aumento na capacidade dos atendimentos de emergência, que saltará de 40 mil por ano para 120 mil por ano.

A capacidade anual de internações, por sua vez, sairá de 10 mil para 23 mil, e o teto de cirurgias por ano duplicará, indo de seis mil para 12 mil após a expansão. Pelo menos 2,8 mil novos profissionais serão contratados quando a nova estrutura estiver operante.

Além do Aliança, a Rede D'Or é também responsável pela gestão dos hospitais São Rafael, Cárdio Pulmonar e Centro de Hematologia e Oncologia da Bahia.

## CAMAÇARI

# Governador visita hoje fábrica da Bridgestone

DA REDAÇÃO

O governador Rui Costa visita hoje a fábrica da Bridgestone, em Camaçari, acompanhado do presidente da empresa, Fabio Fossen, quando será anunciada a ampliação da unidade.

Inaugurada em 2006, a planta da Bridgestone na Bahia emprega mais de 900 colaboradores diretos e 400 indiretos. Nela são produzidos pneus para veículos de passeio, caminhonetes e picapes, destinados ao mercado de equipamento original (montadoras), reposição e exportação.

A fábrica baiana atende também ao mercado nacional, além de exportar para a América Latina e, ainda em

pouca quantidade, para os EUA. O grupo conta com outras três fábricas no país: Mafra (SC), Campinas (SP) e Santo André (SP), sendo a última a maior do Brasil.

### Acompanhado do presidente da empresa, Fabio Fossen, Rui Costa vai anunciar a ampliação da unidade

**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉRICA DOURADA**  
PREGÃO PRESENCIAL SRP 23/21. Menor valor por lote. Objeto: disponibilização de links de acesso à internet. Dia 14/07/2021 às 14h. Edital: americadourada.ba.gov.br. Informações: na CPL, tel. 7436922000 ou e-mail: licitacao.americadourada@gmail.com. América Dourada-BA, 29/06/21. Daniely Aragão Sousa. Pregoeira.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE EUCLIDES DA CUNHA - BA**  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2021 - A Pregoeira torna público aos interessados que por alterações no edital fica reanunciada a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 017/2021, Processo Administrativo nº 099/2021, Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL. Objeto: contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviço de gerenciamento e operacionalização de profissionais da área de saúde, em conformidade com diretrizes das políticas públicas de saúde. Sessão Dia: 13/07/2021 às 09h00min. O Edital estará disponível nos endereços eletrônicos: https://bilibcompras.com e/ou http://www.Prefeituraeuclidesdacunha.ba.portalop.org.br/, também poderá ser obtido no endereço: licitacao@euclidesdacunha.ba.gov.br, ou na sede da Prefeitura Municipal, situada no Centro Administrativo Municipal, Bairro: Jeremias, cidade de Euclides da Cunha-BA, CEP: 48.500-00, nos dias úteis, no horário das 08 horas às 12 horas. Informações através do tel. (75) 3271-1410 das 08:00 às 12:00 horas. Janessi Olinda Soares de Abreu - Pregoeira. Decreto nº 280, de 03 de maio de 2021.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO JACUIPE**  
Torna público o resultado do PE SRP 07/21, PA 158/21, objeto: serviços de mão de obra de atividade meio, normatizado pela instrução normativa nº 02/2018 do TCM/BA. Vencedora: Onix Empreendimentos EIRELI, CNPJ 09.330.539/0001-83, para o lote 01. Homologação e adjudicação do PE SRP 07/21, objeto: serviços de mão de obra de atividade meio, normatizado pela instrução normativa nº 02/2018 do TCM/BA, em favor da empresa: Onix Empreendimentos EIRELI, CNPJ 09.330.539/0001-83 para o Lote 01 - valor: R\$ 451.352,00. Extrato do contrato 356/21. PE SRP 07/21, PA 158/21, ata de registro de preços 146/21. Objeto: serviços de mão de obra de atividade meio, normatizado pela instrução normativa nº 02/2018 do TCM/BA. Vencedora: Onix Empreendimentos EIRELI, CNPJ 09.330.539/0001-83. Valor: R\$ 1.800.000,00. Vigência: até 31/12/21. Riachão do Jacuípe/BA, 29 de junho de 2021.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA NOVA**  
CNPJ N: 13.231.006/0001-11  
AVISO  
Modalidade: Pregão Presencial nº 026/2021-SRP; Tipo: Menor Preço Por Item; Abertura: Dia 14 de julho de 2021, na sede da Prefeitura, às 09h30min; Objeto: contratação de empresa para aquisição de oxigênio para as unidades de saúde e para o centro de referência de tratamento ao COVID-19. Os interessados terão acesso ao instrumento convocatório e informações adicionais no Setor de Licitações, com sede na Praça José Araújo Silva, s/n, Cep - 44.690-000, Várzea Nova - Bahia ou no portal do município através do link https://www.varzeanova.ba.gov.br/. Delleon Zacarias Montenegro - Pregoeiro Oficial. Várzea Nova - Bahia, 29 de junho de 2021.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA - BA**  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2021 - O Município de Biritinga - Ba., avisa que realizará licitação na modalidade Pregão Nº08/2021 - Presencial. Objeto: Sistema de Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de gêneros alimentícios para atender necessidade das diversas Secretarias do Município de Biritinga. Tipo Menor Preço por Lote. Sessão dia 13/07/2021, às 9:00hs. Leis: 10.520/02, 123/06, 8.666/93. Edital disponível em: http://cpl.sudoesteinformatica.com.br:5050/portalPMBiritinga/ - aba relatórios e/ou pelo e-mail: cplbiritinga@gmail.com. Sessão no Setor de Licitações, na sede Provisória da Prefeitura, (Colégio Municipal Dom Bosco) localizado na Rua Presidente Médice - Centro - Biritinga (BA).. Biritinga-BA, 29 de junho de 2019. Pedro Ramos de Cerqueira - Pregoeiro.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPÃO**  
AVISO RETIFICAÇÃO DE EDITAL  
O Pregoeiro avisa que o Pregão Presencial SRP nº 048/2021. Objetivando a FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICO, ELÉTRICO, SERRALHERIA, FERRAGENS, MADEIRAS E EQUIPAMENTOS, DESTINADOS A ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO, Tipo menor preço por item, houve alteração no edital, ficando com a data de julgamento para o dia 14/07/2021 às 10:00h. Edital RETIFICADO disponível no Site: www.lapao.ba.gov.br/transparencia/compras/licitacoes. Informações: Setor de Licitações, fone: (74) 99926-3809, cpl@lapao.ba.gov.br. Artur Alves da Silva - Pregoeiro Municipal.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIPITANGA**  
CNPJ N: 13.781.364/0001-06  
AVISO DE LICITAÇÃO- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021-2021-PE  
A P. M. DE IBIPITANGA, torna pública a abertura do Pregão Eletrônico nº 021-2021-PE, do tipo menor: MENOR PREÇO GLOBAL, realizado através Pregoeira Oficial Lais Venância Oliveira Paixão Vieira, designada pelo Dec. nº 011/2021 de 04.01.2021, cujo objeto é Contratação de empresa especializada na prestação de serviço para confecção integral de próteses dentárias, englobando o fornecimento de mão de obra especializada e de todos os insumos necessários para a perfeita execução do serviço. Horário. Data de Recebimento das propostas: a partir do dia 30/06/2021 a 15/07/2021 até as 09h00min horas. Sessão: às 15h30min do dia 15/07/2021 (horários de Brasília/DF), no site http://www.licitacoes-e.com.br. Edital disponível: Ibibpitanga.ba.gov.br e http://www.licitacoes-e.com.br ou na sede desta Prefeitura. Informações: (77) 3674-2202 ou cpl.ibipitanga@gmail.com. Ibibpitanga/BA, 29 de junho de 2021. Lais Venância Oliveira Paixão Vieira - Pregoeira.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTRO ALVES**  
CNPJ N: 13.693.122/0001-52  
AVISO DE LICITAÇÃO - CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2021  
A CPL realizará CP nº 004/2021: PA nº 071/2021. Objeto: Contratação de pessoa física e/ou pessoa jurídica para FORNECIMENTO DE ALIMENTOS para o atendimento ao PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS/ PAA. Abertura: 21/07/2021 às 09:00hrs na PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTRO ALVES, na Praça da Liberdade, 376, Centro. Castro Alves - BA, 28/06/2021 Naine Souza Presidente

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPÃO**  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Pregão Presencial nº 050/2021. Tipo: Menor Preço GLOBAL. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de software de gestão pública integrada, para atender a demanda da contabilidade através da Secretaria Municipal de Finanças. Data: 14/07/2021 às 09:00h na sala de licitações. Edital disponível no link http://lapao.ba.gov.br/transparencia/compras/licitacoes - Informações: Fone: (74) 99926-3809 email: cpl@lapao.ba.gov.br. Lapão-BA, 29/06/2021. Ivanilson Carvalho Rocha - Pregoeiro.

**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR-AR/BA**  
CNPJ: 04.393.878/0001-95  
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2021  
O SENAR-AR/BA, torna público que, no dia 08/07/2021, às 09h (horário Brasília), fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para PREGÃO ELETRÔNICO o Registro de Preços para prestação de serviços técnicos especializados em operação de cursos EaD para atender programas educacionais do SENAR-AR/BA. O edital de licitação com seus anexos poderão ser retirados no site eletrônico do SENAR - http://ago3.cna.org.br/transparencia/#BA-2021, no portal do Banco do Brasil http://licitacoes-e.com.br cadastrado com nº 880896 ou mediante solicitação via e-mail comissao.licitacao@senarbahia.org.br. Salvador/BA, 30 de junho de 2021. Verônica Sodré Ramos do Nascimento - Pregoeira - SENAR-AR/BA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS**  
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - Nº 002/2021  
A Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus torna público, que realizará no dia 16/07/2021 às 9h, na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento SEAPLAN, Sala de Licitações, situada na Avenida Roberto Santos, nº 96, Bairro Centro, Itaguari Shopping Center, salas 224 a 228, Santo Antônio de Jesus-BA, cujo objeto é Contratação de Empresa Especializada para execução de serviços técnicos especializados na Inserção, gerenciamento e correção das inconsistências de dados no Sistema SIGA (SISTEMA DE INTEGRAÇÃO GESTÃO E AUDITORIA), na Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus/BA, em conformidade com as especificações constantes neste Edital e seus Anexos. Os interessados poderão obter: Informações na sala de licitações situada na Avenida Roberto Santos, nº 96, Bairro Centro, Itaguari Shopping Center, salas 224 a 228, CEP 44440-900, Santo Antônio de Jesus-BA. E o edital gratuitamente no site, www.licitacoes-e.com.br e https://www.prefeiturasaj.ba.gov.br, link Transparência-. Santo Antônio de Jesus-BA 29 de junho de 2021 - Antonio Alexandre da Silva Lima Pereira - Pregoeiro Oficial.

## Novo marco da Zona de Processamento e Exportação favorece a implantação da zona franca de Ilhéus



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O programa criado há mais de 20 anos, mas travado por razões burocráticas e da própria legislação, agora terá toda a condição de atrair novas empresas e indústrias e gerar empregos na cidade historicamente conhecida pela economia cacaueteira | Foto: Prefeitura | Divulgação

Aprovada no início de junho na Câmara dos Deputados, por 52 a 23 votos, a Medida Provisória 1.033 tirada da gaveta para facilitar a produção de oxigênio medicinal em Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs), diante da pandemia de Covid-19, se configurou em um novo marco legal que promete desburocratizar e se tornar um incentivo para o beneficiamento de produtos e o desenvolvimento tecnológico, com foco na exportação.

Somados ao avanço das obras do **Porto Sul**, retomada pela Bamin em parceria com o governo, que será

integrado à **Ferrovias Leste** (Fiol), conectando a região ao norte de Minas Gerais e, no futuro, a outros estados, a cidade Ilhéus tem tudo para voltar a figurar com um dos mais importantes celeiros econômicos da Bahia.

O programa criado há mais de 20 anos, mas travado por razões burocráticas e da própria legislação, agora terá toda a condição de atrair novas empresas e indústrias e gerar empregos na cidade historicamente conhecida pela economia cacaueteira. Entre os pontos importantes do marco está a permissão para exportação de serviços, o que deve incentivar startups brasileiras a se internacionalizarem e também a possibilidade de balizar a produção ao regimento da Organização Mundial do Comércio, se equiparando aos outros países e escapando da competição desigual com o mercado interno. O texto aprovado pela Câmara prevê que as ZPE's sejam descontínuas, o que facilita que seja conectada a outros pontos e a aeroportos.

Países como China, que multiplicou a sua indústria nos últimos anos, e o próprio Estados Unidos, Índia, Canadá, Argentina, Colômbia e muitos outros, abrigam centenas de ZPE's em seu território. A expectativa do Governo Federal é que no Brasil a proposta tenha o mesmo efeito, com a geração de postos de trabalho e que passe a sediar empresas de tecnologia, para tentar se desgarrar da tradição de exportação de commodities, que tem baixo valor agregado.

Ex-prefeito de Lauro de Freitas e diretor da Associação Brasileira de Zonas de Processamento de Exportação, Otávio Pimentel, está confiante com a aprovação do marco e vê a Bahia daqui a dez anos como o maior polo

de produção e exportação do país. Ele destaca as reuniões com o ministro Paulo Guedes, que segundo ele teve participação importante para que o projeto fosse adequado e aprovado, e que agora depende somente da sanção do presidente Jair Bolsonaro.

Pimentel explica que a isenção de imposto nas ZPE's para importação de maquinários, por exemplo, vai ser determinante para atrair investimentos, assim como a permissão para exportar serviços.

"É uma vantagem muito grande. Agora vai ter projeto para software, as agências de viagem vão poder trabalhar com o mundo inteiro e não vão pagar imposto nenhum", ressaltou em entrevista ao grupo A TARDE. "Essa é uma vitória do Dr. Helson Braga, mais de 20 anos de luta", complementa, em homenagem ao presidente da ABRAZPE.

O beneficiamento dos manufaturados, segundo o diretor da ABRAZPE, vai promover uma mudança significativa na produção do estado, que hoje em dia é um dos maiores exportadores de grãos, por exemplo, sem que prejudique o mercado interno e estabeleça uma competição desleal. Caso parte do que for produzido se destine à venda interna, será submetido aos mesmos impostos das indústrias nacionais.

"Não vamos só exportar a soja, mas vamos vender o óleo processado. O algodão, que hoje em dia vendemos 'in natura', sem tirar o caroço, o único lugar do mundo que faz isso. O Brasil está há 500 anos exportando commodities e o único projeto inteligente capaz de transformar em produto industrializado é a zona franca [...] engana-se quem acha que as indústrias em ZPE vão concorrer injustamente com as brasileiras, não pode. Os custos são os mesmos para todo mundo,

pagam-se todos os impostos como todo produtor nacional. Se hoje o mercado internacional entra em crise econômica, política, ou uma guerra, você perde a indústria por isso? Não, você coloca no mercado interno.", justifica.

De acordo com o ex-prefeito, a localização de Ilhéus, aliada a todo o investimento na malha ferroviária que ficará pronta nos próximos anos e ao **Porto Sul**, vai colocar a Bahia e o Brasil como o "celeiro do mundo". No país, além da ZPE de Ilhéus já existem implantadas a ZPE do Acre (AC); ZPE do Açu (RJ); ZPE de Araguaína (TO); ZPE de Bataguassú (MS); ZPE de Boa Vista (RR); ZPE de Cáceres (MT); ZPE de Imbituba (SC); ZPE de Macaíba (RN); ZPE de Parnaíba (PI); ZPE de Suape (PE); ZPE de Teófilo Otoni (MG); e ZPE de Uberaba (MG). Otávio Pimentel, acredita, contudo, que este número possa multiplicar nos próximos anos e o Nordeste deverá abrigar a maior parte das ZPE's.

"A Fiol vai ser a 'mola-mestra'. Quem produz hoje é o Nordeste, e onde andar a Fiol, vai andar a produção agrícola", diz Pimentel, que lembra que as empresas instaladas nas ZPE's não pagam **ICMS** ou qualquer outro imposto adicional, como à Marinha Mercante, que equivale a 25% do frete internacional e encarece a operação. Condição para muitas indústrias no mundo, a garantia de sustentabilidade e proteção ambiental é outro atrativo das ZPE's de Ilhéus, destaca Pimentel. Segundo o diretor, no local para cada árvore nativa da Mata Atlântica removida, outras três são plantadas.

Secretário de Desenvolvimento Econômico de Ilhéus, Vinícius Brigla acredita que as ZPE's podem contribuir para diminuir as desigualdades entre as regiões do Brasil com o seu potencial de fomentar a economia local. Ele reconhece que o país ficou atrás de outras nações devido ao "regime jurídico deficitário" da lei regulatória, mas confia que o novo marco possa



potencializar a produção regional. A ideia é aproveitar o investimento na infraestrutura, que na sua visão sempre foi uma dificuldade diante da dimensão territorial do Brasil, e que em Ilhéus tem como o foco a Porto-Sul.

"O Brasil sempre teve infraestrutura precária e, no caos de Ilhéus, a vinda do Porto-Sul e da Fiol amenizam essa deficiência, tornando viável a ZPE. Acredito que ela trará grandes benefícios à região, com a criação de empregos qualificados, voltados para a indústria e serviços, assim como a vantagem de beneficiar os produtos como frutas, minérios, eletroeletrônicos, toda a área de informática, vamos dar um 'upgrade' nesse sentido e nos tornarmos um polo de atração de novas empresas", salienta.

Indiretamente, a ampliação da ZPE de Ilhéus e abertura de novas empresas também colabora para fomentar serviços como hotelaria, setor de alimentação e o comércio em geral.

"Deve ajudar a gerar indiretamente empregos no comércio, toda essa área de serviços, que no fim vai trazer retorno com a geração de tributos. Não é possível mensurar pois é um projeto embrionário, mas com toda as mudanças na infraestrutura, vai trazer um salto de desenvolvimento à toda a região", confia.

**Assuntos e Palavras-Chave:** SEMA - Secretaria do Meio Ambiente - Porto Sul | Casa Civil - Porto Sul, FIOLE | SEPLAN - Secretaria do Planejamento - Ferrovia, Ferrovia Oeste Leste | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - ICMS

ECONOMIA

# Braskem distribui alimentos em 30 comunidades

**DOAÇÕES** Moradores de cerca de 30 comunidades das cidades de Camaçari, Can-deias, Dias D'Ávila e Simões Filho, além de Ilha de Maré, em Salvador, receberam cestas básicas com alimentos e itens de higiene distribuídas pela Braskem. A ação beneficia diretamente mais de 18 mil pessoas, que moram em cidades vizinhas às unidades industriais da companhia. Esse é o segundo lote de alimentos distribuídos pela empresa. As ações de combate à fome em meio à pandemia já totalizam mais de 12 mil cestas básicas, além de mais de 8 mil kits de higiene e limpeza, doados este ano na Bahia.

Responsável pela Associação Comunitária Estiva e Buris de Abrantes (Aceba), Eliete Faustino, comemorou. "Essas cestas são um alento muito grande para as famílias", disse. Além da Bahia, a petroquímica também promove doações no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul e em Alagoas, onde possui operações.

# Meu INSS passa a permitir prova de vida por biometria

**SITE E CELULAR** A plataforma Meu INSS mudou seu formato para permitir que aposentados, pensionistas e demais segurados do Instituto Nacional de Seguridade Social possam realizar a prova de vida por biometria, de sua casa, sem precisar se deslocar até um posto do órgão para reaver o benefício. A informação consta de reportagem do jornal Extra, do Rio de Janeiro. As mesmas mudanças também foram inseridas no site.

O jornal chama a atenção que para acessar o site ou a plataforma, é necessário fazer cadastro e registrar login e senha.

Para Adriane Bramante, presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), a plataforma ficou mais funcional e fácil de acessar. "A nova formulação do Meu INSS vai evitar algumas ligações para a Central de Atendimento 135 ao fornecer alguns serviços que antes só estavam neste canal", afirmou. "Por exemplo, quem recebeu a carta para se aposentar por idade, antes tinha que ligar para o 135 para confirmar o recebimento,

mas agora pode fazer isso também pelo site", complementou segundo citação do Extra.

Com as alterações, os segurados que tiveram benefícios suspensos ou cessados por falta de prova de vida agora poderão realizar a comprovação pela plataforma. Para ter acesso ao serviço, contudo, é preciso ter a biometria facial já cadastrada nos bancos de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e dos Departamentos de Trânsito (Detrans).

De acordo com o INSS, ao fazer a prova de vida pelo Meu INSS, o benefício é reativado de forma imediata. Além de expandir a prova de vida por biometria facial para esse novo grupo, o Meu INSS também atualizou as mensagens de orientação para quem ainda não pode realizar o recadastramento por selfie.

Outra mudança é que agora astelas principais do Meu INSS são diferenciadas para cada tipo de pessoa: aposentados e pensionistas veem em destaque, na primeira página, informações como número do benefício, tipo de benefício, valor e data prevista para o pagamento. O órgão diz que os serviços em destaque também são personalizados, mostrando os mais buscados por quem já tem benefício, como carta de concessão e extrato de pagamento, que é o equivalente ao contracheque. No documento, estão listados créditos e descontos feitos no pagamento dos benefícios.

**A nova formulação vai evitar algumas ligações para a Central de Atendimento 135 ao fornecer alguns serviços que antes só estavam neste canal**

**Adriane Bramante**

Presidente do IBDP

## INDICADORES

### CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 4.9414	R\$ 4.9419
Dólar Turismo	R\$ 4.9300	R\$ 5.1000
Euro turismo	R\$ 5.8170	R\$ 6.0900

### BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Bovespa	127.327,44	-0,08%

### POUPANÇA

01/07/2021	0,2019%
------------	---------

### SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.100
-----------

### INFLAÇÃO

	Maio	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,83%	3,22%	8,06%
INPC/IBGE	0,96%	3,33%	8,9%
IGP-M/FGV	4,10%	14,39%	37,04%

## DÉFICIT

# 20,95 B

de reais é o rombo das contas do governo central (que reúne Tesouro Nacional, INSS e Banco Central) em maio. Em abril e março, essas contas haviam fechado no azul. Apesar disso, o resultado no ano ainda é positivo em R\$ 19,9 bilhões, o melhor desempenho para o período desde 2013.

## IR: GUEDES SINALIZA ALIQUOTA MENOR PARA EMPRESAS

**REFORMA** Contra as resistências das grandes empresários ao projeto de reforma tributária, o ministro da Economia Paulo Guedes sinalizou que o governo deve acelerar a queda do Imposto de Renda das empresas em 2022. Ele, no entanto, não quer abrir mão da volta da taxa na distribuição de lucros e dividendos com uma alíquota de 20%, segundo reportagem da Agência Estado.

Pela proposta inicial do governo, a alíquota do IRPJ cairia cinco pontos percentuais - de 25% para 20% - em dois anos. Guedes já antecipa que a queda pode ocorrer de uma vez só no ano que vem. A interlocutores, ele admitiu que, se a recuperação da arrecadação ao longo do ano que vem for ainda maior, a alíquota poderá ter uma queda adicional de 2,5 pontos percentuais - chegando a 7,5 pontos.

A proposta de reformulação do IR foi apresentada na sexta-feira, 25, ao Congresso Nacional e, desde então, o governo vem sofrendo uma enxurrada de críticas do mercado financeiro e das grandes empresas que distribuem dividendos. A redução da alíquota do IRPJ foi considerada baixa por representantes do setor produtivo para fazer frente à taxa de lucros e dividendos.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAJU DA BAHIA**  
**AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS. Nº. 044/2021**  
Tipo: Menor Preço Valor Global. OBJETO: serviços de obras e engenharia na pavimentação e acessibilidade em estádio municipal de Itaguaçu da Bahia, conforme reprogramação, do Convênio Plataforma + Brasil 773973/2012 e CTR 0395262-17/2012. ABERTURA: 15/07/2021, às 08:00h horário local. Raimundo Nonato Peregrino Silva - Presidente da CPL.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS**  
**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 018/2021** A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Barreiras/ Bahia, devidamente autorizada pelo Portaria 201/2020, torna público para conhecimento dos interessados a licitação na modalidade Pregão Eletrônico- Nº 018/2021. Objeto: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para panificação para a merenda escolar, requisitado pela Secretaria Municipal de Educação. Sessão de Abertura: 13/07/2021 às 10:00 horas. O Edital poderá ser retirado exclusivamente no endereço eletrônico: [www.licitacoes.com.br](http://www.licitacoes.com.br), através do nº 880766. André Avelino de Oliveira Neto - Pregoeiro. Barreiras/Ba, 29 de junho de 2021.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU**  
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 039/2021.** A CPL da PM de Itamaraju-BA realizará Licitação na Modalidade "PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor Preço Global, visando o Registro de Preços para aquisição de Codigo Medicinal Controlado a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde desta Municipalidade. Início de acolhimento das propostas: 01/07/2021, às 09:00min até às 07:59min do dia 15/07/2021. Abertura das propostas: 15/07/2021, às 09:00min. Início de sessão de disputa das lances: 15/07/2021 às 09:00min. Local/Site: [www.licitacoes.com.br](http://www.licitacoes.com.br). Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF) -11:30:00-31:30. O Edital estará disponível para consulta e retirada de cópia no site: [www.itamaraju.ba.gov.br](http://www.itamaraju.ba.gov.br), em: 29/06/2021. Jucelene C. Favales de Almeida - Pregoeira.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA**  
**AVISO DE PUBLICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 024-2021-PP** A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA, por via do seu Pregoeiro vem tornar público a abertura do processo de licitação Pregão Presencial nº. 024-2021-PP, objeto: prestação de serviços de instalação e manutenção de aparelhos de ar condicionado para atender a demanda da Administração Municipal, conforme especificações detalhadas no Edital e anexos. Julgamento: Menor Preço por Lote. Sessão 13/07/2021, 08:30h. Edital disponível no endereço eletrônico [www.boquiraba.gov.br/Site/DiarioOficial](http://www.boquiraba.gov.br/Site/DiarioOficial) ou na sede desta Prefeitura Municipal. Informações telefônicas pelo e-mail [licitacao@boquiraba.gov.br](mailto:licitacao@boquiraba.gov.br) ou pelo endereço de Rua de 2021. LUAN PORTO ARAUJO - Pregoeiro Oficial

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRAMA**  
**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2021-PPRP.** Tipo: Menor Preço Global. Objeto: Futura e eventual aquisição de baterias novas para reposição em veículos leves, pesados, máquinas e equipamentos da Prefeitura Municipal de Buritirama - BA e de suas Secretarias. Abertura: 13/07/2021, às 08:00h.  
**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2021-PPRP.** Tipo: Menor Preço Global. Objeto: Futura e eventual aquisição de combustível (gasolina comum automotiva) na sede do município, para abastecimento de veículos leves, pesados e equipamentos da Prefeitura Municipal de Buritirama - BA e de suas Secretarias. Abertura: 14/07/2021, às 08:00h. Local: Prefeitura - Avenida Burtiri, nº 291 - Centro, Buritirama - BA. Informações: [www.buritirama.ba.gov.br/licitacao/buritirama@gmail.com](http://www.buritirama.ba.gov.br/licitacao/buritirama@gmail.com). Setor de Licitações, 29.06.2021. Uelbem de Souza Cruz - Pregoeiro.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO**  
**COMUNICADO.** Proc. Adm. n. 469/2021 - Tomada de Preços n. 002/2021. Objeto: Contratação de empresa especializada em construção civil, para executar serviços de construção de cobertura metálica em quadra poliesportiva, no povoado Malhada Grande - Paulo Afonso/BA. A Presidente comunica que a empresa vencedora RAMEDA CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS (nome fantasia) - CNPJ nº 37.607.120/0001-61 tem como razão social ADEMAR RIBEIRO DA SILVA FILHO EIRELI - CNPJ: 37.607.120/0001-61. Kelyanne Andrade Barros Brandão - (Presidente da Comissão de Licitação).

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO REAL**  
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 024-2021-SRP.** O Pregoeiro Oficial do Município de Rio Real - BA, torna público aos interessados em participar da Licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 024/2021, que tem por objetivo o registro de preços para futura e eventual contratação de testes rápidos para detecção do Coronavírus (IGG/IGM) e SWAG CORONAVIRUS (COVID 19) visando suprir a demanda da Secretaria de Saúde deste Município de Rio Real-Bahia. - Que a sessão de abertura será no dia 16/07/2021 às 09:00 horas (Horário da Brasília), através do site: [www.licitacoes.com.br](http://www.licitacoes.com.br). Os interessados poderão obter informações e/ou edital e seus anexos através do site: [www.licitacoes.com.br](http://www.licitacoes.com.br) e/ou [licitacoes@rio-real.ba.gov.br](mailto:licitacoes@rio-real.ba.gov.br). Maiores informações: Tel:75 3426-1320, ou pelo email, [licitacoesppm@gmail.com](mailto:licitacoesppm@gmail.com). Rio Real - BA, 30 de junho de 2021. Pierre Matos da Silva - Pregoeiro Oficial.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BUTUPORÁ**  
**AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2021**  
Prestação de serviços de intermediação de publicações em Jornal de Grande Circulação em atendimento às necessidades do Município, conforme termos e condições contidas em edital e seus anexos. Abertura: 14/07/2021, às 08:30min. Informações: sede da Prefeitura situada no Deputado João Borges de Figueiredo, nº 85, Centro, Butuporá - Bahia, telefone: (77) 3678-2119, de segunda a sexta-feira, das 08 às 12 horas. Edital disponível na íntegra no endereço: <http://www.procedebahia.com.br/ba/butopora>. Diário Oficial do Município. Butuporá - BA, 29 de junho de 2021. Marcos Nunes Loiola - Pregoeiro Oficial.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO REAL**  
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 033-2021-PP.** A Prefeitura Municipal de Rio Real avisa aos interessados, que se encontra disponível, na Sede da Administração Municipal de segunda a sexta das 8:00 às 14:00 horas exceto feriados o Edital de Pregão Presencial nº. 033-2021-PP - Objetivando o Registro de Preços para Fornecimento de refeições prontas em marmita e tipo self service para atender as necessidades das Secretarias deste município, compreendendo o fornecimento de todo o material de consumo necessário, assim como dos equipamentos adequados à execução contratual. Abertura: 15/07/2021 às 09:00 horas. Informações: (75) 3426-1320. Email: [licitacoesppm@gmail.com](mailto:licitacoesppm@gmail.com). Rio Real -BA, 30 de junho de 2021. Pierre Matos da Silva - Pregoeiro.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO/BA**  
**AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 018/2021**  
Contratação de empresa para a prestação dos serviços de cópias reprográficas em preto e branco, colorido, com disponibilização de máquinas copiadoras, em regime de comodato, já incluindo serviços de instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, fornecimento de peças e tonners, todos necessários ao atendimento da quantidade estimada, conforme termos e condições contidas em edital e seus anexos. Abertura: 14/07/2021, às 14h30min. Informações: sede da Prefeitura situada na Rua Deputado João Borges de Figueiredo, nº 85, Centro, Butuporá - Bahia, telefone: (77) 3678-2119, de segunda a sexta-feira, das 08 às 12 horas. Edital disponível na íntegra no endereço: <http://www.procedebahia.com.br/ba/butopora>. Diário Oficial do Município. Butuporá - BA, 29 de junho de 2021. Marcos Nunes Loiola - Pregoeiro Oficial.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE URANDI**  
**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº. 017/2021**  
O Município de Urandi-BA, fará Pregão Eletrônico de Nº. 017/2021, para registrar preços para a aquisição de materiais e serviços gráficos, de forma parcelada, destinados as secretarias do município de Urandi-BA. A abertura será no dia 13 de julho de 2021, às 13h30min (treze horas e trinta minutos). O Edital e demais atos deste certame serão publicados no diário oficial do município <http://www.urandi.ba.gov.br> e [www.licitacoes.com.br](http://www.licitacoes.com.br). Informações gerais através do e-mail [cpl.urandi@gmail.com](mailto:cpl.urandi@gmail.com). Urandi-BA, 29 de junho de 2021. Conceição Maria Policiano Farias - Pregoeira - Decisão nº 020/2021.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO/BA**  
**AVISO DE LICITAÇÃO PP (SRP) Nº 032/2021**  
PAD nº. 114/2021. PP (SRP) nº. 032/2021. Objeto: locação de veículo tipo caminhão, motor a diesel turbo, 04 cilindros, de no mínimo 4.500 cilindradas por cm³, com implemento de poliguindaste com capacidade de carga mínima de 6 toneladas, placa injetora e sistema de sinalização, com fornecimento de 80 literas metálicas de capacidade mínima de 4.000 litros. Abertura: 12/07/2021 às 10h00min. Aquisição do edital através do site: <http://www.sobradinho.ba.gov.br>. Informações: (74) 98843-9456 - WHATSAPP do Setor de Licitações. Thaciana Carla Silva Mangabeira - Pregoeira Municipal.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE URANDI**  
**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL DE Nº. 018/2021**  
O Município de Urandi - BA, fará Pregão Presencial de Nº. 018/2021, para contratação de empresa para aquisição de suprimentos de informática e periféricos para atender as necessidades das secretarias do município de Urandi - BA, do tipo menor preço global por lote. A abertura será no dia 13 de julho de 2021, às 8h (oito) horas. O Edital e demais atos deste certame serão publicados no diário oficial do município <http://www.urandi.ba.gov.br>. Informações gerais através do e-mail [cpl.urandi@gmail.com](mailto:cpl.urandi@gmail.com). Urandi - BA, 29 de junho de 2021. Conceição Maria Policiano Farias/Pregoeira

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO/BA**  
**AVISO DE ADJUDICAÇÃO PP (SRP) Nº 030/2021**  
PAD nº. 107/2021 - PP (SRP) nº. 030/2021. Fica adjudicado o objeto: Selecionar proposta para obtenção de Registro de Preços e eventual Contratação de empresa para fornecimento de formas e coberturas de madeiras, destinados a atender as necessidades da secretaria municipal de infraestrutura e serviços de Sobradinho/BA, a empresa JOSÉ GILBERTO DUARTE LIMA - ME, CNPJ nº 16.499.196/0001-40, no valor global de R\$ 741.935,00 (setecentos e quarenta e um mil, novecentos e trinta e cinco reais). Sobradinho-BA, 29 de junho de 2021. Thaciana Carla Silva Mangabeira - Pregoeira Municipal.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE URANDI**  
**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL DE Nº. 019/2021**  
O Município de Urandi - BA, fará Pregão Presencial de Nº. 019/2021, para contratação de pessoa jurídica para transporte de passageiros por meio terrestre intermunicipal e interestadual visando atender as necessidades das secretarias do município de Urandi-BA, do tipo menor preço global por lote. A abertura será no dia 13 de julho de 2021, às 10h (dez) horas. O Edital e demais atos deste certame serão publicados no diário oficial do município <http://www.urandi.ba.gov.br>. Informações gerais através do e-mail [cpl.urandi@gmail.com](mailto:cpl.urandi@gmail.com). Urandi - BA, 29 de junho de 2021. Conceição Maria Policiano Farias/Pregoeira

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO/BA**  
**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PP (SRP) Nº 030/2021**  
PAD nº. 107/2021 - PP (SRP) nº. 030/2021. Fica adjudicado o objeto: Selecionar proposta para obtenção de Registro de Preços e eventual Contratação de empresa para fornecimento de formas e coberturas de madeiras, destinados a atender as necessidades da secretaria municipal de infraestrutura e serviços de Sobradinho/BA, a empresa JOSÉ GILBERTO DUARTE LIMA - ME, CNPJ nº 16.499.196/0001-40, no valor global de R\$ 741.935,00 (setecentos e quarenta e um mil, novecentos e trinta e cinco reais). Homologado em: 23/06/2021. Régis Clevisy Sampaio Bento - Prefeito Municipal.

**Marcela Villar\***

REPORTAGEM  
marcela.vilar@redabahia.com.br

O combustível do carro ficou mais caro, gás de cozinha, carne, arroz e óleo também. Agora foi a vez da conta de luz. Ontem, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) reajustou em 52% o valor da bandeira tarifária vermelha 2 - a mais alta. Ela passou de R\$ 6,24 para R\$ 9,49 a cada 100 kWh consumidos. O valor já vale a partir de amanhã (1º) e a bandeira vermelha 2 deve continuar acionada até novembro, segundo a própria agência.

Com isso, o valor final da conta de energia pode subir até 5,5% para uma família com consumo médio, segundo cálculo do professor de engenharia do Instituto Mauá de Tecnologia Marcos Rosa feito para o G1. Segundo ele, com o reajuste, uma família que consome 152kWh por mês vai pagar R\$ 124,59 em julho, contra R\$ 118,15 em junho.

A agência também alterou o valor das outras bandeiras tarifárias. A amarela passou de R\$ 1,34 para R\$ 1,874 por 100 kWh consumidos (alta de 39,5%); e a vermelha 1, de R\$ 4,16 para R\$ 3,971 por 100 kWh consumidos (redução de 4,75%). As bandeiras tarifárias foram criadas em 2015 para bancar o maior custo de produção de energia por usinas termelétricas acionadas quando os reservatórios das hidrelétricas estão baixos.

**BANHO FRIO**

Na casa do pedagogo Glauco Chalegre, 42 anos, que mora no Cabula, tudo já foi feito para reduzir os custos com energia. As roupas, que eram lavadas todos os dias, agora só três vezes na semana. A secagem, que também era feita pela máquina, fica agora por conta do vento.

“A gente vem tentando vários processos de economia desde o ano passado. Ar condicionado não ligamos há alguns meses. Me acostumei a tomar banho frio e todo mundo aqui em casa acabou entrando na onda. Virou luxo tomar banho morno”, conta. Com essas medidas, ele praticamente reduziu a conta pela metade nos últimos 6 meses, de R\$ 400 para R\$ 230.

“A gente conseguiu reduzir o consumo e vem segurando as contas. Mas, ao mesmo tempo, o governo vai jogando a conta lá para cima”, afirma. “Espero que eles tenham bom senso e evitem novos aumentos, porque, com a pandemia, houve muita redução de renda da população”, completa.

Além dele, outras quatro pessoas moram na casa - a esposa, os dois filhos e a sogra. Segundo o pedagogo, a conta de luz representa cerca de 6% dos custos da família. A economia na energia elétrica está indo para pagar outras contas, como a do cartão de crédito.

Para a publicitária Catarina Neves, 34, o aumento da conta de luz é desesperador. Ela pa-

“Me acostumei a tomar banho frio e todo mundo aqui em casa acabou entrando na onda. Virou luxo tomar banho morno”  
Glauco Chalegre  
Pedagogo

“O aumento é desesperador, não tem outra palavra para definir. Já tem um tempo desde que a gente começou a mudar os hábitos”  
Catarina Neves  
Publicitária

“As famílias (da Bahia) têm um custo maior com energia do que com educação”  
Guilherme Dietze  
Economista



Paula Fróes  
Glauco mostra boletos das contas de luz para provar que medidas adotadas em sua casa resultaram em economia

# Energia fica mais cara a partir de amanhã

**Economize** Do banho frio à troca de aparelhos, saiba como sobreviver ao aumento da bandeira vermelha

gava entre R\$ 100 e R\$ 130 antes da pandemia, e passou a pagar R\$ 250 nos últimos meses, mesmo com a adoção de várias medidas para economizar. Ela é daquelas que guarda todas as cobranças da Coelba em uma pasta e compara mês a mês. “O aumento é desesperador, não tem outra palavra para definir. Já tem um tempo desde que a gente começou a mudar os hábitos em casa completamente. São

dois banheiros aqui, mas só usamos um, o chuveiro fica desligado, para evitar banhos simultâneos e muito longos”.

Ela mora com o marido e nenhum dos dois liga o ar condicionado. O pai dela até quis dar um para colocarem no quarto, mas a publicitária recusou. Catarina também deixa todos os eletrodomésticos, como o fogão, e o carregador de celular fora da tomada. “Eles só ficam na tomada se tiverem

**DICAS PARA REDUZIR CONSUMO DE ENERGIA**

**Comprar** eletrodomésticos com selo A do Procel, uma certificação que garante que o aparelho tem maior eficiência e por isso consome menos energia para funcionar

**Retirar** os aparelhos da tomada, pois eles consomem energia mesmo na função stand by. Uma dica que precisa ser observada é retirar os carregadores do celular das tomadas quando não estão estiverem conectadas ao telefone

**Evitar** ou diminuir o uso do ar condicionado e do chuveiro elétrico, 8 horas de uso do primeiro causa um impacto de R\$ 200 a R\$ 240 na conta de luz; se a pessoa tomar 30 banhos de 10 minutos, gasta R\$ 35

## Empresas vão repassar alta, avisa economista

O economista Guilherme Dietze, da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia (Fecomércio-BA), explica que o aumento de 52% na bandeira vermelha 2 se deve ao baixo nível nos reservatórios de água das hidrelétricas brasileiras, situação provocada pela seca vivida na região, classificada como a maior crise hídrica do país nos últimos 91 anos pelo Ministério de Minas e Energia, que, no entanto, descarta um novo apagão no país.

O economista da Fecomércio-BA disse que na Região Metropolitana de Salvador (RMS), o preço da energia elétrica já subiu 17% nos últimos 12 meses - contra uma inflação de 7,6% no mesmo período. Para ele, a majoração da energia deve ser repassada pelas empresas para o consumidor final.

Dietze ressalta que o impacto é maior para as famílias de baixa renda (até R\$ 2 mil/mês). “A energia representa 3% do total da despesa, enquanto que o gasto com educação é de 2,6%. As famílias têm um custo maior com energia do que com educação”.

no final do mês na posição mais baixa, a de água morna

**Usar** lâmpadas LED pois são capazes de proporcionar uma economia de até 78% se comparada com as halógenas e 40% em relação às fluorescentes compactas

**No caso das geladeiras**, as dicas são: deixar a porta aberta o menor tempo possível, só armazenar alimentos quando eles já estiverem frios e não colocar roupas para secar na parte de trás (motor) do aparelho

**FONTES:** ANA CHRISTINA MASCARENHAS, GERENTE DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DA NEOENERGIA, EMPRESA CONTROLADORA DA COELBA, E UERLIS MARTINS, ENGENHEIRO ELÉTRICISTA E PROFESSOR DA UNIRUY.

em uso e faço tudo o possível para reduzir”, garante.

Na pandemia, os dois enteados passaram a morar com ela duas semanas por mês, o que fez aumentar os gastos. A mudança de casa também encareceu as contas, além do home office. “As crianças começaram a passar mais tempo conosco e comecei a trabalhar em casa, o que tem um ônus muito grande, porque são 24 horas em casa, com o computador ligado”, afirma.

A publicitária ainda diz que a conta de luz corresponde a 20% do custo total do mês e só perde para a alimentação. Seu salário chegou a diminuir 15% com a pandemia da covid-19, mas, no final do ano passado, regularizou. “Meu medo da conta aumenta é constante, porque o orçamento não tem sobra. Se aumenta mais de um lado, tem que tirar de algum lugar”, desabafa.

\*SOB ORIENTAÇÃO DE PERLA RIBEIRO

# Tribuna

## Sindicato entra com recurso na Justiça contra a venda da RLAM

DAVI VALADARES  
ESTAGIÁRIO

O Sindicato dos Petroleiros da Bahia (Sindipetro-Bahia) entrou com recurso contra a decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) que autorizou, no último dia 9 de junho, a venda da Refinaria Landulpho Alves (RLAM) e seus ativos pela Petrobras ao fundo de investimento árabe Mubadala Capital, pelo valor de US\$ 1,65 bilhão. O recurso foi protocolado na última quarta-feira (23). Criada em 1950, a RLAM é a primeira refinaria do país e é também a primeira de uma lista de oito refinarias a entrar no plano de privatização do governo federal. A previsão é que o contrato, concretizando a venda da estatal, seja assi-

nado em breve.

"Esta decisão precisa ser revista. Como ficará demonstrado, a venda da RLAM acarretará na formação de monopólio privado de refino e distribuição de derivados de petróleo no Estado da Bahia, devendo a privatização da refinaria e seus ativos de logística serem paralisados por este conselho, para que sejam respeitados os princípios constitucionais em defesa da concorrência e da ordem econômica", diz o recurso do sindicato que pede a paralisação da venda da estatal. "Estamos diante de uma alta probabilidade de estabelecimento de monopólio regional privado no Estado da Bahia. Há também risco de redução da oferta e de desabastecimento e/ou elevação de custo caso o comprador decida exportar produtos", continua em outro trecho

do recurso apresentando pelo advogado Angelo Remédio, da Advocacia Garcez, que representa o sindicato na ação que pleiteia que a decisão seja revista. Segundo Angelo, o sindicato tinha um prazo de 15 dias para recorrer após a decisão do Cade.

Além do recurso do Sindipetro-BA, várias ações contra a venda da estatal correm na Justiça e em outras instâncias. "Nós entendemos que essa venda é prejudicial para Bahia. Temos várias ações populares na Justiça Federal que estamos aguardando o desfecho. Fizemos recentemente também uma audiência pública na Câmara Federal. Agora nossa última manifestação foi no Cade e esperamos que eles [Cade] analisem nossas reivindicações", apontou o diretor do Sindipetro-BA, Radiovaldo Costa.



Foto: Divulgação

### IMPASSE Sindipetro alega que venda da refinaria vai gerar monopólio privado

Ainda conforme ele, a privatização da RLAM trará prejuízos no curto, médio e longo prazo. "Os impactos dessa privatização se darão no curto, médio e longo prazo e das mais variadas formas. Um desses impactos será na geração de emprego. Hoje, a RLAM tem de 2.500 a 2.700 trabalhadores entre terceirizados e próprios. Na nossa avaliação, quando a Mubadala assumir em defini-

tivo a RLAM esse número irá cair. Inclusive, é possível que esse número caia abaixo de 2 mil empregos e isso vai atingir toda a região de Candeias, São Francisco do Conde, Madre de Deus, São Sebastião do Passé e até mesmo Salvador" previu.

Ainda de acordo com Radiovaldo Costa, a venda da estatal foi feita por um valor muito abaixo. "O valor que foi pago pelo Mubadala ele

corresponde apenas a 50% do que efetivamente vale a RLAM, ou seja, a segunda maior refinaria do país foi fendida por um subpreço. Chegamos a fazer uma denúncia no TCU (Tribunal de Contas da União), mas infelizmente a denúncia não progrediu", contou ele. A Petrobras foi procurada pela Tribuna para comentar o assunto, mas não respondeu até o fechamento desta matéria.

# Tribuna

## Raio Laser

### Estabilidade

O deputado federal Arthur Maia (DEM), relator da PEC da Reforma Administrativa, defende que somente os cargos que representem carreiras "típicas de estado", tais como policiais, juizes, promotores e auditores fiscais, mantenham as estabilidade-  
dades como são atualmente concebidas. As demais carreiras seriam submetidas a um programa de metas tais como ocorrem com funcionários de empresas privadas – as metas seriam estabelecidas em leis complementares que levariam em consideração a natureza de atuação de cada órgão.



**Arthur Maia**

### Vacinação

O secretário de Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas, anunciou pelas redes sociais, ontem, que as próximas remessas da vacina da Janssen que chegarem serão distribuídas entre todas as cidades baianas. Os lotes anteriores tinham sido enviados apenas a Salvador, municípios da região metropolitana e Recôncavo baiano. De acordo com Vilas-Boas, a decisão de distribuir a vacina em todo o estado foi tomada em reunião da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



**Fábio Vilas-Boas**

### Camaçari

Nesta quarta-feira (30), às 14h30, o governador Rui Costa estará na fábrica da Bridgestone, em Camaçari, acompanhado do presidente da empresa, Fabio Fossen, quando será anunciada a ampliação da fábrica, em plena pandemia do Coronavírus. Inaugurada em 2006, a planta da Bridgestone na Bahia emprega mais de 900 colaboradores diretos e 400 indiretos. Nela, são produzidos pneus para veículos de passeio, caminhonetes e pick-ups, destinados ao mercado de equipamento original (montadoras), reposição e exportação.

# Tribuna

## Guedes: arrecadação recorde reflete retomada da economia

AGÊNCIA BRASIL

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que o aumento da arrecadação registrado pela Receita Federal (RFB), mostra que a economia "voltou a ficar de pé". "A economia brasileira continua surpreendendo favoravelmente", disse o ministro ao anunciar a arrecadação de impostos e contribuições federais, de R\$ 142,1 bilhões em maio.

"É um recorde histórico esse crescimento de quase 70% em relação ao mesmo mês de maio do ano anterior. No acumulado de janeiro a maio, [a arrecadação] chegou a R\$ 744 bilhões. É um acréscimo real de 21% sobre o mesmo período do ano passado", disse o ministro. Segundo Guedes, todos os setores aumentaram a arrecadação. "É inequívoco que o Brasil já se levantou e a economia está caminhando com velocidade bem acima da que era esperada na virada do ano".

O ministro reiterou que o país está à beira de uma reforma tributária, que tem como compromisso não deixar que os impostos "sufoquem o empresariado brasileiro". "Nesse segundo capítulo da reforma tributária, que já enviamos, mandamos sinal muito claro: nosso governo



**PAULO GUEDES** disse ontem que o aumento da arrecadação registrado pela Receita Federal (RFB), mostra que a economia "voltou a ficar de pé"

quer reduzir em termos reais a arrecadação sobre as empresas. Se a arrecadação vier acima do que esperávamos, temos de transformar isso em simplificação e redução de outros impostos. Anunciamos redução de 2,5% no Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, mas queremos passar isso para 5% nos próximos anos. Estamos recalibrando nossos cálculos para ver se isso já é possível", disse o ministro.

Segundo ele, as empresas são um mecanismo de acumulação de recursos visando investimentos, inovação e

a criação de emprego e renda. "Na medida em que as empresas acumulam capital e tecnologias, elas aumentam a produtividade do trabalho e os salários. Os impostos têm de ser cada vez mais baixos porque é uma engrenagem econômica. Quando o dinheiro sai da engrenagem e vai para os detentores de capital, aí sim é que se tem de pagar impostos", argumentou.

O ministro acrescentou que a tributação que historicamente o país faz sobre assalariados se deve às facilidades de tributação dos contrache-

ques. "Como é fácil tributar no contracheque, o Brasil tributava excessivamente trabalhadores de baixa renda. Por isso aumentamos de R\$ 1,9 mil para R\$ 2,5 mil a margem isenta de tributação".

A expectativa da equipe econômica é a de que, nos próximos meses o país se aproxime dos níveis de arrecadação registrados em 2015. "Todos indicadores mostram que a economia se levantou vigorosamente. Continuamos com nosso compromisso de tirar o Estado do cangote do povo brasileiro", disse o ministro.

# Tribuna

## Ministro fala em redução maior de IR de empresas em 2022

### ESTADÃO CONTEÚDO

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse nesta terça-feira, 29, que o governo deve ampliar a redução do Imposto de Renda para empresas já no ano que vem de 2,5 pontos percentuais para 5 pontos. A flexibilização vem apenas quatro dias depois de o governo enviar ao Congresso Nacional proposta de reforma tributária com mudanças no imposto sobre rendimentos.

"Estamos estudando queda de 5 pontos já em 2022 no Imposto de Renda das pessoas jurídicas. Devemos transferir o aumento permanente de impostos para as empresas. Temos que transformar excesso de arrecadação em redução e simplificação de impostos", afirmou Guedes, ao comentar o resultado da arrecadação de tributos federais, que bateu recordes em maio e no acumulado do ano.

Pela proposta entregue ao Congresso, o IRPJ cairia para 12,5% em 2022 e 10% em 2023. Hoje, é de 15% e há cobrança de 10% sobre o lucro que exceder R\$ 20 mil, o que não deve ser alterado.

O ministro disse ainda que o resultado da arrecadação confirma o momento favorável da economia brasileira. Ele acrescentou que a arrecadação também deverá bater recorde na análise de 12 me-

ses, superando os valores de 2015. "O Brasil foi até as portas do inferno [na arrecadação], quando estava voltando, fomos atingidos pela covid", completou.

O ministro rebateu críticas de que a taxa de 20% sobre dividendos é "pagar muito" e disse que ainda é pouco. "Pessoas físicas têm que pagar pelo menos 20% sobre rendimento de capital. Foi um governo de centro-esquerda que desonerou dividendos e os governos seguintes não tiveram coragem de voltar atrás", completou.

Pela proposta, os dividendos passariam a ser tributados em 20% com isenção de até R\$ 20 mil por mês apenas para quem recebe de micro ou pequena empresa. A limitação do uso da declaração simplificada na proposta do governo para na reformulação do Imposto de Renda da Pessoa Física pode afetar negativamente a renda de dois milhões de contribuintes, de um total de 17,4 milhões que hoje usam esse desconto padrão para pagar menos imposto.

Esse é o contingente de potenciais perdedores com a mudança e que têm renda tributável acima de R\$ 66 mil por ano, segundo simulações feitas pelos economistas Sergio Gobetti e Rodrigo Orair com base nos dados da declaração do IRPF disponibilizados pela Receita.

## Aneel aprova aumento de 52% na bandeira vermelha 2

### ESTADÃO CONTEÚDO

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou nesta terça-feira, 29, por 4 votos favoráveis a 1, um reajuste de 52% na bandeira vermelha patamar 2. A partir de julho, a taxa adicional cobrada nas contas de luz passará de R\$ 6,24 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) para R\$ 9,49.

Esse valor, no entanto, poderá ser ainda maior já em agosto e nos próximos meses, já que a agência irá rever os parâmetros para cálculo da bandeira. A consulta pública para a revisão pode ser aberta ainda nesta terça, em reunião extraordinária. Isso porque, mesmo com o reajuste, há 46% de chances de faltar recursos para cobrir os custos da contratação de térmicas para manter o abastecimento no País.

Como mostrou o Estadão/Broadcast, os técnicos calcularam que o novo patamar da bandeira vermelha nível 2 deveria subir para algo entre R\$ 11,50 e R\$ 12,00 a cada 100 kWh. Esse seria o valor necessário para cobrir todo o custo adicional com o acionamento de termelétricas ao longo do segundo semestre deste ano, diante da situação crítica dos reservatórios.

Mas, o relator do processo, diretor Sandoval Feitosa, afirmou que seria necessá-

rio alterar as regras da agência para aprovar um reajuste nesse patamar. Nesse sentido, o diretor apresentou um reajuste de 1,67%, que representaria uma cobrança adicional de R\$ 6,49 a cada 100 kWh. Apesar de reconhecer o cenário excepcional, devido à pior crise hídrica dos últimos 91 anos, o diretor afirmou que é justo que uma mudança nas regras seja submetida a uma nova consulta pública, para que o processo tenha transparência e previsibilidade.

O entendimento que prevaleceu na diretoria, no entanto, é que o cenário crítico exige um reajuste que comporte os custos e dê um sinal mais claro aos consumidores da situação já a partir do mês de julho, sob risco de um reajuste ainda maior no mês de agosto ou até mesmo no ano que vem, quando um possível déficit na conta bandeiras seria repassado aos consumidores por meio dos reajustes anuais de cada distribuidora.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou nesta terça-feira, 29, um reajuste médio de 9,44% nas tarifas da Enel Distribuição São Paulo. Para os consumidores residenciais, o impacto será de 11,38%. Os novos percentuais já valerão a partir do próximo domingo, 4 de julho. A Enel SP, antiga Eletro aulo, é a segunda maior distribuidora do País.

## Coluna ESPLANADA

LEANDRO MAZZINI



### RISCO

O ministro Bento Albuquerque, de Minas e Energia, usou eufemismo de voluntarismo do empresário para dizer que o Brasil corre risco de forte racionamento. Se o industrial – citado por ele – ou o comerciante não reduzirem o consumo, o povo paga. Esse é o resumo do discurso de quatro minutos da noite de segunda-feira em rede nacional de televisão. O Governo não quer lançar mão das termelétricas porque sabe que a tarifa de luz vai aumentar e cair na conta do povo. Esse cenário seria muito ruim eleitoralmente para o presidente Jair Bolsonaro. O Governo está numa situação delicada. Ou torce para o industrial redirecionar e equacionar sua demanda, ou liga todas as termelétricas a todo gás e carvão para evitar apagão – com o ônus para o cidadão.

### Lâmina d'água

Hoje, os reservatórios das hidrelétricas estão com capacidade de apenas 30% no Sudeste / Centro-Oeste, regiões que consomem 70% da energia do País.

### Cadê Angra 3?

Esse é o custo para o País amparado numa matriz de dependência das chuvas. Faltam termelétricas e também ativar 100% a usina nuclear Angra 3, submersa em décadas de escândalos.

(SP) aprovar e Porto Alegre (RS) ainda analisar, agora é a vez de Cuiabá (MT) estudar a implantação da sua loteria municipal. A chamada 'raspadinha'.

### Boca miúda

O deputado federal Boca Aberta (PROS) começou a cumprir pena no Centro de Reintegração Social de Londrina (PR), condenado na Justiça a 22 dias de prisão em regime semi-aberto. Ele foi alvo do Ministério Público por perturbação da ordem. E



# Tribuna

## Novo hospital reforçará saúde e geração de empregos

Lançamento da pedra fundamental do Hospital Aliança Star aconteceu com a presença de autoridades

O prefeito Bruno Reis participou, nesta terça-feira (29), da solenidade de lançamento da pedra fundamental do Hospital Aliança Star. A nova unidade, gerida pela Rede D'Or e pela Companhia de Participações Aliança da Bahia, tem previsão para ser concluída no final de 2023 e integrará um complexo de saúde particular de alto padrão, composto por 47 mil metros quadrados de área, ao lado da atual estrutura do hospital, na Avenida Juracy Magalhães Júnior.

O evento, que marca o início das obras de construção do equipamento, também contou com as presenças do vice-presidente do conselho da Rede D'Or, Heráclito Gomes; do diretor regional da instituição, Rafael Vita; além dos secretários municipal e estadual da Saúde, Leo Prates e Fábio Vilas-Boas, respectivamente, entre outros gestores.

"O Aliança nasceu como um dos principais hospitais do Brasil. Nesses 30 anos, essa unidade se manteve na liderança e há muito tempo

esperávamos sua ampliação para que pudesse ocorrer um salto na qualidade dos serviços. Quando houve a celebração da parceria com a Rede D'Or comemoramos, porque sabíamos da capacidade de gestão e dos investimentos que viriam", ressaltou Bruno Reis.

Para o prefeito, a partir da construção desta nova estrutura, a capital baiana passará a ser destaque no Norte-Nordeste na área de saúde. "Isso vai fazer com que Salvador se torne um polo de serviços de saúde. Vamos consolidar nossa cidade nessa região. Existem outros investimentos privados que, somados aos esforços do grupo D'Or, irão gerar diretamente, nos próximos anos, 7 mil empregos diretos. Temos a capacidade de atrair milhares de pessoas de todos os cantos do Brasil que virão aqui para buscar atendimento, fazer cirurgias e ter acompanhamento médico", disse.

Com isso, toda uma cadeia produtiva será ativada, acrescentou o chefe do Exe-



Foto: Berto Jr./Secomm

Urbano (PDDU).

### COMPLEXO

O complexo Aliança Star vai trazer ao estado assistência personalizada, disponibilizando serviço nível premium com corpo médico de alta qualificação. As obras envolverão, ainda, modernização do centro cirúrgico atual, ampliação da capacidade operacional e reordenamento dos fluxos e acessos hoje disponíveis. O investimento para a implantação da nova unidade é de R\$587 milhões.

Além disso, o volume de atendimento médico será expandido, passando dos atuais 173 leitos disponíveis para 369. Também haverá aumento na capacidade dos atendimentos de emergência, que saltará de 40 mil por ano para 120 mil por ano. A capacidade anual de internações, por sua vez, sairá de 10 mil para 23 mil e o teto de cirurgias por ano duplicará, indo de seis mil para 12 mil após a expansão. Pelo menos 2,8 mil novos profissionais serão contratados quando a nova estrutura estiver operante.

### OBRAS

Unidade gerida pela Rede D'Or deve gerar cerca de sete mil empregos diretos

cutivo municipal. "Salvador precisava, para mudar sua matriz econômica que ainda é pobre, identificar novos nichos de desenvolvimento. E a área da saúde pode ser um desses novos nichos. Além de gerar empregos, a vinda de

laboratórios, de indústrias de medicamentos e de insumos será estimulada", pontuou.

A Prefeitura tem buscado dar todo o estímulo para a captação de empreendimentos na capital baiana, tanto na desburocratização e na agilidade

dos processos de licenciamento, quanto na concessão de incentivos fiscais. Dentre os instrumentos estão os novos Código de Obra, Lei de Ordenamento, Uso e Ocupação do Solo (Louos) e Plano Diretor de Desenvolvimento



## GOVERNO DO ESTADO INVESTE EM EDUCAÇÃO E INFRAESTRUTURA EM BENEFÍCIO DE 20 MIL BAIANOS NA REGIÃO DE IBIPEBA



29 Junho, 2021

O Governo do Estado está investindo nas áreas de Educação, Infraestrutura e abastecimento de água, beneficiando mais de 20 mil baianos do município de Ibipeba e do entorno. Nesta terça-feira (29), o governador Rui Costa visitou a região, onde inaugurou a estrada de 1,5 quilômetro que liga o povoado de Aleixo à BA-148 e autorizou a licitação para a construção de dois colégios estaduais e a ampliação de mais um sistema de abastecimento de água.

Rui também autorizou o convênio para a conclusão de duas creches, em Barra do Mendes e Ibipeba, que estão com as obras paradas. “A conclusão das duas creches, uma de Barra do Mendes, outra de Ibipeba, e da construção das duas escolas significarão uma oportunidade para transformar a vida dessas crianças e desses jovens”, afirmou o governador.

Segundo o secretário da Educação, Jerônimo Rodrigues, “nos dois municípios, Barra do Mendes e Ibipeba, nós teremos investimentos na conclusão de creches, em parceria entre estado e prefeitura, e temos duas escolas no município de Ibipeba, uma no distrito de Mirorós e outra na sede do município. É um investimento de aproximadamente 20 milhões”.

A escola maior, na sede de Ibipeba, terá 12 salas de aula, laboratório, biblioteca, refeitório, auditório, módulo administrativo, campo society e quadra poliesportiva coberta, e vai sediar o atual Colégio Estadual Antônio Carlos Magalhães. A outra escola, no distrito de Mirorós, terá seis salas de aula, biblioteca, refeitório, módulo administrativo e quadra poliesportiva coberta, para sediar o Colégio Estadual José de Anchieta.

Escola em tempo integral

Rui destacou que os investimentos nas estruturas das escolas tem o objetivo de qualificar os equipamentos para se tornarem Escola em Tempo Integral. “Nós já temos quase 200 escolas em tempo integral, mas queremos ampliar esse número. A Escola em Tempo Integral é aquela onde o aluno passa pelo menos sete horas, com a oportunidade de práticas profissionalizantes, culturais e esportivas. Educação é dar oportunidade para os jovens desenvolverem seus talentos”.

#### Estrada

Os pequenos agricultores do povoado Aleixo já podem chegar ao entroncamento da BA-148 sem enfrentar estrada de barro, e seguir para a sede de Ibipêba ou para Irecê, para acessarem serviços públicos, de saúde ou vender seus produtos. A obra recebeu recursos de R\$ 930 mil e foi realizada pela Secretaria de Infraestrutura do Estado.

A dona de casa Vivandira Rosa da Conceição conta que a falta da estrada asfaltada já foi um problema para sua família. “Antes era a lama, era buraco, pedra. Agora a estrada está boa, em cinco minutos a gente está em Ibipêba, vai e volta, não tem poeira, não tem terra”.

#### Ampliação do Água para Todos

O novo Sistema Simplificado de Abastecimento de Água entregue por Rui em Ibipêba vai atender as localidades de Alvino, Gergelim I e II, Muriçoca, Lagoa do Arroz, Zé Rufino, Remanga, Segredo e Quixaba. A obra será coordenada pela Embasa, empresa vinculada à Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento do Estado (Sihs). O valor previsto na obra é R\$ 925 mil, com recursos próprios da Embasa, e vai beneficiar 1.200 baianos.

#### Outras ações

O governador falou sobre outras obras na região. “Até a primeira semana de agosto voltaremos aqui para inaugurar a ampliação do Hospital Regional de Irecê, com a parte de hemodinâmica e cirurgia cardíaca. Também vamos dar a ordem de serviço para a implantação da parte de oncologia, que deve receber recursos de R\$ 40 milhões além do que nós já fizemos”. Rui também autorizou a aquisição, pela Secretaria de Saúde do Estado (Sesab), de um aparelho de ultrassom e de uma processadora de Raio-X para o município de Ibipêba.

Foto: divulgação



## POLO INDUSTRIAL DE CAMAÇARI CONTRIBUI COM MAIS DE R\$ 1 BILHÃO POR ANO



29 Junho, 2021

Maior complexo industrial integrado do Hemisfério Sul, gerando 15 mil empregos diretos, e aproximadamente 30 mil indiretos com mais de 90 empresas instaladas, o Polo Industrial de Camaçari completa 43 anos nesta terça-feira, 29. O Primeiro complexo petroquímico planejado do país agrega empresas químicas, petroquímicas e de outros ramos de atividade como indústrias de pneus, celulose solúvel, metalurgia do cobre, têxtil, fertilizantes, energia eólica, fármacos, bebidas e serviços.

“O Polo representa 22% do PIB da indústria de transformação do Estado e tem uma contribuição anual acima de R\$ 1 bilhão em ICMS. A SDE é uma parceira desse grande parque industrial, e estamos sempre atentos para as ações de apoio às empresas, para que possam investir cada vez mais na Bahia”, afirmou o secretário de Desenvolvimento Econômico, Nelson Leal.

Foto: Carol Garcia



## CONTAS DO GOVERNO TÊM DÉFICIT DE R\$ 20,9 BI EM MAIO



29 Junho, 2021

No mês passado, as contas do governo registraram um déficit primário de R\$ 20,947 bilhões, informou hoje (29) a Secretaria do Tesouro Nacional. O déficit primário ocorre quando as despesas com tributos e impostos superam as receitas. Nesta conta não são considerados os gastos do governo com o pagamento de juros da dívida pública. O déficit primário registrado em maio deste ano é o melhor para o mês desde 2019, quando foi registrado um saldo negativo de R\$ 16,229 bilhões (valor corrigido pela inflação), segundo avaliação dos dados oficiais.

Em maio do ano passado, com a perda de arrecadação decorrente da primeira onda da Covid-19, junto com os gastos emergenciais, as contas do governo registraram um rombo de R\$ 136,837 bilhões (atualizado pela inflação). Sem a correção, o resultado negativo de maio de 2020 somou R\$ 126,636 bilhões.

De acordo com o Tesouro Nacional, o resultado de maio “foi significativamente” melhor do que a mediana das expectativas do mercado, que indicava um déficit fiscal de R\$ 48,7 bilhões no mês passado. A Receita Federal informou nesta terça-feira (29), de acordo com o G1, que a arrecadação de impostos atingiu R\$ 142,106 bilhões em maio, com alta de 70% na comparação com o mesmo período do ano passado, e bateu recorde para esse mês.

Foto – EBC

Veículo: Bahia.ba	
Data: 30.06.2021	

Publicado em 30/06/2021 às 10h21.

# Bahia registra queda de até 77% nas internações de pessoas acima de 60 anos

## Estado vacinou mais de 4,8 milhões de pessoas

Redação



Foto: Divulgação/Sesab

A Bahia registrou uma queda de até 77% nas internações de pessoas acima de 60 anos, quando comparado os meses de março e junho deste ano. O secretário de saúde Fábio Vilas-Boas divulgou o dado nesta quarta-feira (30). Queda é um reflexo da vacinação no estado, que já aplicou mais de 4,8 milhões de pessoas com a primeira dose ou em dose única.

De acordo com o secretário, “os dados comprovam a eficácia da vacinação, mas isso só está sendo possível graças ao planejamento estadual na aquisição de insumos para a aplicação das vacinas e a logística de distribuição em até 24 horas para os 417 municípios. Os gestores municipais também estão de parabéns ao criarem estratégias para vacinar rapidamente”, analisa o secretário.

Apesar de os dados do SivepGripe, que é o sistema de internação do Ministério da Saúde, apontarem queda em todas as faixas etárias no período analisado, a Diretoria da Vigilância Epidemiológica da Bahia (Divep) faz um alerta. “A faixa etária de 30 a 49 anos atualmente representa mais de 40% das internações, que são os

públicos não imunizados ou que iniciaram recentemente. Neste contexto, o distanciamento social, o uso de máscara e a higiene frequente das mãos se tornam ainda mais relevantes para esse grupo se prevenir da infecção e evitar complicações”, afirma a diretora da Divep, Márcia São Pedro.



## Guedes diz que arrecadação recorde reflete retomada da economia

Todos os setores da economia aumentaram a arrecadação



Foto: Washington Costa/Ascom ME | Por Redação no dia 29 de junho de 2021

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse hoje (29) que o aumento da arrecadação registrado pela Receita Federal (RFB), mostra que a economia brasileira “voltou a ficar de pé”.

“A economia brasileira continua surpreendendo favoravelmente”, disse o ministro ao anunciar a arrecadação de impostos e contribuições federais, de R\$ 142,1 bilhões em maio.

“É um recorde histórico esse crescimento de quase 70% em relação ao mesmo mês de maio do ano anterior. No acumulado de janeiro a maio, [a arrecadação] chegou a R\$ 744 bilhões. É um acréscimo real de 21% sobre o mesmo período do ano passado”, disse o ministro. Segundo Guedes, todos os setores aumentaram a arrecadação. “É inequívoco que o Brasil já se levantou e a economia está caminhando com velocidade bem acima da que era esperada na virada do ano”.

O ministro reiterou que o país está à beira de uma reforma tributária, que tem como compromisso não deixar que os impostos “sufoquem o empresariado brasileiro”. “Nesse segundo capítulo da reforma tributária, que já enviamos, mandamos sinal muito claro: nosso governo quer reduzir em termos reais a arrecadação sobre as empresas. Se a arrecadação vier acima do que esperávamos, temos de transformar isso em simplificação e redução de outros impostos. Anunciamos redução de 2,5% no Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, mas queremos passar isso para 5% nos



próximos anos. Estamos recalibrando nossos cálculos para ver se isso já é possível”, disse o ministro.

Na proposta de reforma entregue ao Congresso Nacional, a equipe econômica retoma tributos que incidem sobre rendimentos de capital e dividendos. A alíquota desses impostos foram zeradas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Guedes disse que a alíquota média que incide sobre dividendos em países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é entre 25% ou 26% de cobrança, mas em alguns países ela chega a 40%. “Estamos colocando essa alíquota em 20%, o que ainda é pouco, além de ser menos do que paga um assalariado”, disse o ministro.

Segundo ele, as empresas são um mecanismo de acumulação de recursos visando investimentos, inovação e a criação de emprego e renda. “Na medida em que as empresas acumulam capital e tecnologias, elas aumentam a produtividade do trabalho e os salários. Os impostos têm de ser cada vez mais baixos porque é uma engrenagem econômica. Quando o dinheiro sai da engrenagem e vai para os detentores de capital, aí sim é que se tem de pagar impostos”, argumentou.

O ministro acrescentou que a tributação que historicamente o país faz sobre assalariados se deve às facilidades de tributação dos contracheques. “Como é fácil tributar no contracheque, o Brasil tributava excessivamente trabalhadores de baixa renda. Por isso aumentamos de R\$ 1,9 mil para R\$ 2,5 mil a margem isenta de tributação”.

A expectativa da equipe econômica é a de que, nos próximos meses o país se aproxime dos níveis de arrecadação registrados em 2015. “Todos indicadores mostram que a economia se levantou vigorosamente. Continuamos com nosso compromisso de tirar o Estado do cangote do povo brasileiro. Esse aumento forte da arrecadação nos dá força para avançar nas reformas e desonerar empresas; reduzir impostos sobre trabalhadores de baixa renda; e tributar rendimentos de capital que estavam isentos”.



## Guedes avalia redução mais rápida do IRPJ, mas diz que alíquota de 20% sobre lucros e dividendos é 'moderada'

*Reforma do Imposto de Renda divulgada na última semana prevê redução de 2,5 pontos para empresas no primeiro ano após aprovação. Agora, ministro fala em tirar 5 pontos da alíquota.*

Por **Alexandro Martello, G1** — Brasília

29/06/2021 11h48 Atualizado há 21 horas

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou nesta terça-feira (29) que pode reformar a proposta apresentada pelo governo na última semana para a reforma do Imposto de Renda, de modo a permitir uma redução mais rápida da alíquota cobrada das empresas.

Para isso, no entanto, Guedes diz que seria preciso confirmar a instituição de uma cobrança de ao menos 20% na distribuição de lucros e dividendos para pessoas físicas.

Na última semana, o Ministério da Economia **enviou proposta ao Congresso Nacional propondo a redução da alíquota do IRPJ** – que atualmente é de 15% – para 12,5% em 2022 e 10% em 2023.



Governo propõe ampliar faixa de isenção do Imposto de Renda

O adicional de 10%, para lucros acima de R\$ 20 mil por mês, ou seja, para as empresas de maior porte, permaneceria inalterado, assim como a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Nesta terça-feira, Guedes afirmou que essa redução de 2,5 pontos percentuais no IR das empresas proposto para 2022 "aparentemente foi pouco".

"Temos de passar isso para 5 pontos imediatamente [em 2022]. Estamos recalibrando os cálculos para ver se isso é possível agora", declarou o ministro. Segundo ele, essa possibilidade ainda está em estudo pela área econômica.

Atualmente a tributação sobre as empresas de maior porte é de cerca de 34% no Brasil, considerando IRPJ e CSLL, patamar elevado na comparação internacional.

De acordo com levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI), feito com base em dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a tributação média da renda corporativa nesse grupo, que reúne nações mais desenvolvidas, foi de 23,3% em 2020.

### ***Lucros e dividendos***

O ministro Paulo Guedes disse, porém, que as pessoas físicas têm de pagar, ao menos, uma alíquota de 20%, referindo-se à proposta do governo para tributação de lucros e dividendos divulgada na última semana.

Em sua visão, essa é uma alíquota "bastante moderada" na comparação com outros países.

Guedes afirmou que a alíquota média na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), grupo de nações mais desenvolvidas, é de 25% a 26%, mas acrescentou que há países que cobram alíquotas de 30% ou até 40% na distribuição de lucros e dividendos.

Nesta segunda-feira (28), o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse ao "Valor" que o projeto de lei de reforma no imposto de renda é apenas o "ponto de partida" das discussões, que será alterado pelos parlamentares e que o Congresso não tem a intenção de aprovar nada que significa aumento da carga tributária, e **acrescentou que a alíquota sobre dividendos poderá ser 15%.**

De acordo com o ministro da Economia, a proposta do governo, de reduzir a tributação sobre as empresas, gera aumento de produtividade e elevação dos salários, pois diminui o peso dos impostos para as pessoas jurídicas. "Mas quando vai para rendimentos de capital [lucros e dividendos], aí sim tem de pegar. Há 25 anos que os sucessivos governos não tem coragem de tributar os rendimentos de capital", declarou Guedes. A tributação sobre lucros e dividendos foi extinta no Brasil em 1995.

Veículo: G1
Data: 29/06/2021



## Contas do governo têm déficit de R\$ 20,9 bilhões em maio

*Resultado foi divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional. Contas tiveram melhora na comparação com o mesmo mês de 2020, caracterizado pelo aumento de gastos públicos por conta da pandemia da Covid.*

Por **Alexandro Martello, G1** — Brasília

29/06/2021 14h31 Atualizado há 19 horas

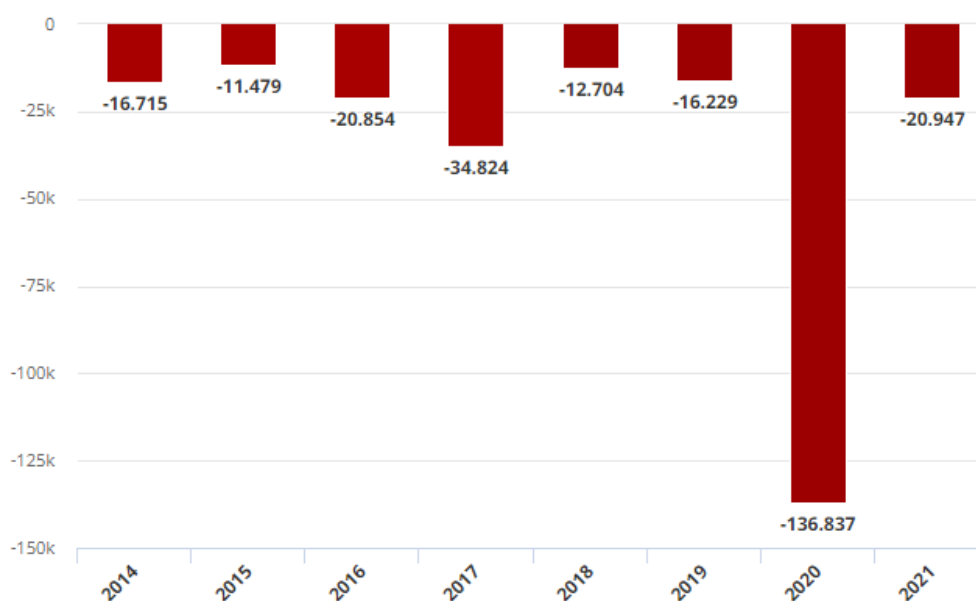
As contas do governo registraram um déficit primário de R\$ 20,947 bilhões em maio, informou nesta terça-feira (29) a Secretaria do Tesouro Nacional. O déficit primário ocorre quando as despesas com tributos e impostos superam as receitas. Nesta conta não são considerados os gastos do governo com o pagamento de juros da dívida pública.

Segundo dados oficiais, o déficit primário registrado em maio deste ano é o melhor para o mês desde 2019, quando foi registrado um saldo negativo de R\$ 16,229 bilhões (valor corrigido pela inflação).

Em maio do ano passado, com a perda de arrecadação decorrente da primeira onda da Covid-19, junto com os gastos emergenciais, as contas do governo registraram um rombo de R\$ 136,837 bilhões (atualizado pela inflação). Sem a correção, o resultado negativo de maio de 2020 somou R\$ 126,636 bilhões.

## Contas do governo

Para meses de maio, em R\$ bilhões



Fonte: Tesouro Nacional

De acordo com o Tesouro Nacional, o resultado de maio "foi significativamente" melhor do que a mediana das expectativas do mercado, que indicava um déficit fiscal de R\$ 48,7 bilhões no mês passado.

A Receita Federal informou nesta terça-feira (29) que a arrecadação de impostos atingiu R\$ 142,106 bilhões em maio, com alta de 70% na comparação com o mesmo período do ano passado, e **bateu recorde para esse mês**.

"O resultado primário do mês de maio revela a manutenção na melhora das condições fiscais do Governo Central observada desde o início do ano, ocasionada pelo desempenho bastante robusto da receita, acompanhado de um nível de execução das despesas abaixo do patamar do ano anterior", avaliou o Tesouro Nacional.

### ***Parcial do ano e meta fiscal***

Ainda segundo informações do Tesouro Nacional, no acumulado dos cinco primeiros meses deste ano as contas do governo apresentaram um superávit primário de R\$ 19,911 bilhões.

No mesmo período do ano passado, foi registrado resultado negativo de R\$ 222,493 bilhões recorde por conta dos gastos com a pandemia da Covid-19 e os seus efeitos na arrecadação.

Esse foi o melhor resultado para este período em sete anos, ou seja, desde 2014, quando o saldo positivo somou R\$ 24,608 bilhões (valor corrigido pela inflação).

Além do aumento da arrecadação nos cinco primeiros meses do ano, o resultado de 2021 foi influenciado pela contenção de gastos pelo governo necessária devido à demora na aprovação do Orçamento deste ano - **que foi sancionado somente em abril.**

Para o ano de 2021, o governo está autorizado a registrar déficit primário de até R\$ 247,118 bilhões. Entretanto, despesas extraordinárias com a pandemia do coronavírus, nas áreas de saúde e auxílio emergencial, entre outras, estão fora do objetivo fiscal.

Em maio, o Ministério da Economia revisou de **R\$ 286,011 bilhões para R\$ 187,7 bilhões a previsão para o rombo nas contas do governo neste ano.** O valor consta do relatório de avaliação das receitas e despesas.

Veículo: Bahia
----------------

Data: 29/06/2021
------------------



## BARES E RESTAURANTES PODERÃO TER REDUÇÃO DE ICMS ATÉ 2032



29 Junho, 2021

Bares e restaurantes poderão ter incentivos fiscais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) até o fim de 2032, para reduzir os impactos da pandemia de Covid-19 sobre o setor.

É o que prevê um projeto de lei aprovado na última quinta-feira (24 de junho) pelo plenário da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), em discussão única. A alíquota passaria a ser de 3% para fornecimento ou saída das refeições e de 4% nas demais operações. Hoje, a alíquota é de 4% para todas as operações.

O projeto, de autoria do deputado André Ceciliano (PT), atende a reivindicações do Sindicato de Bares e Restaurantes (SindRio) e beneficia bares, restaurantes, lanchonetes, casas de chás e sucos e estabelecimentos similares. O texto, agora, segue para sanção ou veto do governador Cláudio Castro.

— Estamos falando, em alimentação, de uma redução de 25% da alíquota do imposto, o que transformaria a gente (Rio) em uma das menores alíquotas do Brasil. Para se ter uma ideia, em São Paulo, a alíquota é 3.69%, e em Santa Catarina, 7%. Realmente, é uma diferença bem significativa, afirma o presidente do SindRio, Fernando Blower.

— Durante a pandemia, muitas dessas empresas tiveram que fechar. E, se nós não voltarmos com algum incentivo para esse setor, seguramente mais de 25% desses estabelecimentos não vão ter condição de reabrir. Precisamos criar todas as condições para ter um Rio de Janeiro melhor e esperamos reabrir todos os estabelecimentos que foram fechados, além de trazer novos investimentos, diz Ceciliano.

**Minas Gerais foi inspiração**



A proposta é uma colagem das alíquotas praticadas em Minas Gerais, presentes no artigo 75, inciso 39 do Decreto de Minas 43.080/02. Tanto a Lei Complementar Federal 160/17 quanto o Convênio ICMS Confaz 190/17 permitem a prática de copiar os incentivos fiscais de estados vizinhos, mesmo durante o regime de recuperação fiscal para evitar guerra fiscal.

Veículo: Política Livre	
Data: 30.06.2021	

30 de junho de 2021 | 10:28

## Bahia registra queda de até 77% nas internações de pessoas com Covid-19 acima de 60 anos, anuncia secretário

### BAHIA

Após cinco meses do início da vacinação contra o coronavírus, a Bahia já vacinou mais de 4,8 milhões de baianos com a primeira dose ou em dose única. O resultado é uma queda de até 77% nas internações de pessoas acima de 60 anos, quando comparado os meses de março e junho deste ano.

Na avaliação do secretário da Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas, “os dados comprovam a eficácia da vacinação, mas isso só está sendo possível graças ao planejamento estadual na aquisição de insumos para a aplicação das vacinas e a logística de distribuição em até 24 horas para os 417 municípios. Os gestores municipais também estão de parabéns ao criarem estratégias para vacinar rapidamente”, analisa o secretário.

Apesar de os dados do SivepGripe, que é o sistema de internação do Ministério da Saúde, apontarem queda em todas as faixas etárias no período analisado, a Diretoria da Vigilância Epidemiológica da Bahia (Divep) faz um alerta.

“A faixa etária de 30 a 49 anos atualmente representa mais de 40% das internações, que são os públicos não imunizados ou que iniciaram recentemente. Neste contexto, o distanciamento social, o uso de máscara e a higiene frequente das mãos se tornam ainda mais relevantes para esse grupo se prevenir da infecção e evitar complicações”, afirma a diretora da Divep, Márcia São Pedro.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 30/06/2021	Caderno: Economia



# Arrecadação tem alta de 70% em maio e soma R\$ 142 bilhões, recorde para o mês

*Aumento foi registrado na comparação com o mesmo mês de 2020; em relação a abril deste ano, houve queda de 10,13% no recolhimento de impostos*

**Lorena Rodrigues , O Estado de S.Paulo**

29 de junho de 2021 | 11h30

BRASÍLIA - A arrecadação de **impostos** e contribuições federais somou R\$ 142 bilhões em maio, o maior valor para o mês da série histórica da **Receita Federal**, que teve início em 1995. O resultado representa um aumento real (descontada a inflação) de 70% na comparação com o mesmo mês de 2020, quando a **economia** brasileira sofria fortemente os efeitos da pandemia e muitas atividades fecharam para tentar conter a propagação da pandemia.

No acumulado do ano até maio, a arrecadação federal somou R\$ 744,8 bilhões, também o maior volume para o período da série histórica (1995). O montante ainda representa um aumento real de 21% na comparação com os primeiros cinco meses do ano passado.

No ano passado, o governo também atrasou o pagamento de tributos, como **PIS**, **Pasep** e **Cofins** e a arrecadação previdenciária, o que baixou a arrecadação entre abril e maio. Neste ano, como esses pagamentos não foram postergados, houve alta na receita desses tributos.



Segundo a Receita, de janeiro a maio deste ano a arrecadação de impostos ficou 21,17% acima do registrado no mesmo período de 2020. Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil

Além da base mais baixa no ano passado, contribuíram para o resultado a maior atividade econômica, que leva a um aumento no pagamento de impostos, resultado, entre outros fatores, do dinamismo do consumo da população e do aumento dos preços das commodities - produtos com cotação internacional, como alimentos, petróleo e minério de ferro

O ministro da Economia, Paulo Guedes, – que fez um pronunciamento na divulgação dos resultados da arrecadação, mas não respondeu perguntas da imprensa - disse que o resultado da arrecadação confirma o momento favorável da economia brasileira. “O Brasil foi até as portas do inferno [na arrecadação], quando estava voltando, fomos atingidos pela covid”, completou.

Também contribuiu para o aumento de arrecadação neste ano “fatores não recorrentes”, como recolhimentos extraordinários de, aproximadamente, R\$ 16 bilhões de **Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)** e **IRPJ** de janeiro a maio de 2021, sendo R\$ 4 bilhões apenas em maio, além da suspensão de tributos no ano passado, que representou um pagamento maior de R\$ 4,5 bilhões neste ano.

Essas receitas classificadas como atípicas são, principalmente, pagamento de tributos sobre operações de fusão e outros pagos pelo setor de mineração e extração de minerais, que tem tido forte desempenho com a alta do minério de ferro. Excluídos esses fatores, o crescimento seria de 23,74% em maio.



# Proposta de reforma tributária foi um duro golpe no mercado imobiliário

*Ao desestruturar todo um sistema tributário, projeto poderá trazer consequências não desejadas, como desemprego, menos investimento e menos moradia*

*Ricardo Lacaz Martins\*, O Estado de S.Paulo*

30 de junho de 2021 | 04h00

O mercado imobiliário, que vem sendo uma das locomotivas da recuperação econômica neste período de pandemia, pode sofrer um profundo golpe na sua organização, com repercussões nos preços e na oferta de imóveis residenciais, comerciais, logísticos e industriais, e, naturalmente, na geração de emprego e renda. E isso em razão da proposta de **reforma tributária** apresentada pelo governo federal na última sexta-feira.

A despeito da boa intenção em corrigir a tabela do **Imposto de Renda (IR)** das pessoas físicas e aumentar a tributação da chamada renda passiva – aquela decorrente da aplicação do capital, tais como juros, dividendos e rendimentos –, a forma pela qual foi redesenhada a tributação sobre a renda trará, se aprovado o projeto, um desincentivo ao investimento em imóveis.

Começemos pelos fundos imobiliários (FIIs), que, nos últimos anos, somente como exemplo, foram responsáveis por 64% dos investimentos em logística e imóveis comerciais do **País**. Esses fundos seriam taxados a uma alíquota de 15%, gerando um potencial de arrecadação de R\$ 1,050 bilhão ao ano. Somente na sexta-feira passada, o Ifix, índice que reflete a variação dos FIIs, teve uma perda de R\$ 3 bilhões, superior, portanto, à arrecadação que seria gerada. Tudo isso apenas em função da notícia de aumento da sua tributação.

Tributação dos lucros distribuídos atinge o modelo de organização das incorporadoras. Foto: Werther Santana/Estadão

Atualmente, a média de dividendo pago pela indústria dos fundos de “tijolo” é de 6,8% a.a. e, com a citada tributação, haveria uma redução para 5,7% a.a., próximo à remuneração dos títulos do governo, sem, no entanto, o risco inerente à atividade empresarial. A proposta de aumento da carga tributária fará com que o investimento em imóveis para renda e desenvolvimento de galpões e edifícios comerciais flua para outras categorias de ativos, com risco/retorno mais atrativos, deixando de ofertar ao mercado sites de qualidade e preço para o crescimento dos negócios empresariais.

Camufladas no projeto encontram-se mais três disposições que desorganizam a estrutura do mercado imobiliário, levando aos mesmos efeitos que potencialmente veremos nos FIIs, dentre os quais, o desinvestimento. A primeira delas é a alteração da tributação das Sociedades em Conta de Participações, instrumento utilizado cotidianamente para a viabilização de parcerias e investimentos em desenvolvimentos imobiliários.

Além disso, há a intenção de vedar a opção pelo lucro presumido a empresas que possuem receita de locação e compra e venda de imóveis, obrigando-as à tributação pelo lucro real. Tal dispositivo, se aprovado, inviabilizará o desenvolvimento da atividade empresarial em investimento de imóveis para renda, o que, se somado à aprovação da **Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)**, levaria a tributação para 54% sobre as receitas recebidas (32,5% de IR/**CSLL**, 12% de CBS e 20% de IR sobre lucros), um verdadeiro confisco. Com a mesma carga tributária, os loteamentos seriam atingidos e, conseqüentemente, também inviabilizados.

Por fim, a tributação dos lucros distribuídos atingiria o modelo de organização das incorporadoras. Por exigência do mercado de crédito e dos consumidores, essas empresas constituem sociedades específicas para cada empreendimento, normalmente tributadas pelo lucro presumido ou pelo regime especial do patrimônio afetado (RET). Assim, o resultado de cada empreendimento é compartilhado em uma holding, que assume os custos operacionais de gestão, financiamento, planejamento, marketing, dentre outros. Com a tributação na distribuição de lucros entre as SPEs e a holding,

parte do resultado do grupo será bitributado, culminando em custos adicionais e ineficientes para a estrutura empresarial.

Ao desestruturar todo um sistema de tributação imobiliária ajustado nos últimos anos e que vem gerando receita e crescimento econômico ao País, este projeto poderá trazer consequências não desejadas pela sociedade: mais desemprego, menos investimento e menos moradia.



## "Reforma aumenta a carga tributária"



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A segunda etapa da reforma tributária do ministro da Economia, Paulo Guedes, poderá aumentar a **arrecadação** sem o governo fazer o dever de casa e cumprir o que prometeu quando tomou posse: cortar despesa e acabar com a má alocação de recursos. De acordo com o advogado tributarista Ilan Gorin, os cofres da União poderão engordar entre R\$ 150 bilhões e R\$ 210 bilhões apenas com mudanças feitas na tributação das empresas.

'A proposta é um horror. Além de aumentar a carga tributária, cria mais burocracia para as empresas', resumiu Gorin, em entrevista ao Blog do Vicente. De acordo com o especialista, não existe benefício ao contribuinte, seja pessoa física, seja pessoa jurídica.

No caso das empresas, a carga tributária sobre o lucro será ampliada de 34% para 43% para as que fazem a declaração pelo lucro real, pelos cálculos de Gorin. Segundo ele, a receita do governo com Imposto de

Renda Pessoa Jurídica e Contribuição sobre o Lucro Líquido (IRPJ-CSLL) poderá aumentar, em média, 70%. Ele inclui nessa conta a criação da alíquota de 20% sobre dividendos e o fim da dedução dos Juros sobre Capital Próprio (JCP). 'A redução de 5% do Imposto de Renda das empresas e a criação do imposto sobre dividendos em 20% estarão aumentando a carga tributária do IRPJ das empresas em 43% para as de lucro real, e em 112% para as de lucro presumido', afirmou.

Pelos cálculos de Gorin, o governo poderá aumentar a **arrecadação** em torno de R\$ 210 bilhões por ano sobre a receita atual média de R\$ 300 bilhões de IRPJ e CSLL combinados, considerando os 70% de aumento médio para as empresas. Em uma conta mais conservadora, o especialista prevê R\$ 150 bilhões de alta na **arrecadação**. 'O governo alega que a perda de receita com a **arrecadação** seria de R\$ 16 bilhões. Mas a compensação será muito maior, e, portanto, o objetivo dessa proposta é meramente arrecadatário', avaliou.

'Uma reforma tributária, para ser justa, precisa manter a carga tributária e não aumentar a **arrecadação**. Os números não mostram equalização. É uma falácia', afirmou. O advogado ressaltou ainda que o governo, ao corrigir a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), ampliando o limite de isenção de R\$ 1,9 mil para R\$ 2,5 mil, alega que vai beneficiar 5,6 milhões de brasileiros, mas há muita confusão nos números apresentados.

'O governo só vai reincluir essas pessoas na faixa de isenção, onde elas já estavam em 2015, e elas já deveriam continuar não pagando Imposto de Renda. A tabela foi reajustada só na primeira faixa, e, nas demais, em 13%, menos da metade da inflação, de 28%',

explicou. (RH)

**Assuntos e Palavras-Chave:** SEFAZ - Secretaria da  
Fazenda - Arrecadação

## Arrecadação de impostos chega a R\$ 142,106 bilhões e é recorde para maio



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Vera Batista

A **arrecadação** de impostos, contribuições e demais receitas federais do país foi de R\$ 142,106 bilhões em maio de 2021, com alta de 69,88% no mês, já descontada a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), segundo dados divulgados pela Receita Federal. No acumulado de janeiro a maio de 2021, a **arrecadação** chegou a R\$ 744,828 bilhões, com alta real de 21,17%, em relação ao mesmo período do ano passado. De acordo com o Fisco, se trata do melhor desempenho desde 2000, tanto para o mês de maio quanto para o período acumulado. Há quatro meses (fevereiro, março, abril e maio de 2021), os números estão vindo acima dos registrados em 2020, ressalta a Receita.

O valor arrecadado apenas nas receitas administradas pelo Fisco, em maio de 2021, foi de R\$ 137,927 bilhões, representando um acréscimo real (IPCA) de 67,65%; já

no período acumulado de janeiro a maio de 2021, a **arrecadação** alcançou R\$ 711,927 bilhões, registrando acréscimo real (IPCA) de 21,42%. De acordo com a Receita, o resultado pode ser explicado, principalmente, pelos fatores não recorrentes, como recolhimentos extraordinários de, aproximadamente, R\$ 16 bilhões do IRPJ/CSLL de janeiro a maio de 2021, e pelos recolhimentos extraordinários de R\$ 2,8 bilhões no mesmo período do ano anterior. 'Além disso, as compensações aumentaram 89% em maio de 2021 em relação a maio de 2020 e cresceram 46% no período acumulado', destaca.

### Destaques de maio

No mês, de acordo com a Receita, a Cofins e o PIS/Pasep tiveram **arrecadação** conjunta de R\$ 27,332 bilhões, o que representa um acréscimo real de 101,20%. 'Esse resultado decorre da conjugação dos seguintes fatores: da prorrogação do prazo para o recolhimento destas contribuições, de maio para outubro de 2020 (Portaria nº 139, de 3 de abril de 2020), em razão da pandemia do coronavírus; dos acréscimos reais de 41% do volume de vendas (PMC-IBGE) e de 19,80% no volume de serviços (PMS-IBGE) em abril de 2021 em relação a abril de 2020; do crescimento do PIS/Cofins nas importações; e do crescimento de 346,81% no volume das compensações tributárias em relação a maio de 2020', informa a Receita.

Já a receita previdenciária teve **arrecadação** de R\$ 35.598 bilhões, com acréscimo real de 53,72%. Esse resultado pode ser explicado pelos diferimentos do prazo para pagamento do Simples Nacional e da Contribuição Previdenciária Patronal concedidos em

2020 em conjunto com o adiamento do prazo para pagamento do Simples Nacional em 2021 e pelo aumento das compensações tributárias com débitos de receita previdenciária em razão da Lei 13.670/18. .

O Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido totalizaram no mês de maio uma **arrecadação** de R\$ 22,614 bilhões, o que representa um acréscimo real de 83,40%. O resultado reflete os acréscimos reais de 101,18% na **arrecadação** referente à estimativa mensal, de 114,43% na **arrecadação** do balanço trimestral e de 26,06% na **arrecadação** do lucro presumido. Houve também recolhimentos atípicos de, aproximadamente, R\$ 4 bilhões, por algumas empresas de diversos setores econômicos.

**Assuntos e Palavras-Chave:** SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

## opinião

## FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias

DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila

SUPERINTENDENTES Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito

CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite,

Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Collucci, Hélio Schwartzman,

Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota,

Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)

DIRETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benz (comercial), Marcelo Machado

Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

## EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

## Mal parada

Emenda que inclui juízes obtém assinaturas, mas avanço da reforma administrativa é difícil

Em reformas do Estado, como as do serviço público e do sistema de impostos, não se devem esperar desfechos redutores, que equacionem de uma única vez todas as distorções e injustiças reconhecidas.

Trata-se, afinal, de projetos que se desdobram em múltiplas frentes e inevitavelmente despertarão resistências tenazes de setores influentes, por motivos razoáveis ou pela preservação de privilégios. Nesse sentido, os avanços incrementais — passos, mesmo que aparentemente modestos, na direção certa — precisam ser valorizados.

Isso dito, é deplorável que a reforma administrativa em tramitação na Câmara dos Deputados não inclua juízes e procuradores, categorias das mais abonadas na administração pública. E são chocantes as dificuldades enfrentadas até para o mero debate do tema.

Como noticiou a Folha, uma emenda que procura remediar essa lacuna não havia conseguido até segunda (28) o número mínimo de assinaturas dos parlamentares. Só agora o objetivo foi atingido, a poucos dias do prazo final.

Assinaturas, cabe ressaltar, não significam voto favorável, mas apenas um sinal verde para que a alteração seja considerada na Casa. No caso, eram necessários os autógrafos de 171 dos 513 deputados.

Quando apresentou sua proposta de emenda constitucional (PEC), em setembro do ano passado, o governo Jair Bolsonaro argumentou que deixava de fora juízes, procuradores e congressistas porque

a regulação de tais categorias não estaria ao alcance de iniciativa do Executivo. Quase dez meses depois, a alegação não faz mais sentido.

A reforma tem o propósito de eliminar gastos exorbitantes e elevar a produtividade do funcionalismo, acabando com promoções automáticas por tempo de serviços e reduzindo o alcance da garantia de estabilidade no emprego. Numa etapa posterior haveria a revisão das estruturas de carreira, com queda dos salários iniciais.

Tudo isso vale apenas para os futuros servidores, o que já corresponde a uma rendição prematura ante o lobby poderoso das corporações estatais — que conta com o próprio presidente da República em suas fileiras. Ainda assim, as perspectivas de tramitação do texto não parecem promissoras.

A despeito da má vontade no Executivo e no Legislativo, entretanto, a realidade orçamentária não permitirá que se empurre a questão como a barriga indefinidamente.

Enquanto minguem os recursos para todas as áreas, o Brasil continua ostentando um dos maiores gastos públicos com pessoal do mundo como proporção de sua economia — e o Judiciário mais caro entre os principais países.

Sempre cabe avaliar qual é a melhor estratégia política para fazer caminharem as correções possíveis, desde que haja persistência e visão do todo. O gradualismo é defensável e muitas vezes até desejável, mas pode se confundir facilmente com a inação covarde.

## Insistência no erro

Decreto de Bolsonaro reforça presença militar no governo, na contramão de PEC em debate

O apoio tácito que setores importantes das Forças Armadas prestaram ao candidato Jair Bolsonaro resultou, com sua vitória eleitoral, em progressivo aparelhamento da máquina do Estado por militares.

Levantamentos realizados por este jornal e pelo Tribunal de Contas da União (TCU) já quantificaram a tendência de ocupação crescente de cargos públicos por nomes da caserna, que abarca desde o primeiro escalão do governo a cargos subalternos, passando por empresas controladas pela União.

São vários os embaraços criados por essa situação. A formação de membros das Forças não os prepara para o desempenho de determinadas funções governamentais, que exigem qualificação específica e, não raro, traquejo político.

O problema torna-se mais grave quando a Presidência insiste em convocar para o governo oficiais da ativa. Os riscos dessa opção ficaram patentes com a desastrosa passagem do general Eduardo Pazuello pela pasta da Saúde e por sua presença, após a demissão, num palanque eleitoral ao lado de seu ex-chefe.

O episódio gerou constrangimen-

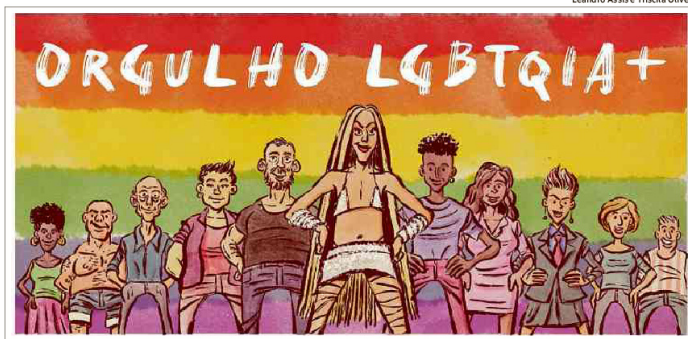
tos e terminou com uma perigosa omissão do comando do Exército, que preferiu poupar o oficial de punição, como exigia o regulamento.

Agora, Bolsonaro, como é de seu feitio, insiste no erro e edita um decreto para permitir a presença de militares da ativa em cargos do governo por tempo indeterminado.

O diploma, assinado também pelo ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, contradiz o artigo 98 do Estatuto dos Militares (lei 6.880 de 1980) pelo qual se prevê a transferência para a reserva remunerada de militar que ultrapassar dois anos de afastamento em cargos públicos civis.

O decreto circunscreve a prerrogativa a um arco limitado, mas relativamente amplo de funções. Trata-se de decisão temerária, na contramão do correto debate em curso no Congresso com vistas a aprovar emenda constitucional para vetar a presença de militares da ativa em postos da administração.

Embora tal projeto encontre substancial apoio na cúpula das Forças Armadas, não parece contar com a simpatia do presidente da República, que segue agindo de maneira personalista e deletéria.



Leandro Assis e Triscia Oliveira

## A biografia ou o cargo?

Hélio Schwartzman

SÃO PAULO Já se depararam com o dilema Luiz Henrique Mandetta, Nelson Teich e Eduardo Pazuello. Enfrenta-o agora Augusto Aras. E eu poderia agurar o resto da coluna citando outros nomes. O dilema de que falo é: a biografia ou o cargo?

Mandetta e Teich poderiam ter conservado o emprego de ministro, se tivessem se dobrado às vontades de Bolsonaro. Prefeririam não fazê-lo, salvando seu currículo como médicos e seres humanos. Pazuello optou pelo cargo, mas se meteu em tantos rolos que acabou ficando sem o posto e com a biografia arruinada.

É Aras, porém, quem será submetido ao teste de forma mais dramática. Ele tem de decidir se denuncia Jair Bolsonaro pelo crime de prevaricação, a essa altura já bem caracterizado, ou se poupa o presidente, como vem fazendo até aqui. Se opta pela denúncia, preserva a biografia, mas perde a recondução para o cargo. Se a engaseta, ganha um novo biênio como chefe ou quem sabe até vaga no STF.

Para quem olha de fora e não é um

milite governista, parece óbvio que a biografia deveria valer mais do que um período breve de poder efêmero. Ainda assim, não são poucos os que se curvam a despropósitos de chefes. Como explicar isso?

Minha hipótese é que temos dificuldade para identificar questões morais e abordá-las com a gravidade que exigem. O mais comum é nem reconhecermos sua dimensão moral e as tratamos como decisões ordinárias, não muito diferentes da escolha da cor das meias que usaremos.

Isso fica claro em experimentos como o do bom samaritano. Nela, seminaristas que haviam se preparado para falar sobre a parábola bíblica (e deveriam, portanto, estar propensos a ajudar o próximo) são em seguida colocados diante de um ator que lhes pede socorro. O que determina suas reações é basicamente a pressão: 90% dos seminaristas que achavam estar atrasados para um compromisso ignoraram os apelos; dos que acreditavam ter tempo, 63% ajudaram.

helio@uol.com.br

## Vacina, impeachment e voto

Bruno Boghossian

BRASÍLIA O governo jogou todas as fichas na blindagem de Jair Bolsonaro. Pela manhã, senadores aliados disseram na CPI que o presidente havia pedido em março uma apuração sobre a compra da Covaxin. Segundo eles, o Ministério da Saúde não encontrou nada de errado. Mais tarde, porém, a própria pasta informou que vai suspender e analisar novamente o contrato.

O vácuo reflete o medo do governo e mostra que Bolsonaro estava mais interessado em dar uma resposta política do que em explicar as negociações feitas nessa área. O presidente acreditava que conseguiria ganhar tempo para se livrar do caso, mas uma nova acusação de cobrança de propina mostra que ele não conseguirá eliminar esse fantasma.

O representante de uma empresa disse a repórter Constança Rezen de que recebeu um pedido de US\$ 1 por dose que seria comprada pelo Ministério da Saúde. O autor teria sido Roberto Ferreira Dias, diretor de Logística da pasta, indicado pelo líder do governo, Ricardo Barros.

Os dois já haviam sido citados no caso da Covaxin. A nova história deve dobrar a pressão sobre o governo.

A frente de batalha imediata está nas cobranças por um processo de impeachment com base nas suspeitas de corrupção sobre o governo. O andamento vai depender das investigações. Enquanto permanecerem dúvidas, dificilmente o centrão votará para derrubar o presidente.

Será mais difícil conter o desgaste eleitoral. Depois de ter chegado ao Planalto com a fantasia do combate à corrupção, a imagem de Bolsonaro pode derreter de vez, mesmo que não seja possível comprovar algum crime até a disputa nas urnas. É por isso que ele apelou cedo para o bordão de que não tem como saber "o que acontece nos ministérios".

Parte do eleitorado de Bolsonaro é sensível a sinais de corrupção. Eles já se afastaram do governo, mas poderiam voltar a apoiá-lo. As duas suspeitas, no entanto, tornam o caminho mais escurecido. O movimento dessa fatia dos brasileiros deve determinar o resultado de 2022.

## Jornalismo deve se posicionar

Mariliz Pereira Jorge

RIO DE JANEIRO Mais do que os artistas, quem deve se posicionar contra o governo Bolsonaro é o jornalismo e, consequentemente, os jornalistas. Não é uma questão de parcialidade ou imparcialidade. A missão de informar com isenção é um compromisso inegociável firmado com a sociedade.

Mas diante de um governo que se mostra negligente, incompetente e antidemocrático, não há outro senão o lugar de uma oposição combativa por parte da imprensa. Só quem estava muito distraído para não entender que a eleição do atual presidente seria um desastre. Que seja dado o benefício da dúvida. Ok, acabou o tempo, não há mais burocracia.

Jair Bolsonaro destrói o país há mais de dois anos. Meio ambiente devastado, política internacional desmoralizada, aparelhamento das polícias, educação abandonada, cultura satanizada, instituições na corda bamba. Como se não bastasse, sua política sanitária enterrou meio milhão de brasileiros.

A maioria dos veículos de comunicação demorou a reagir às mentiras de Bolsonaro, cravando suas declarações em manchetes, quando em inúmeras vezes a única coisa possível seria dizer que o presidente mente. Tal qual a imprensa americana, a brasileira teve que se adaptar a um mandatário que se vale de informações falsas para governar ao mesmo tempo que mina a credibilidade e a relação do jornalismo com a sociedade.

Numa guerra declarada, ainda títubeamos ao lidar com ataques públicos, manipulação de dados, disseminação de mentiras. Se o jornalismo não se posiciona pelo fim deste governo, será atropelado pela barba Bolsonaro. O que está em jogo é a democracia e a liberdade para possa cumprir sua missão.

Criada na escola Millôr Fernandes, jornalismo para mim sempre foi oposição, independentemente da ideologia do governo. Hoje, jornalismo é resistência. Dito tudo isso, esta colunista é #elenão, #foraBolsonaro, impeachment e cadeia.

## Pasticcio fiscal

Antonio Delfim Netto

Economista e ex-ministro da Fazenda (governos Costa e Silva e Médici).  
Escreve às quartas

Normalmente, a concepção de uma reforma tributária leva em conta alguns princípios e objetivos: simplificação, equidade, progressividade desejada, melhoria da eficiência alocativa, dentre outros. Para que sejam atingidos, a taxaação do consumo, das rendas e do patrimônio devem ser, além de coerentes individualmente, consistentes entre si, de forma a produzir um sistema harmônico.

O "normalmente" já não é tão frequente. Na semana passada, o governo apresentou alterações, que caminham na direção correta, à tributação da renda das pessoas físicas e jurídicas, como a redução do IRPF, a taxaação dos dividendos, e a maior isonomia na taxaação de alguns instrumentos financeiros.

O problema está nos detalhes, e a formulação produziu um "pasticcio" que será altamente indigesto ao setor produtivo, com implicações para os investimentos e para o crescimento econômico futuro. É difícil crer, por exemplo, que a brutal elevação que calcula-se para a tributação das empresas no lucro presumido (de 34% para 49%) ou que a definição de uma alíquota média sobre o lucro distribuído superior à da OCDE terá viés pró-crescimento.

Há duas interpretações: a correção da tabela do IR é uma medida eleitoreira (de eficácia duvidosa) encomendada pelo Planalto. Para viabilizá-la fiscalmente, produziu-se tal resultado. Disso se depreende, também, que o Ministério da Economia abriu mão de seu papel, eficaz até então, de barrar as "grandes ideias" que todos sabem como termina.

A interpretação caridosa é que a versão submetida não passou pelos ajustes finais, aqueles onde as implicações para a dinâmica dos investimentos, produtividade e crescimento econômico são explicitadas aos interessados de forma a estabelecer limites ao que é possível ser feito. Iria para a conta das trapalhadas, como a finada ideia do uso de precatórios para financiar a expansão de programas sociais.

Se não for isso, teremos de aguardar os argumentos que defendem as escolhas e seus impactos. Será curioso para um governo dito pró-mercado que combate a má alocação de recursos (e que conta até com simpatisantes do inusitado "imposto é roubo"). Nada do que está ali é indefensável.

A progressividade do sistema e o tamanho da mordida em cada grupo são escolhas normativas. É apenas um caminho estranho ao que se defendeu até aqui e que onera ainda mais o setor produtivo em favor de uma fração (de tamanho incerto) da classe média.

Se a versão caridosa for verdadeira, paciência. Coloca-se a conta no sujeito oculto que a produziu, e busca-se interlocução com a sociedade para que o projeto final seja melhor calibrado.

**Principais mudanças**

**PESSOAS FÍSICAS ATUALIZAÇÃO DO VALOR DE IMÓVEIS**  
**Como é** Ao vender o imóvel, o cidadão paga entre 15% e 22,5% de imposto sobre o ganho de capital que teve em relação ao valor originalmente declarado à Receita  
**Como ficaria** Seria permitido atualizar o valor dos imóveis mesmo sem a venda, com uma incidência de 5% de imposto sobre a diferença. Com isso, o cidadão pagaria menos imposto na hora da venda e anteciparia receitas aos cofres públicos

**DESCONTO SIMPLIFICADO**  
**Como é** Na declaração anual de ajuste do IR, os contribuintes podem hoje pedir o desconto simplificado de 20%. O percentual é um valor presumido, criado para simplificar o processo  
**Como ficaria** Só quem ganha até R\$ 40 mil por ano teria direito ao desconto. A justificativa é que a evolução tecnológica já simplifica hoje a declaração. Outras formas de dedução (despesas médicas e educacionais) permanecem

**PESSOAS JURÍDICAS REDUÇÃO DE ALÍQUOTA**  
**Como é** Alíquota do IRPJ é hoje de 15%. Além disso, há cobrança de 10% sobre o lucro que exceder R\$ 20 mil  
**Como ficaria** Corte da alíquota para 12,5% em 2022 e 10% em 2023. Fica inalterada a cobrança de 10% sobre lucro que exceder R\$ 20 mil

**INVESTIMENTOS DIVIDENDOS**  
**Como é** São isentos  
**Como ficaria** Seria tributados em 20% na fonte. Haverá isenção para até R\$ 20 mil por mês, mas desde que a pessoa receba de micro ou pequena empresa

**JCP (JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO)**  
**Como é** Além dos dividendos, as empresas podem distribuir lucros aos acionistas via JCP. A diferença é que o instrumento pode ser computado pelas empresas como despesa (ou seja, ajuda a abater impostos)  
**Como ficaria** Fim dos JCP

**UNIFICAÇÃO DE ALÍQUOTAS NA RENDA FIXA**  
**Como é** Hoje há um escalonamento na cobrança, de 15% a 22,5% sobre os ganhos conforme o prazo de resgate  
**Como ficaria** Passaria a ser cobrada a alíquota de 15% independentemente do prazo. Justificativa é beneficiar o pequeno investidor

**FUNDOS IMOBILIÁRIOS**  
**Como é** Hoje há isenção sobre os rendimentos distribuídos a pessoa física no caso de fundos imobiliários com cotas negociadas em Bolsa a partir de 2022, e a tributação dos demais cotistas é de 20%  
**Como ficaria** Fim da isenção e cobrança unificada de 15%

**COME-COTAS EM FUNDOS ABERTOS E FECHADOS**  
**Como é** Os fundos abertos pagam imposto (o chamado come-cotas) duas vezes por ano, em maio e novembro. Já os fechados não têm essa obrigação e só pagam na hora do resgate dos recursos  
**Como ficaria** Os abertos deixam de recolher em maio e passam a recolher só em novembro. Já os fechados passam a ter a obrigação de recolher em novembro, como os abertos

# Reforma de Guedes pode aumentar IR de 6,8 milhões de contribuintes, diz FGV

Estudo mostra que limitação da declaração simplificada levaria a aumento de R\$ 11,6 bi no valor devido

**Bernardo Caram**

**SÃO PAULO** A limitação de uso da declaração simplificada do IR (Imposto de Renda), presente na proposta do governo para a reforma tributária, tem potencial para aumentar o imposto a ser pago por 6,8 milhões de contribuintes. A conclusão é do Observatório de Política Fiscal do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas).

Atualmente, qualquer contribuinte pode optar por fazer a declaração simplificada. Na reforma, não há necessidade de incluir gastos que viabilizam deduções de imposto, porque há um desconto padrão e automático de 20% sobre a renda tributável. O limite atual desse desconto é de R\$ 16.754,34. Pela proposta do governo, a declaração simplificada só será liberada para contribuintes com renda anual de até R\$ 40.000, um valor aproximado de três salários mínimos por mês.

O estudo da FGV, produzido pelos economistas Manoel Pires e Fábio Goto, pressupõe que todas as pessoas com renda de até R\$ 40.000 já declararam pelo modelo simplificado. Desse modo, usa dados da Receita Federal para estimar quanto a mudança aumentará o imposto de 6,8 milhões de contribuintes.

Com a alteração, a estimativa é que haverá uma elevação de R\$ 103 bilhões na base tributária, o que levaria a um aumento de R\$ 11,6 bilhões no imposto devido por essas pessoas.

Como a projeção pode sofrer influência do novo comportamento que será adotado pelos contribuintes na tentativa de reduzir o imposto, além de depender de informações inter-

nas do governo, os pesquisadores defendem que a Receita divulgue seus números.

Desde o ano passado, o Ministério da Economia estudava extinguir o mecanismo da declaração simplificada. Na formulação final da proposta, no entanto, o governo optou por manter o modelo para faixas menores de renda.

Membros da pasta argumentam que o modelo simplificado somente fazia sentido quando o mundo não era digitalizado e os contribuintes tinham um trabalho enorme para guardar, reunir e recuperar a papelada que seria apresentada para viabilizar as deduções.

Para um auxiliar do ministro Paulo Guedes (Economia), com a manutenção das deduções médicas e educacionais existentes hoje no modelo de declaração completa, o contribuinte continuará com o direito de abater aqueles gastos que efetivamente foram feitos.

Os pesquisadores da FGV também analisaram o aumento na faixa de isenção do IR de R\$ 1.923,98 para R\$ 2.500 proposto pelo governo. Segundo eles, a atual faixa isenta de cobranças é de aproximadamente metade do que foi em 1995, considerando a variação da inflação no período.

A tendência desde 1995 foi de redução real da faixa de isenção, o que amplia o número de contribuintes que precisam pagar o imposto. A proposta apresentada agora pelo governo reverte essa trajetória e faz com que o valor real da parcela isenta retorne ao patamar de 2015.

Caso aprovada, a reforma ampliará o número de contribuintes isentos de 10,7 milhões para 16,3 milhões.

Na reforma, o governo também propôs uma redução do

Imposto de Renda de empresas de 15% para 10% em dois anos. A alíquota adicional de 10% sobre o lucro que exceder R\$ 20.000 foi mantida.

"Realta-se que a alíquota nominal do Brasil está entre as mais elevadas do mundo e, portanto, a redução faz sentido dentro de uma estratégia de convergência de padrões tributários. Apesar da redução proposta, o Brasil ainda manterá alíquotas mais elevadas do que a média mundial", afirma o documento.

Pires e Goto afirmam ainda que é necessário ler a proposta do governo de maneira agregada. Segundo eles, o texto desenhado pelo time de Guedes deverá elevar a carga tributária para a maior parte das empresas. Isso porque a isenção sobre dividendos acabará, passando a incidir uma cobrança de 20% sobre sua distribuição a acionistas.

No caso das companhias que optam pelo regime de lucro real, a carga tributária média deve subir de 34% para 43,2%, avaliam os pesquisadores.

Como no projeto do governo a distribuição de dividendos deixará de ser isenta, os pesquisadores afirmam que o novo sistema deve gerar um forte incentivo para a retenção de lucros dentro das empresas.

O texto do governo mantém a isenção apenas para a dis-

tribuição de dividendos por micro e pequenas empresas, até o limite de R\$ 20.000 por mês. Para os economistas, essas companhias já possuem um sistema tributável favorável. Além disso, afirmam que essa brecha deve gerar incentivo para que haja subdivisão de empresas com o objetivo de aproveitar o limite de isenção.

## Ministro agora fala em antecipar corte de imposto de empresas

**BRASÍLIA** O ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou nesta terça-feira (29) que o corte de 2,5 pontos percentuais no Imposto de Renda de empresas em 2022, apresentado pelo governo na semana passada, foi pouco. Segundo ele, essa redução está passando por recalibragem e deve ser ampliada para um corte de 5 pontos percentuais já no ano que vem.

Na proposta de reforma do Imposto de Renda enviada ao Congresso na sexta (25), o governo propôs a redução da alíquota do IR de empresas dos atuais 15% para 10%, com um escalonamento de 2,5 pontos percentuais no primeiro ano e mais 2,5 pontos no segundo ano. A tributação adicional de 10% sobre lucros acima de

R\$ 20 mil continua valendo.

"Anunciamos uma redução de 2,5% no IR da Pessoa Jurídica [em 2022]. Aparelamente, foi pouco. Pela força da economia, temos que passar isso de 2,5% para 5% imediatamente. Estamos já recalibrando nossos cálculos para ver se isso já é possível agora."

Guedes disse que a pasta está estudando propor o corte direto de cinco pontos em vez de fazer as reduções de 2,5 pontos em 2022 e mais 2,5 pontos em 2023. Ele não deixou claro se, nesse novo modelo, haveria um corte adicional da alíquota em 2023.

"Não temos compromisso com erros eventuais de calibragem. O importante é que estamos sinalizando: menos impostos para as empresas, mais impostos para rendimento de capital, menos impostos para os assalariados, principalmente salários baixos", afirmou.

O anúncio do ministro vem menos de uma semana após a apresentação formal da reforma do IR. Desde o envio ao Congresso, no entanto, a proposta de Guedes sofreu críticas. Embora incida sobre a pessoa física, o fim da isenção da distribuição de dividendos, com cobrança de 20%, também presente na proposta, foi interpretado por especialistas como uma alta agregada na tributação que envolve empresas.

**INFORME PUBLICITÁRIO**

### Nota Oficial - Reajuste de tarifas de pedágio preocupa o Transporte Rodoviário de Cargas

O governo do Estado de São Paulo acaba de anunciar o reajuste das tarifas de pedágio das rodovias estaduais a partir de 1º de julho; o aumento será da ordem de 8% aplicados sobre as tarifas em vigor em cada praça de pedágio.

É sabido que o reajuste decorre de cláusula do contrato de concessão que o estado está obrigado a cumprir, porém não será lícito ignorar a consequência evidente: vai onerar os custos dos transportes de cargas com reflexos no custo Brasil assim como terá reflexos nos custos de todos os bens que chegam ao consumidor final.

Todos os usuários serão atingidos, pelo reajuste e pelos reflexos dele nos custos do transporte. O consumidor pagará essa conta.

O que mais preocupa o setor de transporte rodoviário de cargas é que não deverá parar por aí o agravamento dos custos de pedágio no estado de São Paulo. As empresas concessionárias estão em tratativas com o governo do estado reivindicando reequilíbrio do contrato de concessão com a alegação de suposta queda no faturamento decorrente da redução no fluxo de veículos em razão da pandemia, especialmente nos meses de março e abril de 2020. Isso sem levar em conta a retomada e o crescimento do fluxo antes e depois da pandemia.

Não só a pandemia é utilizada pelas concessionárias como pretexto de pedidos de reequilíbrio do contrato. A Ecovias e o Governo do Estado divulgaram um acordo para aditar o contrato de concessão do sistema Anchieta - Imigrantes por mais dez anos, até 2034. As atuais tarifas de pedágio são mantidas — incluído o novo reajuste e também os futuros — é validada a prorrogação indevida do contrato feita em 2006 que é objeto de ação do governo anterior visando sua anulação. E o que é mais insólito traz a contratação de novas obras sem a devida licitação.

O reajuste da tarifa, a prorrogação da concessão com as tarifas de pedágio mais elevadas do País atende o interesse das concessionárias. Obviamente não atende os anseios do usuário que principalmente almeja a tarifa com modicidade prevista em lei que certamente seria alcançada com a realização de uma nova licitação. A experiência das relitações de concessões de rodovias no Estado de São Paulo e do governo federal tem demonstrado em todas elas a redução substancial das tarifas.

O que se espera — O TRC e toda a sociedade — é a ação do governo voltada ao interesse público, que os contratos sejam cumpridos no tempo neles previsto e que novas licitações sejam efetuadas assegurando a todos a prática de uma tarifa justa e condizente com a nova realidade econômica vivida no País.

São Paulo, 29 de junho de 2021.

Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (NTC&Logística)

## Governo quer usar R\$ 20 bi de mudança tributária em novo programa social

**Fábio Pupo**

**BRASÍLIA** O governo pretende usar até R\$ 20 bilhões de receitas a serem geradas pela proposta de reforma no imposto de Renda para bancar o programa social que substituirá o Bolsa Família.

O valor, que até agora não foi comentado publicamente pela equipe econômica, foi confirmado à Folha por um integrante do governo e deve equacionar em larga escala a busca por financiamento ao programa — a ser lançado pelo presidente Jair Bolsonaro nos próximos meses, às vésperas do calendário eleitoral.

Conforme mostrou a Folha, o governo planeja usar a arrecadação extra a ser gerada pelas mudanças no imposto de Renda para bancar o novo programa social. Mas o montante que poderia ser usado não foi divulgado oficialmente.

Entre as medidas que aumentam a arrecadação no projeto de lei, está o fim do desconto simplificado de 20% no IR para quem ganha até R\$ 40 mil por ano (pouco mais de R\$ 3.000 por mês) e a tributação de dividendos.

O montante a ser usado no programa em decorrência da reforma é aproximadamente 20 vezes superior ao impacto fiscal do projeto de lei enviado ao Congresso na semana passada. Segundo anunciaram os técnicos do governo na sexta-feira (25), as mudanças no IR

gerariam um valor estimado de R\$ 980 milhões em 2022 — embora o objetivo, afirmam diferentes integrantes do governo, é que o resultado da conta seja neutro.

O leve impulso arrecadatório anunciado já seria suficiente para zera a fila de espera de 400 mil inscritos no Bolsa Família por um ano. Mas o montante a ser usado para financiar o novo programa ficará acima disso.

A diferença se explica porque, na visão do governo, nem todas as medidas da reforma tributária que diminuirão a arrecadação federal precisarão ter compensação orçamentária. Ou seja, parte delas dispensará uma contrapartida de elevação em outras fontes de receita — regra em geral exigida pela LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal).

A interpretação estaria em uma brecha da própria lei. O artigo 14 da LRF determina que a renúncia de receita deverá estar acompanhada de medidas de compensação orçamentária — mas, em seu parágrafo 1º, afirma que fica entendida como renúncia a modificação que implique redução de tributos discriminada (para apenas um setor, por exemplo).

Como o governo argumenta que fez reduções lineares indiscriminadas de impostos, a interpretação é que o impacto fiscal de boa parte das medidas não precisará ser compensado por outras iniciativas.

# Arrecadação federal em maio é a maior para o mês em 27 anos

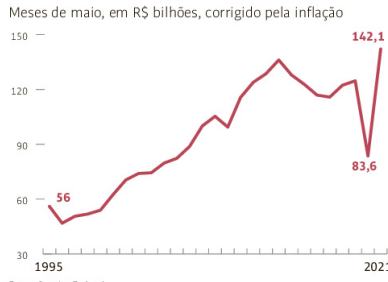
‘É inequívoco que o Brasil já se levantou’, diz o ministro Paulo Guedes, durante a divulgação dos resultados

Bernardo Caram

BRASÍLIA A arrecadação federal atingiu R\$ 142,1 bilhões em maio, melhor resultado para o mês da série histórica do governo, iniciada em 1995. Na comparação com o mesmo mês de 2020, a alta foi de 69,9%, já descontada a inflação do período. Mesmo em relação a abril de 2019, antes da pandemia do coronavírus, a comparação mostra um resultado 14% melhor. O dado acumulado de janeiro a maio também é recorde. A arrecadação somou R\$ 744,8 bilhões — alta de 21%.

A partir de março de 2020, com o início da crise sanitária, cidades aplicaram medidas restritivas e de distanciamento social com o objetivo de minimizar a disseminação do vírus. Além dessas ações, o governo adiou os prazos de vencimento de tributos para aliviar o caixa das empresas. Neste ano, a taxa de distanciamento social está menor. O número de impostos adiados foi mais baixo, e a quantidade de empresas que optaram pela suspensão de pagamento também foi reduzido. Por causa desses fatores, a

## Arrecadação tem recorde histórico no mês



Fonte: Receita Federal

base de comparação com 2020 é muito baixa, o que explica a diferença expressiva dos resultados para o mês. O ministro Paulo Guedes (Economia) participou da apresentação dos números, feita pela Receita Federal, mas não respondeu a perguntas de jornalistas. Segundo ele, a atividade continua surpreendendo favoravelmente. “A economia brasileira está realmente em pé novamente, todos os setores estão avançando em marcha e arrecadando

mais. É inequívoco que o Brasil já se levantou”, disse. Entre os principais pontos que explicam o impulso nas receitas está uma elevação de 83,4% nos pagamentos de IR da Pessoa Jurídica e de Contribuição sobre o Lucro Líquido. Normalmente, esses tributos caem com maior intensidade em momentos de crise e sobem mais fortemente em situações de recuperação. Além disso, houve um recolhimento extraordinário de R\$ 4 bilhões desses tributos no mês.

# Contas do governo federal ficam no vermelho após dois meses de superávit

Fábio Pupo

BRASÍLIA A desaceleração das despesas ligadas à pandemia do coronavírus, somada a uma expansão nas receitas federais, levou o governo a registrar superávit de R\$ 19,9 bilhões no acumulado dos cinco primeiros meses do ano. O resultado, divulgado pelo Tesouro Nacional nesta terça-feira (29), representa uma reversão do déficit de R\$ 222,4 bilhões registrado no mesmo período do ano passado — quando o país enfrentava o primeiro ano da pandemia e executava medidas mitigadoras com impacto fiscal mais forte (como o auxílio emergencial mais elevado e mais adiantamentos de impostos).

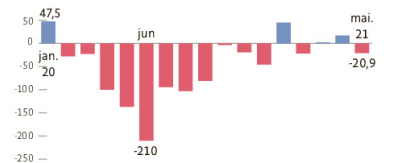
As receitas subiram 24% em relação ao mesmo período de um ano atrás enquanto as despesas caíram 17%. O secretário do Tesouro Nacional, Jeferson Bittencourt, destacou o crescimento observado em vários itens da arrecadação e inclusive nas chamadas receitas não administradas pela Receita, representadas principalmente pelos royalties obtidos com a exploração de petróleo. Apesar de ter sustentado um resultado no azul no acumulado do ano, o Tesouro registrou déficit de R\$ 20,9 bilhões em maio — interrompendo os resultados positivos registrados em março e abril. Embora em menor patamar do que no ano passado, as despesas com o coronavírus continuam afetando os números. Em maio de 2021, as despesas em resposta à crise da Covid-19 totalizaram

R\$ 16,1 bilhões. No acumulado dos primeiros cinco meses do ano, o montante chega a R\$ 36,2 bilhões. Esse é o terceiro pior maio da série histórica (já considerando dados atualizados pela inflação), perdendo só para 2017 e para o ano passado. No mesmo mês de 2020, foi registrado rombo de R\$ 136,8 bilhões nas contas federais. O Tesouro afirma que o resultado de maio revela melhora das condições fiscais, gerada pelo desempenho robusto da receita, impulsionado pela inflação, acompanhado de um nível de execução

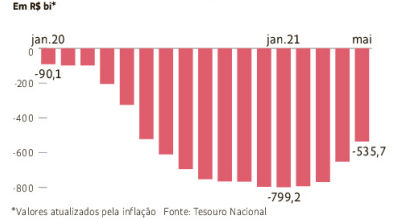
das despesas abaixo do patamar do ano anterior. “Pelos dados dos ingressos [receitas], a atividade é mais forte e a alta dos níveis de preços dão o tom da elevação, ao passo que a redução dos desembolsos decorre da maior focalização das despesas de combate à pandemia, da posterior execução de alguns programas com o atraso na aprovação do Orçamento e do esforço do governo para o controle de despesas obrigatórias”, diz o Tesouro. Para o ano, o governo tem como meta um déficit primário de até R\$ 247,1 bilhões.

## Resultado do Tesouro

Resultado mensal do Tesouro, em R\$ bi\*



Deficit acumulado em 12 meses (terminados a cada mês)



\*Valores atualizados pela inflação Fonte: Tesouro Nacional

★  
★  
★

## semináriosfolha

WEBINAR

# Cobertura Vacinal

**Uma cobertura completa sobre a cobertura vacinal no Brasil**

Os números de cobertura vacinal no Brasil vêm diminuindo. Segundo especialistas, as principais causas desse fenômeno são o próprio sucesso das vacinas, que passam a falsa impressão de que as doenças desapareceram, e as fake news, que colocam em dúvida a eficiência dos imunizantes. O momento de pandemia é também uma oportunidade para ouvirmos especialistas e convidados, descobrir como reverter esse quadro e reforçar a importância da vacinação durante toda a vida. Participar faz bem para a saúde.

**Seminários Folha. O Brasil precisa ser discutido.**

[folha.com/coberturavacinal](http://folha.com/coberturavacinal)

**HOJE**  
15h às 16h

**EVENTO GRATUITO**

Assista ao vivo em [folha.com/coberturavacinal](http://folha.com/coberturavacinal) e participe enviando perguntas para o **WhatsApp 11 99648-3478**

**DEBATEDORES**

**Anamélia Lorenzetti Bocca**  
coordenadora da regional do Centro-Oeste da Sociedade Brasileira de Imunologia

**Arthur Aguillar**  
coordenador de políticas públicas do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS)

**José Cássio de Moraes**  
membro da Câmara Técnica de Imunização do Ministério da Saúde

**Marcelo Otsuka**  
vice-presidente do departamento de infectologia da Sociedade de Pediatria de São Paulo (SPSP)

**Regiane de Paula**  
coordenadora do Programa Estadual de Imunização (PEI) de São Paulo

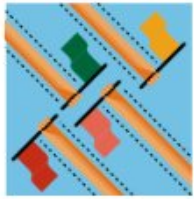
Patrocínio:

**SANOPI PASTEUR**

Realização:

**FOLHA100**

**SOBRETAXA CADA VEZ MAIOR**



**Como funciona o sistema de bandeiras?**  
A bandeira é uma sobretaxa cobrada na conta de luz para cobrir o custo de geração de energia por termelétricas, o que ocorre quando o nível dos reservatórios está muito baixo. Indica ao consumidor o custo da geração de energia por meio de três cores: verde, amarela e vermelha (que tem níveis 1 e 2)

**Valor das bandeiras após o reajuste**

**Bandeira verde**

Condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo

**Bandeira amarela**

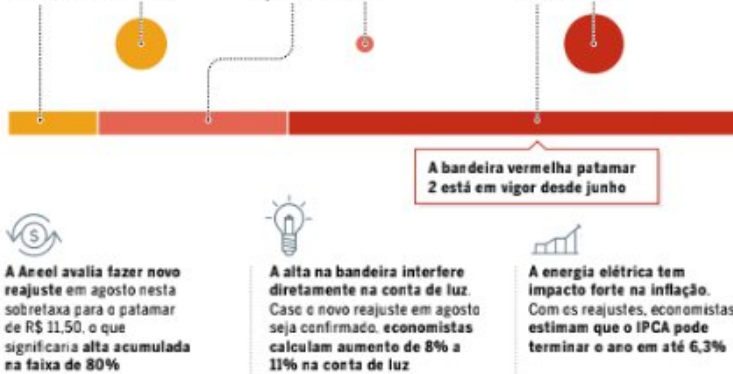
Condições de geração menos favoráveis. O preço da bandeira passou de R\$ 1,34 para R\$ 1,87 a cada 100 quilowatts-hora (kWh), um reajuste de 39%

**Bandeira vermelha PATAMAR 1**

Condições mais custosas de geração. A tarifa passou de R\$ 4,16 para cada 100 kWh para R\$ 3,97, o que significa queda de 4,5%

**Bandeira vermelha PATAMAR 2**

Condições ainda mais custosas de geração. A tarifa foi corrigida de R\$ 6,24 a cada 100 kWh para R\$ 9,49, uma alta de 52%



A Aneel avalia fazer novo reajuste em agosto nesta sobretaxa para o patamar de R\$ 11,50, o que significaria alta acumulada na faixa de 80%



A alta na bandeira interfere diretamente na conta de luz. Caso o novo reajuste em agosto seja confirmado, economistas calculam aumento de 8% a 11% na conta de luz



A energia elétrica tem impacto forte na inflação. Com os reajustes, economistas estimam que o IPCA pode terminar o ano em até 6,3%

Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e economistas

Editoria de Arte

**CONTA DE LUZ**

# PRESSÃO A MAIS NA INFLAÇÃO

## Bandeira sobe para R\$ 9,49 e pode chegar a R\$ 11,50 com novo reajuste este ano

MANOEL VENTURA, RAPHAELA RIBAS E LETYCIA CARDOSO  
economia@oglobo.com.br  
@vscasene

Um dia depois de o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, fazer um pedido em rede nacional de rádio e TV para que a população economize água e energia, a sobretaxa na conta de luz foi reajustada de R\$ 6,24 para R\$ 9,49 a cada cem quilowatts-hora consumidos. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou aumento de 52% a partir de julho na bandeira vermelha nível 2, acionada quando o custo de geração de energia é mais alto, pois é necessário contar com termelétricas para atender a demanda.

Diante da maior seca nos reservatórios das principais hidrelétricas do país nos últimos 91 anos, o reajuste, porém, pode não ser suficiente. Como o aumento foi atípico, o assunto entrará em discussão em consulta pública. E a agência pode propor nova alta, que passaria

a valer a partir do segundo semestre. Um dos cenários previstos pela área técnica da Aneel indica que a bandeira vermelha nível 2 — que deve vigorar ao menos até novembro, quando começa o período úmido — seja reajustada para um patamar de R\$ 11,50, o que significaria uma alta acumulada superior a 80% em relação ao valor atual da sobretaxa.

— Estamos num momento de escassez. Não temos água, e a geração de energia está cara por causa das térmicas. O que estamos vivendo é bem parecido com qualquer produto que depende do clima. Consumir energia agora e nos próximos meses está mais caro — disse o diretor-geral da Aneel, André Pepitone.

A perspectiva de um reajuste escalonado já faz com que economistas reafirmem contas. As projeções indicam que, somente em julho, a conta de luz ficaria 5% mais cara com o aumento anunciado ontem. Caso outro também seja confirmado, a maioria dos econo-

mistas estima que a alta acumulada chegaria a 8%. No espectro mais pessimista, há quem preveja até 11%.

**PRESSÃO NOS JUROS**

Como a energia elétrica tem peso significativo no orçamento das famílias, analistas já revisam para cima suas projeções para a inflação deste ano para um patamar entre 5,9% e 6,3%, muito acima do teto da meta em 2020 (de 5,25%).

— A bandeira vermelha nível 2 representa impacto transitório, não permanente. Mas, à medida que a energia mais cara contamina os preços do salário de beleza, do consultório médico, dos bens duráveis, como automóveis, ou da construção civil, à medida que esses segmentos são pressionados pelo custo e fazem repasses aos produtos, isso pode ter um impacto mais permanente. Depois que você revê o preço de um serviço para cima, dificilmente vai rever para baixo. O maior desafio é conter o espalhamento dessas pressões

inflacionárias, que vão além do setor elétrico — afirmou André Braz, responsável pela elaboração dos índices de inflação medidos pela FGV.

Para conter a alta disseminada, Tatiana Nogueira, economista da XP, que prevê inflação de 6,3% este ano, avalia que o Banco Central fará um aumento mais forte da taxa básica de juros, atu-



*“A bandeira vermelha nível 2 representa impacto transitório. Mas, à medida que a energia mais cara contamina os preços do salário de beleza, do consultório médico, dos bens duráveis (...), isso pode ter um impacto mais permanente”*

André Braz, economista da FGV

almente em 4,25% ao ano:

— O Banco Central deve aumentar o ritmo de crescimento da Taxa Selic para conter o repasse na inflação do ano seguinte. Acreditamos que o aumento da taxa será de 1 ponto percentual, e não de 0,75 ponto, como previsto, na próxima reunião. Elevar os juros deve ser uma das medidas para conter a inflação no ano que vem.

O aumento da inflação causado pela alta da bandeira também impacta as contas do governo. Segundo o Ministério da Economia, uma alta de 5% na conta de luz tem como consequência uma redução de R\$ 2,3 bilhões no valor que o governo tem para gastar no ano.

Estimativas do professor de Economia do Ibmec Tiago Sayão indicam que uma família que consome cem quilowatts-hora passaria a pagar, com o aumento de 52% na bandeira, uma conta de luz de R\$ 97,76. Para quem consome o dobro disso, a fatura ficaria em R\$ 195,52.

Segundo a CPFL, a conta

de um consumidor da CPFL Paulista com volume de cem quilowatts-hora terá acréscimo de R\$ 5,46 e chegará a R\$ 110,48.

O valor cobrado nas demais bandeiras também foi reajustado. A amarela saiu de R\$ 1,34 a cada cem quilowatts-hora consumidos para R\$ 1,87, uma alta de 39%. Já a bandeira vermelha 1 caiu de R\$ 4,16 para R\$ 3,97, recuo de 4,5%.

Segundo Pepitone, da Aneel, as bandeiras são questão de transparência e sinal de preço para o consumidor.

— A gente não está promovendo aumento porque gosta ou porque quer. O custo está aqui, é uma realidade. Ninguém gosta de anunciar aumento de preço, tanto é que temos um trabalho imenso da Aneel para desonerar tarifa — afirmou.

**ROMBO DE R\$ 1,5 BILHÃO**

Neste ano, a conta das bandeiras já está com um rombo de R\$ 1,5 bilhão. Todo o dinheiro arrecadado com a sobretaxa vai para uma conta única, que repassa os valores para os geradores de energia. Mas o valor arrecadado a mais ainda não está dando conta de cobrir o custo adicional.

Foram acionadas todas as termelétricas disponíveis no sistema, o que inclui as movidas a gás, óleo e carvão. As mais caras funcionam como um “seguro” para garantir o suprimento de energia. O país tem gerado cerca de 17 mil megawatts médios de energia por termelétricas diariamente neste mês, o que equivale a cerca de 25% da geração total de energia elétrica do país.

De acordo com cálculos do Ministério de Minas e Energia, a geração extra por termelétricas irá custar R\$ 9 bilhões aos consumidores este ano.

Na avaliação da Aneel, o sistema de bandeiras evita que o aumento no custo da energia só seja repassado ao consumidor no ano seguinte, na data do reajuste. Ou seja, sem a sobretaxa, o consumidor acaba pagando juros referentes ao aumento de custos.

Para este ano, o governo rechaça a hipótese de racionamento, com o argumento de que a situação do país é muito diferente da de 2001, ano em que os brasileiros foram obrigados a reduzir o consumo. Mesmo durante o período úmido, o governo deve manter as térmicas ligadas, o que não é o padrão. Geralmente, recorre-se a elas quando chove menos ou no auge do período seco. O objetivo agora é guardar água nos reservatórios das hidrelétricas e, quando chover, fazer com que as barragens encham, em uma tentativa de evitar racionamento em 2022, ano de eleições.



# Guedes estuda cortar IR de empresa para 20%

No projeto enviado ao Congresso, a intenção era reduzir a alíquota para esse patamar só em 2023. Após críticas, ministro antecipa promessa de alívio. Especialistas alertam para o aumento da carga tributária para companhias

FERNANDA TRISOTTO E  
HENRIQUE GOMES BATISTA  
economia@oglobo.com.br  
BRASÍLIA E SÃO PAULO

Após críticas à segunda etapa da reforma tributária, que altera as regras para Imposto de Renda (IR), de que as mudanças vão onerar ainda mais as empresas, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que sua equipe estuda antecipar a redução completa da alíquota do Imposto de Renda para Pessoas Jurídicas (IRPJ) para o ano que vem. Isso significa reduzir em cinco pontos percentuais a alíquota do imposto já em 2022. O percentual cairia de 25% para 20% já no ano que vem. A ideia inicial era fazer um corte de 2,5 pontos em 2022 e mais outro do mesmo tamanho em 2023.

—A nossa reforma tributária vai tributar menos as empresas. Nós podemos baixar cinco pontos percentuais já, imediatamente, já no ano que vem. Vamos fazendo os cálculos para baixar os cinco, exatamente para que esse aumento de arrecadação forte que está vindo aí desonere mais as empresas — declarou o ministro ontem, durante apresentação dos dados de arrecadação federal de maio, que registrou novo recorde.

A proposta apresentada pelo governo na última semana prevê que a redução do IRPJ para 20% aconteça no próximo biênio.

O texto também amplia a faixa de isenção do IR para pessoa física, que hoje é de R\$ 1,9 mil e passará a R\$ 2,5 mil. Em contrapartida, para equilibrar a renúncia fiscal, o governo propôs tributar em 20% os lucros e dividendos, que estavam isentos desde 1995.

O setor produtivo não ficou satisfeito com a proposta, e afirma que as mudanças vão elevar a carga tributária.

—Estamos reduzindo os impostos para as empresas. Há 40 anos isso não acontece no Brasil, e nós estamos tributando os rendimentos de capital. Há 25 anos que os sucessivos governos não têm a coragem de tributar os rendimentos, e 20% é uma alíquota bastante moderada — disse Guedes.

## AUMENTO DE CARGA

Claudemir Malaquias, chefe de Estudos Tributários da Receita, afirmou que a área técnica ainda está trabalhando nas projeções sobre essa nova proposta de Guedes, de redução em apenas um ano:

— Isso está sendo avaliado.



Moderada. Guedes afirma que a alíquota de 20% sobre os dividendos é baixa

O cálculo de estimativa (de impacto) tem que ser feito a partir da perspectiva da retomada econômica, do comportamento das empresas nesse novo cenário pós-pandemia.

Especialistas afirmam que o efeito final da reforma para as companhias será de elevação da carga tributária e piora fiscal para pessoas físicas de uma faixa acima da nova isenção do

Imposto de Renda de R\$ 2,5 mil. Eles reconhecem aspectos positivos, como a correção da tabela e a queda da alíquota de pessoas jurídicas, além de uma "faxina" em normas burocráticas.

Marcos Cintra, professor da FGV e ex-secretário da Receita Federal do governo Bolsonaro, achar errado voltar com a tributação de dividendos e diz

que as compensações ao aumento da faixa de isenção do IR anulam os ganhos para as famílias:

—É proposta imediatista, eleitoreira e populista. Alguém que ganha na faixa dos R\$ 3,5 mil, com a limitação do desconto simplificado a R\$ 40 mil anuais, vai pagar mais imposto. É classe média baixa subsidiando a classe pobre.

Ele diz que alguns pontos foram incluídos para permitir uma negociação, como o percentual de 20% incidir sobre dividendos, que deve cair para 15% no Congresso. Cintra vê como pontos positivos, além da correção da tabela, a unificação da tarifa para o setor financeiro, a retirada de benefícios do IR para alguns fundos e o fim de normas obsoletas.

## IR MAIOR PARA 6,8 MILHÕES

Estudo do Observatório de Política Fiscal do Ibre/FGV afirma que a restrição ao uso da declaração simplificada aumentará o imposto de 6,8 milhões de contribuintes. A mudança resultaria em alta de R\$ 103 bilhões na renda tributável e o imposto devido seria ampliado em R\$ 11,6 bilhões. O levantamento considera que todos os contribuintes com renda anual até R\$ 40 mil

já optam pela declaração simplificada. O estudo afirma que os resultados podem ser afetados por mudanças no comportamento do contribuinte e defende que a Receita divulgue números próprios.

Renata Emery, sócia na área de Direito Tributário do TozziniFreire, diz que a reforma tornará o investimento financeiro mais atraente do que o ligado ao capital produtivo, em razão da maior complexidade na tributação de empresas.

Ela cita como exemplo regras que ampliam a base de cálculo do CSLL, como não permitir a dedução dos juros sobre capital próprio, ou que dificultam o aumento de capital próprio para a empresa.

Fernando Facury Scaff, sócio do Silveira Athias Advogados e professor de Direito da USP, diz que, mesmo a correção da tabela fica muito aquém das perdas inflacionárias dos últimos anos.

Eduardo Bonfim, tributarista sócio do LBCA Advogados, afirma que o projeto inova ao retomar algo que não existia desde 1995: a tributação de dividendos:

—No fim das contas, houve aumento de carga. O governo está dando com uma mão e tirando com outra.

## ENTREVISTA

Everardo Maciel, EX-SECRETÁRIO DA RECEITA

## ‘É UM RETROCESSO E FAVORECE A SONEGAÇÃO’

Ex-secretário da Receita entre 1995 e 2002, quando deixou de ter tributação sobre dividendos, Everardo Maciel critica a proposta de reforma tributária, que para ele, favorece a sonegação. Maciel afirma que o texto poderia ser “incinerado” que o atual sistema tributário da renda no Brasil é “simples”.

O que o senhor espera da

## reforma tributária?

Vou pegar emprestado uma frase de um amigo, questionado sobre outro projeto: “Incinerar o projeto. É, em caso de reincidência, incinerar o autor”. Obviamente é uma brincadeira. É algo caótico. Estou escrevendo um artigo que o título que coloquei foi “o Inferno fiscal”. Inferno na definição de Dante: o caos impiedosamente ordenado.

## Como o senhor vê a proposta de volta da tributação de dividendos?

Acho muito ruim, é um retrocesso e favorece a sonegação. Você pode tributar apenas na empresa, apenas na distribuição ou nos dois momentos. Quando o governo propõe uma redução na tributação da empresa para incluir a tributação dos dividendos, tacitamente ele reconhece que há relação entre as duas coisas, e obviamente há uma bitributação.

## Quais podem ser os efeitos?

Vamos ver o aspecto da evasão fiscal. A tributação por dividendos estimula uma prática que desapareceu no país, que é a distri-

buição disfarçada de lucros. Em 2020, o Banco Central determinou que as instituições financeiras não poderiam distribuir mais que o mínimo exigido no estatuto. E se você faz isso, a arrecadação desaparece. Na Europa, no ano passado, houve uma determinação correta de que nenhuma empresa que recebeu subsídio, por causa da pandemia, poderia distribuir dividendo. A arrecadação cairia.

## A redução do imposto de Renda nas empresas não superaria o aumento da tributação dos dividendos?

Há uma relação empírica: um ponto percentual de alíquota no lucro corresponde a quatro pontos per-

centuais no dividendo. A proposta corta em 2,5 pontos percentuais a tributação do IR e coloca 20% de dividendos. Se fosse fazer uma equivalência, teria de ser uma alíquota de 10% de dividendos.

## Seria melhor deixar como está a cobrança de tributos?

Temos um sistema que funciona, dá certo e é admirado pelo resto do mundo. O que (o presidente dos Estados Unidos) Joe Biden está propondo é o que já fazemos aqui há muito tempo na tributação de empresas. O sistema tributário da renda no Brasil é o mais simples do mundo. Temos problemas outros, como na tributação de consumo.

## E como fica o fim do desconto simplificado do IR para quem ganha acima de R\$ 40 mil por ano?

Vai haver um alívio no Imposto de Renda retido na fonte em 2022, que é ano eleitoral, se o projeto passar agora. E depois vai pagar muito mais tributo em 2023. Vamos lá: entre R\$ 40 mil e R\$ 80 mil anuais, a primeira faixa, é onde a imensa maioria opta pelo desconto simplificado. Todos os contribuintes desta faixa, sem o desconto simplificado, vão ter aumento de carga tributária. Todos, não há exceção. Quem ganha entre R\$ 3 mil e R\$ 7 mil por mês terá aumento de imposto. (Henrique Gomes Batista)

# Arrecadação sobe quase 70% em maio, a R\$ 142 bi

É o melhor desempenho para o mês desde 2000. No acumulado do ano, resultado chega a R\$ 711,9 bilhões. Ainda assim, governo registra um déficit de R\$ 20,9 bilhões nas contas públicas no mês

FERNANDA TRISOTTO  
E GABRIEL SHINOHARA  
economia@oglobo.com.br  
BRASILIA

A arrecadação federal manteve o desempenho forte e foi positiva em maio. De acordo com a Receita Federal, a arrecadação de impostos e contribuições federais no mês passado somou R\$ 142,1 bilhões, um salto de 69,88% em relação ao mesmo mês de 2020, já descontada a inflação.

Essa alta frente ao ano passado também reflete medidas como o adiamento do pagamento de impostos, adotado em 2020 como forma de mitigar os efeitos da pandemia da Covid-19.

De acordo com o Fisco, este é o melhor desempenho na arrecadação desde 2000, tanto para o mês de maio quanto

para o período acumulado. Já havia sido registrado recorde em fevereiro, março e abril. Nos primeiros cinco meses do ano, a arrecadação total somou R\$ 711,9 bilhões, um avanço de 21,42% em relação ao mesmo período de 2020, já descontada a inflação.

—A arrecadação confirma o momento extraordinariamente favorável da economia brasileira. Temos de transformar esse aumento de arrecadação em recalibragem das nossas doses, mantendo a direção dos três sinais: redução de impostos para as empresas, pagamento de dividendos, pela primeira vez em 25 anos, os rendimentos de capital estão sendo tributados, e desoneração de uma massa de 15 ou 16 milhões de brasileiros assalariados de baixa renda —



Projeção. Pasta da Economia avalia que teto de gastos será cumprido em 2022

afirmou o ministro da Economia, Paulo Guedes, na apresentação dos números.

O Fisco informou que três fatores não recorrentes expli-

cam o volume elevado de recolhimentos considerados atípicos para o Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) e da Contribuição Social sobre o

Lucro Líquido (CSLL): valorização de *commodities* no exterior, reorganização societária e desempenho de empresas do setor financeiro.

O chefe de Estudos Tributários da Receita, Claudemir Malaquias, ressaltou que a arrecadação mantém trajetória de recuperação mesmo quando esses fatores são expurgados.

## FOLGA DE R\$ 25 BI EM 2022

Apesar do recorde na arrecadação, o governo registrou rombo nas contas públicas em maio, de acordo com dados do Tesouro Nacional também divulgados ontem: déficit de R\$ 20,9 bilhões, frente a um rombo de R\$ 126,6 bilhões no mesmo período de 2020. Já no acumulado do ano há um superávit primário de R\$ 19,9 bilhões, ante défi-

cit de R\$ 222,5 bilhões para o mesmo período de 2020.

Enquanto isso, o governo já olha para o Orçamento de 2022. Uma nota técnica da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia projeta que o teto de gastos (regra que impede o crescimento das despesas da União acima da inflação) não será ultrapassado no ano que vem.

A nota fala da possibilidade de uma folga de R\$ 25 bilhões no teto de gastos em 2022. Isso, no entanto, vai depender da inflação até o fim de 2021 e da crise hídrica, que está puxando os preços da energia.

O dinheiro já está sendo disputado dentro do governo, que quer usar o espaço para ampliar o Bolsa Família e investimentos em ano de eleições presidenciais.

# IR: Alterações terão de ser compensadas, diz secretário da Receita

Congresso discute alterar alíquota sobre lucros e dividendos. Tostes defende limitação para declaração simplificada

FERNANDA TRISOTTO E  
MANOEL VENTURA  
economia@oglobo.com.br  
BRASÍLIA

O secretário da Receita Federal, José Tostes Neto, disse ao GLOBO que qualquer alteração feita no projeto que altera regras do Imposto de Renda precisará ser compensada pelo Congresso. Apresentado na semana passada, o texto é alvo de críticas diante da possibilidade de aumentar a carga tributária das empresas. A proposta reajusta a tabela do IR, aumentando o número de pessoas isentas, mas limita a possibilidade da declaração simplificada, que permite desconto de 20% na base de cálculo, a uma renda anual de R\$ 40 mil. Além disso, cria alíquota de 20% sobre lucros e dividendos. A Câmara já discute alterar esse ponto.

## Redução de cinco pontos do IRPJ em 2022

“O ministro Paulo Guedes fez a proposta e nós estamos ainda fazendo a análise e estimativa de impactos e possibilidades.

Ainda não temos esses números fechados para responder objetivamente qual é o impacto dessa antecipação, se é viável ou não dentro do contexto, porque o projeto foi concebido para ter resultado líquido equilibrado. Ou seja, as medidas que geram aumento de arrecadação devem ser utilizadas para compensar medidas que geram redução de arrecadação.”

## Críticas de empresas

“Nós estamos reduzindo a alíquota do IRPJ e eliminando a isenção da distribuição do dividendo na pessoa física. O ônus desse imposto sobre dividendos é sobre a pessoa física do sócio. Portanto, não há que se confundir a carga tributária da pessoa jurídica da nova incidência tributária que vai recair sobre a pessoa física. Essa mistura é indevida. Por exemplo, se a pessoa jurídica não distribuir o dividendo e resolver se capitalizar, essa capitalização não sofrerá nenhuma incidência. Essa tributação que está sendo estabelecida é caso venha a distribuir o divi-

dendo, e se distribuir, quem vai sofrer a incidência é o sócio de pessoa física.”

## Alterações pelo Congresso

“O projeto foi concebido para ter um efeito fiscal equilibrado. Se houver alteração — naturalmente é prerrogativa do Congresso discutir e promover mudanças —, nós teremos que discutir e avaliar o impacto. Se houver alterações que reduzam os ganhos do projeto ou que aumentem os custos e as desonerações, isso terá que ser reavaliado. O que está lá, está concebido para ser equilibrado. Se reduzir a alíquota de tributação dos dividendos, reduz o ganho de arrecadação do projeto. Portanto, precisará de alguma outra compensação que propicie a reposição desse ganho perdido. Se houver alteração no limite de isenção, aumentará as perdas de arrecadação do projeto. Então, também, do mesmo modo, exigirá algum ajuste compensatório.”



Empresa desonerada. Secretário da Receita, José Tostes, diz que imposto sobre dividendo é sobre a pessoa física

## Ganho de arrecadação de R\$ 900 milhões em 2022

“O ganho é absolutamente insignificante em relação ao total das medidas e está estritamente dentro da margem de segurança das estimativas. Essa diferença pequena, positiva, é em função da necessidade do projeto não poder ser negativo. Se ele fosse negativo, ele não poderia ser encaminhado.”

## Desconto simplificado

“Já existe limite para o desconto simplificado, de pouco mais de R\$ 16 mil. O que nós estamos fazendo é um ajuste nesse limite. Hoje, rendas acima de R\$ 80 mil não têm como deduzir os 20% na le-

gislação, porque o limite é de R\$ 16 mil. Estamos reduzindo esse limite para focar e deixar esse desconto simplificado exclusivamente para as faixas inferiores, mais baixas de renda. Essa faixa entre R\$ 40 mil e R\$ 70 mil está tendo uma redução significativa na tabela. Ele não terá o desconto simplificado, mas terá uma redução significativa na tabela sem o prejuízo de poder usar todas as deduções que existem hoje.

O desconto simplificado não foi criado para ser um benefício. Ele foi criado para ser uma opção de simplificação na época em que a declaração era feita em papel. Quem tem uma renda de R\$ 5 mil por mês, ou seja, de R\$ 60 mil por ano, está tendo pela tabela uma redução de 25% no imposto e pode continuar

usando as deduções hoje existentes. Não vejo como o fim do desconto simplificado para essa faixa possa significar aumento de carga.”

## CPMF e desoneração de folha de salários

“No momento, não está sendo considerado. São hipóteses, temas que já foram exaustivamente estudados, foram avaliados, mas que, no momento, estão sem serem considerados em um curto espaço de tempo em termos de encaminhamento. Desoneração da folha é um tema importante, e o ministro sempre atribui uma grande importância a essa possibilidade de reduzir os encargos sobre a folha, mas nosso foco nesse momento são essas medidas.”

# FGTS: Trabalhadores receberão R\$ 5,9 bi de lucro

Recursos serão distribuídos de forma proporcional ao saldo do cotista. Crédito na conta será efetuado pelo governo em agosto. Fundo teve ganho de R\$ 8,5 bilhões e receitas de R\$ 33,4 bi no ano passado

GERALDA DOCA  
geral@bsb.oglobo.com.br  
BRASÍLIA

O Conselho Curador do FGTS deverá distribuir aos trabalhadores R\$ 5,9 bilhões de lucro auferido em 2020, que foi de R\$ 8,5 bilhões. Os recursos serão destinados aos cotistas que tinham saldo nas contas em 31 de dezembro. O dinheiro será distribuído de forma proporcional ao saldo do trabalhador.

O valor representa 70% do resultado e será oficializado pelo colegiado em julho. A ideia é repor, pelo menos, a inflação medida pelo IPCA em 2020, que foi de 4,52%, disse um conselheiro.

A Caixa Econômica Federal fará o crédito nas

contas do FGTS em agosto. O dinheiro incorpora o saldo e só poderá ser retirado nas condições normais de saque, como demissões sem justa causa, compra da casa própria, aposentadoria, saque-aniversário e doenças graves.

## MELHORAR A RENTABILIDADE

As contas do FGTS relativas a 2020 foram aprovadas ontem pelo Conselho Curador e deverão ser divulgadas em detalhes hoje, conforme recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU).

A remuneração das contas do FGTS é de 3% ao ano, mais a Taxa Referencial (TR), atualmente zerada. Um dos objetivos da distribuição de parte do lucro é



Ganho. A expectativa é que a distribuição de lucros do FGTS compense a perda com a inflação de 2020, de 4,52%

melhorar a rentabilidade para os trabalhadores.

Com a medida de distribuir parte do lucro, o ganho

deve superar a inflação. No ano passado, o FGTS distribuiu entre os cotistas R\$ 7,5 bilhões do lucro regis-

trado em 2019, que foi de R\$ 11,3 bilhões.

Em 2020, o FGTS teve receitas de R\$ 33,4 bilhões e

despesas de R\$ 25 bilhões, com lucro líquido de R\$ 8,467 bilhões. O ativo consolidado atingiu R\$ 570,3 bilhões, enquanto o patrimônio líquido ficou em R\$ 113,1 bilhões.

No ano passado, para amenizar os efeitos da pandemia de Covid-19, o governo recorreu ao FGTS em várias frentes. Autorizou o saque emergencial das contas vinculadas, o que injetou na economia R\$ 24,2 bilhões e beneficiou 31,7 milhões de trabalhadores; suspendeu o recolhimento do FGTS por três meses para 800 mil empregadores e autorizou pausa no pagamento das prestações do crédito habitacional para 1,4 milhão de mutuários.

## Campanha de R\$ 5 milhões vai divulgar Lei de Liberdade Econômica

DANIEL GULLINO  
daniel.gullino@bsb.oglobo.com.br  
BRASÍLIA

O governo federal prepara uma campanha publicitária para divulgar a chamada Lei de Liberdade Econômica (LLE). A legislação, que desburocratiza o ambiente de negócios, foi sancionada

há quase dois anos, mas o governo considera que ainda não é conhecida o suficiente pela população. A campanha publicitária já foi aprovada pelo Ministério das Comunicações e terá custo de R\$ 5 milhões, com veiculação no rádio e na internet.

O objetivo da campanha,

de acordo com a diretriz elaborada pelo governo, é "dar conhecimento à sociedade brasileira sobre os benefícios que a LLE pode trazer para o ambiente de negócios no país, evidenciando o potencial para gerar empregos". Três agências publicitárias apresentaram proposta, e o mi-

nistério optou pela que usou o mote "Mais do que uma lei, benefício para todos".

A Lei da Liberdade Econômica tem origem em medida provisória (MP) editada pelo presidente Jair Bolsonaro em abril de 2019. Após aprovação no Congresso, o texto foi sancionado em setembro daque-

le ano. Entre outros pontos, a LLE acaba com a obrigatoriedade de alvarás e licenças para atividades de baixo risco, como pequenos comércios e serviços de beleza.

O governo, porém, considera que falta incentivo à implementação municipal da lei, já que cabe às prefeituras definir

o que são atividades de baixo e alto risco. A campanha quer incentivar a população a reivindicar essa regulamentação.

"A presente ação visa dar conhecimento à sociedade brasileira sobre os benefícios que a LLE pode trazer para o ambiente de negócios e, com isso, incentivar o cidadão a buscar seus direitos, desperdiçando o interesse em relação à regulamentação no seu município", diz um parecer.

## Tributaristas dizem que comparação é imprecisa

Ainda que a carga global na empresa e na pessoa física sejam parecidas, a cobrança de 29% na tributação corporativa é alta, frente a uma média de cerca de 23%, diz Eduardo Fleury

30/06/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

---

O tributarista Eduardo Fleury, sócio do FCR Law, diz que o cálculo de carga tributária envolvendo pessoa jurídica e física, que resulta nos 43% de tributação sobre lucros a partir de 2023, é usual entre os investidores. “O que se olha é a carga tributária global. O quanto o governo de cada país vai tirar do lucro do investimento, seja na pessoa jurídica ou na pessoa física”, diz ele. Para Fleury, mesmo com as mudanças propostas pelo governo, ainda existem diferenças importantes entre a tributação sobre renda no Brasil e na média dos países da OCDE. Ainda que a carga global na empresa e na pessoa física sejam parecidas, a cobrança de 29% na tributação corporativa é alta, frente a uma média de cerca de 23%, aponta. Além disso, na maior parte dos países não há tributação na distribuição de dividendos entre empresas, seguidas algumas restrições. A combinação desses fatores, diz ele, libera mais recursos que podem ser investidos em outros negócios, dentro de uma lógica atual mais dinâmica do capital.

O advogado tributarista Eduardo Salusse diz que uma comparação entre o Brasil com os países da OCDE deve levar em conta outros aspectos. “Quando o secretário diz que com a proposta o Brasil ficará no padrão OCDE, uma primeira pergunta é se a tributação aqui oferece uma contraprestação de serviço público equivalente aos dos países da OCDE. Certamente não.” Ele chama atenção para outro ponto: “Que país da OCDE tributa folha de salário a 20%, como nós fazemos? Ou que tem tributos cumulativos como aqui? Nenhum. Esse discurso da comparação é falacioso porque é de uma perna só.”

 COMENTÁRIOS

---

**Conteúdo Publicitário**

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

**Motoristas: Rastreador sem mensalidade preocupa seguradoras em Salvador**

ACTIVETRACK

# Taxar dividendos é miopia tributária, afirma Barsi

O investidor acredita que proposta reduz fluxo de capital ao país

Por Sérgio Tauhata — De São Paulo

30/06/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

A proposta de taxar dividendos e acabar com a dedutibilidade dos juros sobre capital próprio (JCP) vai prejudicar a economia e se tornar uma barreira à criação de empregos, alerta o presidente do Conselho Regional de Economia de São Paulo (Corecon-SP) e investidor veterano, Luiz Barsi.

Ao **Valor**, o economista, que ficou famoso justamente por amearhar um patrimônio bilionário ao investir por mais de cinco décadas em empresas boas pagadoras de dividendos, usou palavras duras para avaliar o projeto: “Seria viável a tributação

sobre dividendos em países que não confiscam 40% sobre o lucro e que mantêm de 12% a 18% de carga tributária”.

Para Barsi, a proposta, se aprovada, vai afastar investidores do país. “Tributar dividendo pode prejudicar a economia como um todo e, com isso, o cidadão que quer investir no país não vai investir, porque, se não tem lucro, por qual motivo aplicaria seu dinheiro?”, questiona. Conforme o economista, o projeto embute ainda um contrassenso, na medida em que não aborda outros mecanismos que reduzem arrecadação, como desonerações fiscais. “Acho que tributar dividendos significa penalizar quem assume riscos [de empreender], quando, em lugar, deveria tributar quem não assume risco nenhum e está bailando com isenções [fiscais].”

Barsi usa o exemplo de uma indústria fictícia para ilustrar como o aumento de carga tributária vai pesar sobre a atratividade de uma companhia no país.

“Sou absolutamente desfavorável a isso. O dividendo é uma pequena parcela do lucro, mas que pode inibir o investimento no país. Por exemplo, se for produzir uma armação de óculos, minha estrutura de custos teria de incluir 40% do lucro para o imposto de renda, mais 5% que é o percentual para garantia do capital reserva. São 45%. Mas o Brasil é um país que tem uma legislação trabalhista que pode gerar um passivo trabalhista e, por isso, teria na minha estrutura de fazer uma previsão de cerca de 15% para esse passivo, que é impossível de se calcular com precisão. Sou ainda obrigado a provisionar recursos para melhorar a produção e atualizar equipamentos. Só nessa conta, já são cerca de 80% do lucro operacional. Então tenho ainda de manter capital de giro, ou seja, sobram uma margem de 10% a 15% e sobre essa fatia apertada vai tributar ainda mais”, afirma.



O investidor acredita que a arrecadação da taxa de proventos seria pouco significativa em relação ao impacto negativo da iniciativa. “Seria uma receita inexpressiva em função do malefício que faria principalmente para a geração de novos empregos, porque se não atraímos investidores para aplicar no Brasil, deixamos de montar empresas e gerar postos de trabalho”, afirma.

Na visão de Barsi, “no país tínhamos de tributar especulação, mas em lugar disso estamos tirando mais da produção e do consumo”. De acordo com o investidor, “trata-se de uma miopia tributária” o projeto apresentado pelo governo na semana passada.

Barsi também considera a proposta complicada do ponto de vista jurídico. “A tributação do dividendo seria uma bitributação”, diz. Isso porque a parcela distribuída aos acionistas vem do lucro líquido, ou seja, já descontados os impostos e taxas. A legislação vigente considera irregular a cobrança dupla sobre um mesmo fato gerador.



COMENTÁRIOS

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

**Companhias elétricas não querem que você saiba disso...**

WWW.IZILIFE.COM.BR

LINK PATROCINADO

**Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente**

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

**Motoristas: Rastreador sem mensalidade preocupa seguradoras em Salvador**

ACTIVETRACK

# Relator coloca limites para alterar projeto sobre IR

Flávia Arruda demonstrou disposição em negociar

Por Raphael Di Cunto, Fabio Murakawa e Rafael Walendorff — De Brasília

30/06/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas



Sabino: “De forma nenhuma podemos aumentar o rombo orçamentário, que nas últimas estimativas estava em R\$ 180 bi” — Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



Relator do projeto de lei de reforma no imposto de renda e taxaço de dividendos, o deputado Celso Sabino (PSDB-PA) iniciou ontem as negocia es com o governo e fez as primeiras reuniões para “identificar as possíveis gorduras” na proposta que possam servir para promover altera es, mas disse que não fará nada que aumente o rombo fiscal do país.

“De forma nenhuma podemos pensar em aumentar o rombo orçamentário, que nas últimas estimativas estava em R\$ 180 bilhões”, disse Sabino após reuniões com técnicos da Receita Federal.   noite ele ainda conversaria com integrantes da Secretaria de Governo e do Banco Central para discutir o impacto da proposta e com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para avaliar o calendário de vota o.

Sabino não quis falar de mudanças no projeto e disse que isso será negociado com os líderes dos partido, mas defendeu pontos do texto, como a redu o da carga tributária dos mais pobres, devido ao aumento da faixa de isen o do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, de R\$ 1,9 mil para R\$ 2,5 mil, e a taxaço de dividendos, com o argumento de que o Brasil   um dos únicos países da Organiza o para a Coopera o e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que não cobra imposto.

A alíquota de 20% da taxação de dividendos é um dos principais focos de pressão por mudanças. Deputados da Frente Parlamentar da Agricultura (FPA) são um dos insatisfeitos com a alíquota, que consideram que aumentará a carga tributária sobre as empresas, e pediram à ministra da Secretaria de Governo, Flávia Arruda, modificações no projeto.

Presidente da FPA, o deputado Sérgio Souza (MDB-PR) afirmou que o assunto foi tratado em reunião ontem com a ministra, responsável pela articulação política do governo. Técnicos da frente discutirão amanhã o tema. “Pelo o que percebemos vai haver um aumento de tributação excessiva em cima da PJ [pessoa jurídica] e aí o que vai acontecer? o agricultor vai sair da PJ e vai para pessoa física”, afirmou ao **Valor**.

Outro motivo de descontentamento dos ruralistas é a taxação de 15% de imposto de renda sobre os lucros dos Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro). Esse mecanismo foi aprovado pelo Congresso há dois meses e teve o veto à isenção de IR derrubado há menos de 15 dias. Relator do projeto, o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) disse que tentará um movimento casado com os defensores dos fundos imobiliários, também taxadas, para reverter essa proposta. “Essa taxação frustra expectativas, complica para investimentos já delineados e dá um tiro no pé.”

Flávia Arruda confirmou que a questão dos dividendos foi discutida no encontro. “O importante é a gente saber que o texto mandado pelo governo na reforma tributária é um texto inicial. O parlamento é que tem a legitimidade para modificá-lo. E é lá que ele vai ser discutido”, afirmou a ministra.

“A Frente tem papel fundamental nisso. Está exatamente no lugar que vai ser discutido o que deve ou não ser colocado ou retirado desse texto original”, complementou Flávia.

A ministra sinalizou que pretende realizar eventuais mudanças de forma negociada e durante a tramitação do projeto. Quer evitar, com isso, o desgaste de vetos presidenciais ao texto que for aprovado pelo Congresso. “A minha disposição é do diálogo permanente. A gente não pode deixar construir o texto primeiro para depois chegar no governo e ele ser derrubado”, disse.

O setor também tenta negociar com o governo a derrubada de vetos do presidente Jair Bolsonaro à Lei 14.166 (Medida Provisória 1016), de renegociação de dívidas com os fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A lei autoriza bancos administradores a conceder descontos para a quitação de débitos, além de substituir encargos e prorrogar vencimentos de parcelas. Representantes do setor se reunirão ainda nesta semana com a Casa Civil e a equipe econômica para avaliar o que pode ser encaminhado via projeto de lei ou uma nova MP.

 COMENTÁRIOS

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

**Companhias elétricas não querem que você saiba disso...**

WWW.IZILIFE.COM.BR

LINK PATROCINADO

**Abridor de vinho mágico, chega ao Brasil!!**

MILIBLU STORE

LINK PATROCINADO

**Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente**

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

**Transforme ideias em lucro**

IBM ECOSYSTEMS

LINK PATROCINADO

**Motoristas: Rastreador sem mensalidade preocupa seguradoras em Salvador**

ACTIVETRACK



**Por Daniel Rittner**

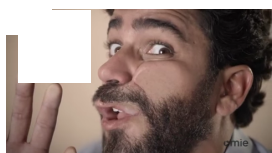
Iniciou sua carreira no Valor como trainee em 2000. Foi corr... ver mais

## O 'choque de energia barata' faz dois anos

Anunciado em 2019, Novo Mercado de Gás ainda só engatinha

30/06/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

---



Prestes a completar dois anos, o “choque de energia barata” anunciado por Paulo Guedes ainda está longe de tornar-se realidade. Em julho de 2019, o Posto Ipiranga prometeu uma redução de 40% nos preços do gás natural com iniciativas voltadas à abertura do mercado. No pacote estavam itens como acesso de terceiros aos gasodutos de transporte que eram detidos pela Petrobras e têm elevado grau de ociosidade, diminuição das barreiras para que consumidores industriais pudessem escolher livremente seus próprios fornecedores, privatização das distribuidoras estaduais. Uma parte das ações tinha amparo em um acordo firmado entre o Cade e a estatal, outras vinham de projeto de lei em tramitação no Congresso, a ampliação do mercado livre era uma das contrapartidas para o socorro do Tesouro a Estados com desequilíbrio na área fiscal.

Hoje, quase 24 meses depois, o chamado Novo Mercado de Gás apenas engatinha. Sim, ele tem boas chances de ganhar alguma musculatura e dar seus primeiros passos, mas a baixa velocidade com que esses movimentos vão ganhando corpo deixa nos interessados um sentimento de bastante cautela com o futuro.

## **Anunciado em 2019, Novo Mercado de Gás ainda só engatinha**

Péssima coincidência: a Petrobras aplicou um aumento recente de 39% no preço do gás natural para as distribuidoras, praticamente o tamanho da queda prometida pelo ministro lá atrás, mas com sinal inverso. O último reajuste do gás de cozinha fez

o preço do botijão de 13 quilos atingir até R\$ 130 em municípios do Centro-Oeste, com tendência de alta e potenciais reflexos na popularidade de Jair Bolsonaro.

Para ser justo, há que se separar as coisas. O petróleo encareceu no exterior e o real se desvalorizou nesse período. Feitas as ressalvas, não houve mudança significativa na estrutura de custos do insumo: a molécula de gás continua sendo vendida por cerca de US\$ 8 ou US\$ 9, o transporte fica com mais US\$ 1,5 ou perto disso, a distribuição abocanha de US\$ 2 a US\$ 2,5 - sempre por milhão de BTU (unidade de referência no setor). Tudo somado, paga-se ainda de US\$ 12 a US\$ 13 pelo gás que chega à indústria. Duas a três vezes mais que os concorrentes pagam na Europa ou nos EUA. Em diversos segmentos, o gás atua ao mesmo tempo como matéria-prima e como insumo energético. Para químicos como amônia e metanol, representa até 70%, 80% dos custos de produção.

“Não teve ninguém na indústria de vidro, de cerâmica, na siderurgia que tenha entrado no mercado livre nos últimos dois anos”, afirma o presidente da Abividro, Lucien Belmonte. Estados como Paraná, Maranhão, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul têm um consumo mínimo requerido de 100 mil metros cúbicos/dia para autorizar a migração. Na prática, é uma linha de corte tão alta que se torna completamente inviável.



A Petrobras está em pleno processo de venda de sua fatia de 51% na Gaspetro, que detém participações em 19 empresas estaduais de distribuição de gás canalizado, mas muitos contratos de concessão carregam vícios do passado e vencem apenas na década de 2040 - não importa o dono. O da CEB Gás, no Distrito Federal, vai até 2060! Algumas concessões dos anos 1990, ainda válidas, têm taxas de retorno na faixa de 20% ao ano. Condizentes com as incertezas daquela época, inaceitáveis para padrões atuais.

Dois dos principais gasodutos de transporte da Petrobras - NTS no Sudeste, TAG no Norte e Nordeste - foram negociados com grandes grupos privados, mas os problemas de acesso continuam. Mais de 30% da capacidade dos dutos fica sem uso, mas a estatal garantiu, por meio de contratos repassados para os novos controladores, o monopólio na passagem do gás.

A nova Lei do Gás, sancionada em abril, acendeu a esperança de evolução. Para sair do papel, porém, falta a regulamentação: decretos, portarias, resoluções da Agência Nacional do Petróleo. "Um gargalo é a estrutura da ANP para tocar tudo isso", diz o gerente de gás natural da Abrace (associação dos grandes consumidores industriais de energia), Adrianno Lorenzon.

Lorenzon resume a percepção do setor privado sobre o Novo Mercado de Gás: "Na vida real pouca coisa aconteceu, mas continua havendo expectativa e há muito trabalho pela frente". Desânimo? "Não. Se fizermos a coisa certa, podemos colher os resultados a partir de 2022." Vem aí um choque de energia barata?

## **Jabutis sem barulho**

Nos bastidores, o governo avalia que "jabutis" polêmicos na MP da Eletrobras criaram muito barulho por nada. A construção de 8 mil MW de usinas térmicas a gás, em Estados que não têm suprimento regular do insumo, dependerá de concorrência com preço-teto em torno de R\$ 350 por megawatt-hora (mesmo dos leilões de 2019, mais a inflação).

Estão convencidos de que, por esse valor, a maioria dos projetos não vingará. Seria insuficiente para viabilizar a chegada de gasodutos nesses Estados. Análise popular

na Esplanada dos Ministérios: diante da falta de interessados, do leilão “vazio”, o TCU não aprovaria nova concorrência nesses termos.

Para insistir nas térmicas, por razões de segurança energética, elas terão que mudar de lugar e ser instaladas perto dos centros de produção de gás. É, pode ser.

**Daniel Rittner é repórter especial**

**E-mail: [daniel.rittner@valor.com.br](mailto:daniel.rittner@valor.com.br)**



COMENTÁRIOS

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por [taboola](#)

LINK PATROCINADO

**Essa organizadora é o item que falta para acabar com a bagunça da sua casa**

HOPY

LINK PATROCINADO

**Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente**

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

**Companhias elétricas não querem que você saiba disso...**

WWW.IZILIFE.COM.BR

LINK PATROCINADO

**Máscara que mostra sorriso e não embaça óculos faz sucesso em Salvador**

FACEMASK+

LINK PATROCINADO

**Luz da injeção acesa? Esse dispositivo mostra e corrige o problema facilmente**

PORTAL G7

LINK PATROCINADO

**Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas**

LOJA INTERATIVO

Mais do Valor **Econômico**

# Indústria europeia teme avanço chinês e cobra acordo com Mercosul

Em reação pouco vista nos últimos tempos, coalizão de associações pede ratificação rápida do projeto de livre-comércio

Por Assis Moreira — De Genebra

30/06/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Uma coalizão de 13 importantes associações industriais da Europa conclamou os governos do bloco a uma ratificação rápida do acordo comercial entre a União Europeia (UE) e o Mercosul, numa reação pela primeira vez nos últimos tempos diante da resistência de alguns países, como a França.



do conjunto. as associações dizem que é tempo de seguir adiante e atado comercial negociado pelos a de preferências para suas

empresas ajudará as duas regiões a se recuperar da atual crise econômica e sanitária.

Também alertam que um fiasco na ratificação do acordo deixaria a UE e o Mercosul “com menos instrumentos para construir confiança mútua e cooperar para enfrentar o maior desafio do nosso tempo”. Exemplificam que a não ratificação levará Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai a continuar ou mesmo a expandir seu comércio com outros parceiros com padrões ambientais e trabalhistas substancialmente mais baixos. A manifestação ilustra o temor de a Europa perder mais negócios em proveito da China na região.

Em meio a fortes pressões por inclusão de compromissos adicionais na área ambiental por parte do Mercosul, para proteger a floresta amazônica, a indústria europeia nota que o acordo traz compromissos firmes na área de sustentabilidade e que “o Brasil é um parceiro para cooperar no longo prazo, e não um país para isolar”.

A Comissão Europeia, braço executivo da UE, anunciou no começo do ano que elaboraria uma proposta para negociar compromissos adicionais ambientais com o Mercosul. Mas até agora não há sequer indicações de quando e se isso realmente será concretizado. Na prática, não há condições políticas para aprovação do acordo agora entre os Estados-membros e no Parlamento Europeu. A expectativa na Europa é que o tratado com o Mercosul não terá evolução antes da eleição presidencial de abril de 2022 na França.

Foi por isso que surpreendeu o comunicado conjunto da BusinessEurope, espécie de CNI europeia; CECE (representante da indústria de máquinas de construção); Cecimo (máquinas-ferramentas); Clepa (fornecedores de autopeças); Cotance (indústrias de couro); Orgalim (indústrias de tecnologia); Eda (setor lácteo); ESF (setor de serviços); SpiritsEurope (indústria de destilados); Euratex (têxteis e vestuário); EFC (indústrias de calçados); Eurocommerce (varejo e atacado); e Tie (indústrias de brinquedos).

Na prática, as associações resolveram marcar o segundo aniversário do anúncio político do acordo, no mês de junho, indicando que os europeus estão perdendo tempo e negócios. Mencionam que o acordo ampliará as importações procedentes do Mercosul em 10,6% e, ao mesmo tempo, as exportações europeias para Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai poderão crescer 52%. A indústria europeia poderá também poupar € 4 bilhões por ano com a redução de tarifas de importação no Mercosul sobre bens exportados pela Europa.

Insistem que o acordo tanto melhorará o comércio em bens e serviços, como protegerá direitos de propriedade intelectual e inclui “as mais avançadas provisões sobre desenvolvimento sustentável que fomentam a parceria, ajudam a mitigar a mudança climática e obrigam ambas as partes a implementar o Acordo de Paris de forma eficaz”.

Notam também que iniciativas legislativas unilaterais na UE, como uma sobre desmatamento e a revisão das regras existentes sobre o comércio de madeira, “reforçarão a cooperação e garantirão que as exportações para a UE não contribuirão para o atual desmatamento ou degradação do solo”.

Até agora, vozes contrárias ao acordo faziam mais ruídos. O que as associações mostram agora é que vão defender mais firmemente a aprovação e a implementação do compromisso birregional.

De seu lado, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) produziu cartilha procurando mostrar na sua visão como o Brasil está engajado e preparado para implementar tanto suas obrigações no acordo Mercosul-UE, “como também compromissos em acordos e tratados internacionais ambientais e trabalhistas”.

## Equipe econômica refaz contas para ampliar corte do IR

“Pela força da economia temos que passar para 5% pelo menos, imediatamente”, diz Paulo Guedes

Por Mariana Ribeiro, Estevão Taiar e Lu Aiko Otta — De Brasília e São Paulo

30/06/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

O governo está recalibrando seus cálculos para verificar se é possível cortar cinco pontos percentuais da alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) em 2022, e não mais fazer a redução em duas etapas de 2,5 pontos, como foi anunciado na semana passada.

“Anunciamos redução de 2,5% no IRPJ, aparentemente foi pouco”, afirmou o ministro da Economia, Paulo Guedes. “Pela força da economia temos que passar para 5% pelo menos, imediatamente.”

A decisão se baseia no forte desempenho da arrecadação federal este ano. Em maio, atingiu R\$ 142,1 bilhões, um volume recorde para o mês. Nos cinco primeiros meses do ano, as receitas ficaram em R\$ 744,8 bilhões, também maior resultado da série. Em termos reais, foram avanços de 69,88% e de 21,17% sobre o ano passado, respectivamente.

Parte dessa recuperação é cíclica, disse o ministro. Mas parte é estrutural, e esse ganho será transferido para as empresas, afirmou. “Temos compromisso de não deixar que impostos sufoquem o empresariado”, disse. “Nosso governo quer reduzir arrecadação sobre empresas em termos reais.”

O volume do crescimento estrutural será determinado após serem fechados os dados da arrecadação de 2021, disse ao **Valor** o secretário especial da Receita Federal, José Tostes. O montante será calculado a partir da comparação do desempenho da arrecadação, expurgados os efeitos da pandemia. Ele acredita que as receitas federais estão em um patamar mais elevado por causa do aumento da lucratividade das empresas.

Durante a divulgação da arrecadação de maio, o ministro rebateu afirmações de que a proposta de reforma do Imposto de Renda vai elevar a carga tributária sobre as empresas porque a distribuição de dividendos passará a ser taxada em 20%. Nos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, são taxados na faixa dos 25%, disse, repetindo argumento apresentado por Tostes ao **Valor** (*ver página A14*)

Ele rebateu também o argumento de que o dividendo deve ser isento porque os tributos já são pagos na empresa. “Na empresa, nós vamos reduzir”, ressaltou. As empresas são “engrenagens econômicas” que servem para acumular capital, tecnologia, e gerar emprego e renda. Conceitualmente, disse, os impostos sobre elas têm de ser cada vez mais baixos. “Quando o dinheiro vai para os detentores de capital, aí sim é que os impostos tem que pegar”, afirmou.

As receitas estão se recuperando em todos os setores, com alguns já ultrapassando os níveis históricos. “É inequívoco que Brasil já levantou e a economia está caminhando em velocidade bem acima do que era esperado na virada do ano”, afirmou o ministro.

Na apresentação, Tostes destacou o impacto do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no desempenho da arrecadação. Em maio, houve alta de 83% nesses recolhimentos. A arrecadação dos tributos considerada extraordinária somou R\$ 4 bilhões.

Chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita, Claudemir Malaquias também afirmou que os tributos que incidem sobre as empresas “têm mantido o comportamento de puxar a arrecadação” no ano. Isso, afirmou, se deve a um aumento de lucratividade, com empresas operando de forma mais produtiva, e da demanda agregada.

Além do comportamento da economia, o resultado da arrecadação em maio reflete também uma diferença na base de comparação. Em maio de 2020, era forte o volume de tributos diferidos. Naquele mês, as postergações tiveram impacto negativo de R\$ 25 bilhões na arrecadação. Já no mês passado, o efeito foi positivo em R\$ 4,5 bilhões. Malaquias disse não ser possível indicar exatamente qual é a participação da recuperação econômica na arrecadação, mas frisou que, mesmo excluindo os chamados fatores não-recorrentes, os números são positivos.

As compensações tributárias também voltaram a influenciar as receitas. No mês, elas somaram R\$ 12,8 bilhões, crescimento de 89% sobre maio de 2020.





## Empresários querem debate sobre reforma

João Camargo, do Esfera Brasil, reúne-se com Sabino e Motta para discutir reforma tributária

Por **Mônica Scaramuzzo** — De São Paulo

30/06/2021 05h00 · Atualizado há 24 minutos

---

O empresário de comunicação João Camargo, que também está à frente da entidade Esfera Brasil, vai se reunir hoje em Brasília com os deputados Celso Sabino (PSDB-PA) e Luiz Carlos Motta (PL-SP), que foram indicados pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), para as relatorias dos dois projetos da reforma tributária que tramitam na Casa.

“Vou tentar entender as reformas que foram apresentadas pela Casa na sexta-feira e tentar propor um debate pelo Esfera Brasil para discutir o tema”, disse Camargo

ontem ao **Valor**. Camargo criou o Esfera Brasil para ser uma plataforma de encontros entre o setor privado e governo.

Um dia antes de apresentar a proposta do governo para tributar lucros e dividendos e pôr fim ao Juro sobre Capital Próprio (JCP), Lira jantou na casa de Camargo e conversou com empresários e banqueiros presentes sobre a necessidade de fazer uma reforma tributária ampla.

No encontro, que reuniu cerca de 20 pessoas, entre eles os banqueiros André Esteves, do BTG Pactual, e Luiz Carlos Trabuco, do Bradesco, Lira não tinha dado detalhes das propostas que foram apresentadas na sexta-feira.

“Foi uma surpresa para gente”, disse Camargo. A reunião de Camargo hoje em Brasília com os relatores da Casa será para tentar entender melhor a proposta e convidar os relatores a discutir o tema com o setor privado nos próximos dias.

Uma parte do setor produtivo ainda está analisando as medidas propostas pelo governo na semana passada. “Ainda não temos uma posição da entidade sobre isso”, disse Dan Ioschpe, presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

Para o empresário, à frente da empresa Ioschpe-Maxion, a posição do Iedi sobre a reforma tributária de forma mais ampla é de que o tema é considerado um assunto

prioritário por sua relevância na redução do custo Brasil e na melhoria das condições de competitividade e produtividade das empresas.

Entidades de classe e empresários ouvidos pelo **Valor** afirmaram que a reforma ideal seria a de unificação dos cinco impostos (Pis/Cofins, IPI, ICMS e ISS) que incidem sobre o consumo de bens e serviços em um único Imposto sobre Valor Agregado (IVA) nacional.

Para José Velloso, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), a tributação das empresas sobre o Imposto de Renda coloca o Brasil entre os maiores com carga tributária entre os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). “Com isso, vamos perder a atratividade de investidores”, pondera. A entidade é favorável à tributação de dividendos, mas defende um debate mais amplo.

O grupo de empresas reunidos na Abimaq pretende discutir o assunto com o governo por meio da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Coalizão Indústria, além da Frente Parlamentar da Indústria de Máquinas e Equipamentos. Contudo, ainda não há uma agenda marcada com parlamentares para discutir o assunto.

 COMENTÁRIOS

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

**Companhias elétricas não querem que você saiba disso...**

[WWW.IZILIFE.COM.BR](http://WWW.IZILIFE.COM.BR)

LINK PATROCINADO

**Abridor de vinho mágico, chega ao Brasil!!**

[MILIBLU STORE](#)

LINK PATROCINADO

**Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente**

[LOJA INTERATIVO](#)

# Dívida de MG com municípios na saúde é de R\$ 6,8 bi

Dívida calculada pelo Tribunal de Contas do Estado é dos anos de 2019 e 2020

Por Cibelle Bouças — Belo Horizonte

30/06/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

O Estado de Minas Gerais deve aos seus 853 municípios R\$ 6,8 bilhões em transferências da área de saúde previstas em orçamento e que não foram quitadas. O valor refere-se a dívidas do período de 2009 a 2020 e foi calculado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCEMG).

O relatório foi entregue hoje à Associação Mineira de Municípios (AMM). A AMM e o [X] para o pagamento dessa dívida,

mas havia discordância em relação ao valor devido. A associação falava em valores próximos de R\$ 6 bilhões e o governo do Estado alega que já pagou R\$ 3,7 bilhões.

Em 2019, o governo do Estado e as prefeituras fizeram um acordo judicial, no qual o governo estadual aceitou pagar R\$ 7 bilhões aos municípios em 33 parcelas. Esse valor refere-se ao não repasse constitucional de impostos como ICMS, IPVA e outros.

Do total, R\$ 6 bilhões eram dívidas do governo de Fernando Pimentel (PT) e R\$ 1 bilhão eram relativas ao governo de Romeu Zema (Novo). Segundo a AMM, a dívida relativa aos repasses vinculados à saúde não entrou no acordo anterior.

De acordo com o cálculo do Tribunal de Contas, do valor total de R\$ 6,8 bilhões, R\$ 5,3 bilhões são despesas empenhadas e liquidadas, ou seja, que tiveram recursos reservados e com o direito de recebimento atestado. Os R\$ 1,5 bilhão restante são despesas empenhadas e restos a pagar não processados.

Os maiores valores são dos dois primeiros anos do governo Zema, de R\$ 2,9 bilhões em 2019 e R\$ 1,3 bilhão em 2020, e dos dois últimos anos de gestão do ex-governador petista Fernando Pimentel (de R\$ 1,5 bilhão em 2017 e R\$ 1 bilhão em 2018). Além disso, foi levantada uma dívida de R\$ 196 milhões com entidades sem fins lucrativos da área de saúde.

Os maiores credores, de acordo com o Tribunal de Contas, seriam os fundos municipais de saúde de Belo Horizonte (R\$ 431 milhões), Uberlândia (R\$ 178 milhões), Juiz de Fora (R\$ 169 milhões), Governador Valadares (R\$ 151 milhões), Contagem (R\$ 149 milhões), Montes Claros (R\$ 127 milhões), Ipatinga (R\$ 112 milhões), Betim (R\$ 110 milhões), Divinópolis (R\$ 82 milhões) e Uberaba (R\$ 82 milhões).

“Existia uma divergência de valores, a AMM com valores levantados, o Estado com outros. Agora, agora o Tribunal de Contas trouxe isso certificado. Com esse apoio do Tribunal de Contas na certificação dos valores esperamos chegar a uma solução para que esse dinheiro possa socorrer o cidadão”, disse Julvan Lacerda, presidente da AMM, durante o encontro com o presidente do TCE, José Alves Viana.

De acordo Viana, com o documento, a AMM pode negociar com o governo do Estado o acerto dos débitos na área de saúde e restabelecer a justiça.

Segundo Lacerda, se o governo não entrar em acordo até agosto, a AMM vai acionar a Justiça. A associação informou que aguarda posicionamento do governo do Estado para concluir o acordo. Procurado, o governo informou que a Secretaria de Estado de Saúde recebeu o ofício do Tribunal de Contas, com informações referentes a restos a pagar de 2009 a 2020, e que o documento está em análise pela Secretaria.

Após análise e apurações, a Secretaria irá se manifestar em relação ao valor apresentado pelo Tribunal de Contas.

O governo acrescentou que já estão em curso negociações com a AMM, o Tribunal de Justiça do Estado, o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde (Cosems MG) e o próprio Tribunal de Contas para alinhamento dos valores. “Dessa forma, com auxílio do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e TJMG, em breve será realizado um acordo”, afirmou em nota.

O governo informou ainda que como apoio aos municípios comprou e distribuiu sem custos aos prefeitos 50 milhões de seringas e 700 refrigeradores. “A medida tem por objetivo o auxílio em um momento que requer a união de todos”, diz a nota.

# Distribuidoras elogiam aumento, mas temem inadimplência

“Gatos” de energia é outro temor do setor, que vê reajuste da bandeira como necessário

Por Gabriela Ruddy — Do Rio

30/06/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

Marcos Madureira, presidente da Abradee: Reajuste da bandeira é necessário para compensar uso de usinas térmicas  
— Foto: Dênio Simões/Valor

O aumento do valor cobrado nas contas de luz da bandeira tarifária vermelha nível 2, dos atuais R\$ 6,24 para R\$ 9,49 a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos, vai ajudar a compensar o acionamento das usinas térmicas, que têm uma geração de energia mais cara, em meio à crise hídrica que afeta a geração hidrelétrica. A alta na cobrança contribui para equilibrar os maiores custos que as distribuidoras têm com a aquisição de energia nesse momento. Contudo, também pode levar ao aumento na inadimplência nas contas de luz e a uma alta nas perdas não-técnicas, os “gatos” de energia.

O acréscimo de 52% na bandeira tarifária foi aprovado pela diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) ontem. O reajuste ocorre depois de o Brasil registrar no período úmido mais recente, entre setembro de 2020 e abril de 2021, o pior histórico de afluência dos últimos 91 anos.

Para o presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia (Abradee), Marcos Madureira, o reajuste é necessário para compensar o uso das térmicas. Ele aponta, no entanto, que o cenário pode ter impactos nas receitas das distribuidoras.

“Todo aumento na conta de luz tem dois resultados negativos: o crescimento da inadimplência e das perdas não técnicas. O que as distribuidoras podem fazer é intensificar as ações de controle. Ressalto que nós não gostaríamos que existisse um aumento na conta, mas estamos passando pela necessidade de acionar uma geração de custo mais alto para atravessar esse período de crise hídrica”, explicou.



Segundo o presidente da Abradee, há expectativa de que os consumidores busquem reduzir a demanda. A associação espera que a Aneel lance, em breve, uma campanha publicitária para conscientizar a população sobre o tema. “Esperamos que exista um entendimento de que é necessário um consumo mais consciente, de que é um momento de ter maior cuidado na utilização da energia elétrica”, afirmou.

Algumas distribuidoras têm apostado em campanhas próprias de conscientização sobre o consumo, como a Neoenergia e a Enel.

Para o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), a mudança na bandeira tarifária mostra que o país vive uma situação de racionamento de energia, por meio dos preços.

“Em vez de declarar de fato um racionamento e arcar com os custos políticos da medida, o governo espera que o aumento dos valores pagos pelos consumidores cumpra o papel de promover a necessária redução do consumo. O fato é que o governo deveria assumir a responsabilidade pelos atuais problemas e estabelecer políticas estruturantes de eficiência energética que reduzissem custos e ajudassem a evitar novas crises no futuro”, afirmou o instituto em nota.

Para o Idec, medidas para evitar o agravamento da situação deveriam ter sido tomadas de maneira preventiva, incluindo ajustes técnicos para que os preços da energia refletissem as reais condições do setor e uma revisão na metodologia das bandeiras tarifárias.

“Ao descartar o uso de termos como “racionalização” e “acionamento”, o governo procura reduzir o custo político dos problemas e a real dimensão da crise hídrica que afeta não somente o setor de energia, mas o agronegócio e o setor de transporte. Ou seja, além de ser responsabilizado pelos custos, nesta crise o consumidor é indicado entre os culpados pela atual situação e responsável por seu encaminhamento”, disse o instituto.

 COMENTÁRIOS

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

**Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente**

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

**Por que a expectativa de vida canina diminuiu na última década?**

PETVI

LINK PATROCINADO

**Companhias elétricas não querem que você saiba disso...**

WWW.IZILIFE.COM.BR

LINK PATROCINADO

**Luz da injeção acesa? Esse dispositivo mostra e corrige o problema facilmente**

PORTAL G7

LINK PATROCINADO

**Crianças viciadas no celular? Novo brinquedo afasta os pequenos da tela**

SWISSMADEBR

LINK PATROCINADO

**Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas**

LOJA INTERATIVO

Mais do Valor **Econômico**

## Brasil se alinha à OCDE com dividendo e IRPJ, defende Tostes

Secretário da Receita diz ser contra soma dos dois tributos por envolver empresas e pessoas físicas

Por Lu Aiko Otta e Fabio Graner — De Brasília

30/06/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

---



O secretário da Receita Federal, José Tostes: “Estamos fazendo simplificação e redução de carga tributária” — Foto: Imagem Valor Econômico

Preocupada com a interpretação que ganhou corpo no setor privado sobre a nova tributação de dividendos, a equipe econômica fez um levantamento no qual mostra que o Brasil ficará alinhado aos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) quando se soma cobrança de Imposto de Renda nas empresas e a alíquota que, pela proposta enviada ao Congresso, incidirá sobre dividendos.

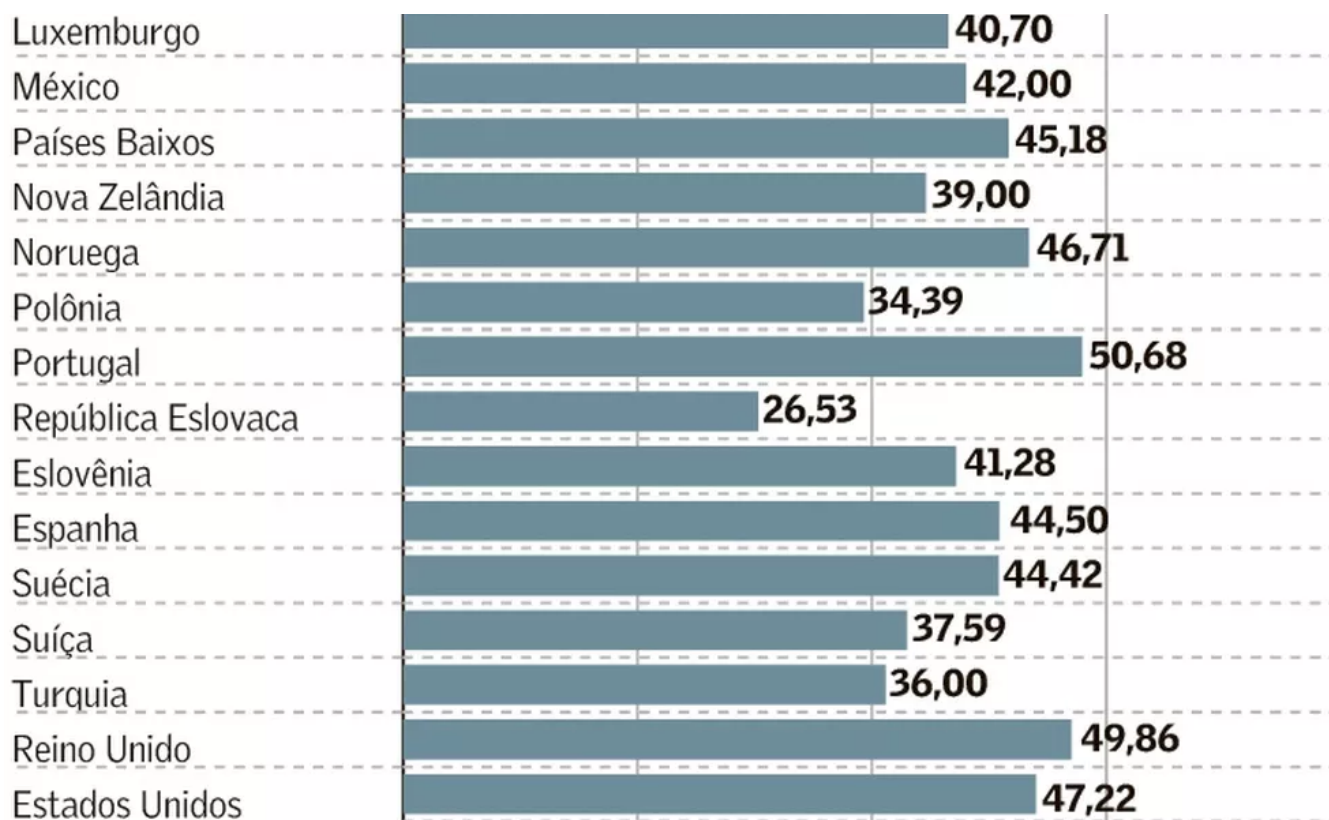
Em entrevista ao **Valor**, o secretário da Receita Federal, José Tostes, destacou que não é o melhor caminho somar um tributo que incide sobre empresas com um que afetará as pessoas físicas, mas, diante dos rumos da discussão no setor privado após o envio do projeto, a tabela preparada mostra claramente que é equivocado dizer que o Brasil vai tributar mais as empresas para padrões internacionais.

“É importante esclarecer que a tributação dos dividendos, que até então estavam isentos, é sobre a pessoa física do sócio. Há, talvez de forma involuntária, uma confusão feita entre a tributação da pessoa jurídica versus a tributação da pessoa física”, disse Tostes. “No tocante à pessoa jurídica, estamos promovendo uma redução de cinco pontos percentuais nas empresas. E estamos retirando uma isenção na distribuição dos dividendos para pessoa física e esse ônus recairá sobre as pessoas físicas. Não é, ao nosso ver, muito adequado fazer essa junção indevida entre pessoa jurídica e física como uma pessoa só”, acrescentou.

## Brasil alinhado ao mundo

Como a OCDE tributa empresas + dividendos

País	Alíquota (PJ+PF), em %
Austrália	47,00
Áustria	45,63
Bélgica	47,50
Canadá	55,21
Chile	40,00
Colômbia	31,00
República Checa	31,15
Dinamarca	54,76
Estônia	20,00
Finlândia	43,12
França	52,75
Alemanha	48,42
Grécia	27,80
Hungria	22,65
Islândia	37,60
Irlanda	57,13
Israel	48,41
Itália	43,76
Japão	44,02
Coreia	59,36
Lituânia	27,75
Letônia	20,00



**Média:** 41,38%  
**Mediana:** 43,76%

**Brasil:** 43,2%  
 (proposta enviada ao Congresso)

Fonte: OCDE. Elaboração: Receita Federal

Ele critica diretamente as contas que apontam que, com a reforma, a tributação das empresas estaria subindo para 43%. “E, se nós formos considerar os 43%, que de forma equivocada consideram elevado, mostramos que está completamente alinhado com a tributação conjunta de pessoa física e jurídica da OCDE”, salientou.

No documento da equipe econômica, a mediana da somatória das alíquotas da amostra de 36 países ficou em 43,8%, e a média, em 41,4%. “Os dados mostram de forma cabal que o Brasil hoje está desalinhado do que acontece no mundo porque cobramos 34% no nível da empresa e zero na pessoa física [dividendo]. Agora estamos indo para 43%, tirando uma isenção indevida de um rendimento. A proposta feita coloca o Brasil no padrão da OCDE. Muita gente indevidamente está comparando os 43% com a média da OCDE apenas na pessoa jurídica, é preciso comparar com a soma”, enfatizou. “O Brasil continua não sendo um país de tributação elevada”, acrescentou Isaías Coelho, assessor especial do ministro Paulo Guedes.

Tostes destaca que para empresas a cobrança vai cair de 34% para 29%, redução bastante pronunciada e que, lamenta o secretário, tem tido muito menos destaque que o merecido. “É indevido dizer que aumentou a carga das empresas”, afirmou, pontuando que há queda na carga mesmo considerando o fim do mecanismo de juros sobre capital próprio (JCP), que hoje reduz o imposto a pagar.

Em levantamento feito pelo **Valor** com as maiores pagadores de JCP, porém, em algumas casos a economia com o instrumento é maior do que a redução dos 5 pontos percentuais propostas para o IRPJ. E mesmo que a tributação passe a ser feita em duas fases, e sobre contribuintes distintos (pessoa jurídica e seus sócios, em caso de distribuição), os 43% da nova alíquota combinada superam os 34% da alíquota nominal atual.

Para o secretário, o JCP acabou virando apenas “mais um privilégio” fiscal e não atingiu, em todo o seu período de vigência, o objetivo de melhorar a estrutura de capital das empresas. Ele e os demais técnicos da Receita citam estudo do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do próprio fisco, que comparam com o período de cinco anos antes e depois do JCP, apontando nessa direção.

Em relação aos 20% propostos para taxaço de dividendos, que já vêm sendo criticados por parlamentares como o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o secretário salienta que estão abaixo da média da OCDE, que está em 24,1%. Tostes reforça que a cobrança sobre dividendos é feita após o lucro líquido, ou seja, no nível da pessoa física e após a incidência do IRPJ/CSLL no nível da empresa.

O coordenador-geral de Tributação, Fernando Mombelli, acrescentou que, com a isenção para rendimentos de até R\$ 20 mil por mês, a maior parte dos sócios de empresas está protegida. “Essa política de certa forma é distributiva, porque alcança as empresas com mais capital”, disse.

Tostes reconheceu ainda que o início de taxaço dos dividendos poderá levar a dois movimentos: a distribuição antecipada, para escapar à tributação proposta para 2022, e o reinvestimento dos lucros. Ele acredita, porém, que esses movimentos serão vistos no primeiro ano após a aprovação da tributação. A partir do segundo ano, acredita que haverá uma acomodação desses movimentos.

Por isso, explica, as estimativas de arrecadação com essa nova tributação são mais modestas em 2022 e crescem a partir de 2023. Os dados apresentados na semana passada, no anúncio da proposta, foram os seguintes: R\$ 18,5 bilhões em 2022, de R\$ 54,9 bilhões em 2023 e de R\$ 58,2 bilhões em 2024.

Apesar de defender a alíquota de 20%, Tostes admite a possibilidade de o Congresso alterar isso. Mas salienta que é preciso garantir o equilíbrio do projeto em termos de arrecadação. “Nós buscamos encontrar um equilíbrio entre as medidas que aumentam e que reduzem a arrecadação. Se houver alteração, esse equilíbrio terá que ser reavaliado. Se mexer em um ponto, tem que compensar em outro, são vasos em equilíbrio”, disse, apontando que a discussão pode envolver inclusive a revisão de benefícios tributários que não entraram na proposta do governo, como forma de compensação de eventuais mudanças.

O secretário disse que a partir de hoje começarão as negociações no Congresso. “É preciso considerar o equilíbrio nas propostas que foram feitas”, salientou.

O professor Isaías Coelho contestou comparações entre a alíquota de 20% para dividendos com os 15% que o governo propõe uniformizar nas operações de mercado financeiro, em especial de renda fixa. Ele disse que no caso da renda fixa é preciso lembrar que esse tributo incide também sobre a correção pela inflação, enquanto no dividendo a cobrança na parte ocorre em termos de lucro acima da inflação. “Não se pode comparar simplesmente a alíquota de um com o outro. Se a inflação for zero, o dividendo está mais alto, mas como tem sido de 4% a 5%, não. Esse diferencial de alíquota procura estabelecer um senso de justiça, não penalizar o ganho de capital.”

Coelho defendeu alíquota de 15% sobre operações de “day trade” no mercado de ações. “A especulação não é um problema em si. ‘Day trade’ tem função importantíssima no mercado de dar liquidez. A ideia é não discriminar [entre as modalidades de investimento]”, disse. Fernando Mombelli destaca que o desenho simplifica o sistema e o subsecretário de Tributação, Sandro Serpa, que o fim da tributação por prazo (hoje 15% é para quem fica dois anos com um investimento) favorecerá pequenos investidores. “Estamos fazendo uma simplificação e uma redução de carga tributária”, diz Tostes.



# Aumento na cobrança extra coloca “viés de alta” nas estimativas de inflação

Impacto do reajuste da bandeira tarifária será de 0,2 ponto percentual no IPCA de junho

Por Arícia Martins e Anaïs Fernandes — De São Paulo

30/06/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

---



O reajuste de 52% no valor adicional da bandeira vermelha patamar 2 terá impacto de cerca de 0,2 ponto percentual no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em julho, estimam economistas. Nem todos os analistas revisaram seus cenários de inflação para o ano, uma vez que a cobrança extra de R\$ 9,49 nas contas de luz a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos, por ora, é válida apenas para o próximo mês. O consenso, no entanto, é que a eletricidade coloca viés de alta nesses números.

Devido à situação hídrica bastante adversa, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autorizou o aumento imediato da bandeira mais cara com base na mudança de um dos parâmetros da metodologia vigente. Os diretores da Aneel, contudo, decidiram que será aberta uma consulta pública para discutir a metodologia do sistema de bandeiras, o que deixa em aberto o valor para os próximos meses.

Considerando que o acréscimo estabelecido para julho seja mantido até o fim do ano, a projeção para a alta do IPCA em 2021 sobe de 6,2% a 6,4%, diz Fábio Romão, economista da LCA Consultores. O teto da meta para o ano é 5,25%. Em razão da falta de chuvas, a LCA avalia que o patamar 2 da bandeira vermelha ficará em vigor até dezembro.

Com o aumento da tarifa de energia já fixado para o próximo mês, Romão elevou a projeção para a alta do IPCA no período a 0,58%. Assim, aponta ele, a inflação vai desacelerar muito pouco em relação a junho, quando o índice deve subir cerca de 0,60%. “Teríamos uma inflação mais próxima de 0,40% em julho, não fosse a ‘super’ bandeira vermelha”, afirmou o economista, que prevê alta de 4,96% para as contas de luz no sétimo mês do ano.

A XP Investimentos também mudou suas previsões de inflação para julho e para o ano. “Com o anúncio, a elevação no IPCA de julho será de aproximadamente 0,19 ponto, uma alta adicional de 0,13 ponto na nossa projeção”, explica a economista Tatiana Nogueira, que esperava que o reajuste da bandeira seria de 20%. Em seus cálculos, o IPCA vai subir 0,62% no mês que vem, e 6,4% em 2021.

Segundo Victor Wong, economista da Vinland Capital, o reajuste divulgado pela Aneel ficou bem próximo do esperado. Na semana passada, lembra Wong, notícias apontavam que a cobrança extra da bandeira mais cara subiria para cerca de R\$ 10. Por já trabalhar com essa hipótese, a gestora de recursos manteve a expectativa de aumento de 0,55% para o indicador oficial de inflação em julho.

Da taxa prevista, 0,19 ponto é explicado pelo encarecimento da bandeira tarifária, diz o economista. Como, porém, o novo valor foi definido somente para o próximo mês e ainda não há decisão da Aneel para o restante do ano, a tarifa de eletricidade coloca viés de alta na projeção da Vinland para a inflação anual.

Wong espera aumento de 6,2% para o IPCA em 2021, e também acredita que o patamar 2 da bandeira vermelha fica acionado até dezembro. “E esse valor novo ainda não é o suficiente para cobrir todo o custo adicional do despacho da geração de térmicas”, destaca o economista. De fato, uma das propostas a ser debatida pela Aneel é uma mudança na metodologia que poderia levar o adicional da bandeira vermelha patamar 2 para R\$ 11,50 a cada 100 kWh consumidos.

Tatiana, da XP, observa que o acréscimo da bandeira vermelha 2 pode ficar ainda maior já em agosto, porque há riscos de faltar recursos para cobrir os custos da contratação de térmicas para manter o abastecimento energético no país. Com essa possibilidade, a inflação anual tem risco de ser ainda maior que os 6,4% projetados, alerta ela.

Ao antever uma tarifa de eletricidade mais alta, mas também outros riscos inflacionários, o BNP Paribas prevê avanço de 6,5% para o IPCA em 2021, número mantido após a decisão de ontem da Aneel. Gustavo Arruda, chefe de pesquisa para América Latina do banco, afirma que também já contava com um valor perto de R\$ 10 para o novo acréscimo da bandeira vermelha 2.

A previsão anterior do BNP era de um IPCA de 6% neste ano. Segundo Arruda, apenas acrescentar a bandeira mais cara não elevaria o índice em meio ponto. “Vemos ainda diversos riscos”. Em seu cenário, o pico da inflação acumulada em 12 meses deve ocorrer entre junho e julho, quando o índice oficial deve se aproximar de 9% nessa medida.

Entre os fatores que apontam inflação mais elevada, o economista do BNP cita a discussão global sobre preços industriais pressionados, com estoques baixos, gargalos em cadeias e fretes elevados, por exemplo. Outro ponto incerto é como devem se comportar os preços dos serviços com o avanço da vacinação e a reabertura da economia no segundo semestre, acrescentou. No IPCA-15 de junho, a inflação dos serviços acumulou, em 12 meses, 2,16%, e o BNP projeta 3,5% para este ano e 4,5% no próximo.

## Arrecadação ajudará consolidação fiscal, promete Tesouro

Governo diz que quer reduzir endividamento, após forte aumento de gastos para bancar medidas de combate aos efeitos da pandemia



---

Apesar da forte pressão por aumento de gastos, o Tesouro Nacional destacou que o ganho de arrecadação, mesmo que seja temporário, deverá ser utilizado para acelerar o processo de consolidação fiscal e reduzir o endividamento, após forte aumento de gastos para bancar medidas de combate aos efeitos da pandemia.

“Neste ano, de acordo com o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao segundo bimestre de 2021, haverá um crescimento de quase um ponto percentual da receita líquida com redução da despesa primária, ambos como

proporção do PIB. Ou seja, o ganho de arrecadação, mesmo que seja temporário, deverá ser utilizado para acelerar o processo de consolidação fiscal do país para níveis de endividamento mais prudentes”, informou em documento que acompanhou a divulgação do resultado primário de maio.

O Tesouro lembra que no ciclo da alta das commodities de 2003 a 2010, por exemplo, a receita líquida aumentou 2,8 pontos percentuais como proporção do PIB e a despesa cresceu 3,1 pontos percentuais do PIB, sem descumprir regras fiscais. “Todo o ganho fiscal de arrecadação se refletiu no aumento de despesas.”

Em maio, o governo central registrou déficit de R\$ 20,9 bilhões, após dois meses de superávit. O desempenho foi bem melhor que o rombo de R\$ 126,6 bilhões apurado no mesmo mês de 2020. O resultado, observa o Tesouro, foi significativamente superior à mediana das expectativas da pesquisa Prisma Fiscal, que indicava déficit de R\$ 48,7 bilhões. No acumulado do ano, as contas ainda estão no azul. O superávit foi de R\$ 19,9 bilhões ante déficit de R\$ 222,5 bilhões do acumulado de janeiro a maio de 2020.

O resultado do mês passado, conforme o Tesouro, revela a manutenção na melhora das condições fiscais do governo central observada desde o início do ano. Esse movimento é ocasionado pelo desempenho “bastante robusto da receita, acompanhado de um nível de execução das despesas abaixo do patamar do ano

anterior". No mês, houve aumento real de 93,4% da receita líquida e queda de 31,4% nas despesas.

Pelo lado das receitas, a atividade mais forte e a alta dos níveis de preços dão o tom da elevação, diz a secretaria. Já a redução dos gastos "decorre da maior focalização das despesas de combate à pandemia, da postergação da execução de alguns programas com o atraso na aprovação do orçamento e do esforço do governo para o controle de despesas obrigatórias".

O secretário do Tesouro Nacional, Jeferson Bittencourt, afirmou que as receitas estão tendo um "um crescimento exuberante" e que a recuperação é disseminada. "Não vemos só recuperação das receitas administradas, mas também no RGPS e nas não administradas", afirmou. Ele destacou que em maio houve um aumento expressivo das receitas de dividendos e participações (R\$ 8,683 bilhões), assim como da exploração de recursos naturais (R\$ 4,511 bilhões).

Bittencourt defendeu ainda a manutenção do teto de gastos como instrumento fundamental para sinalizar a consolidação fiscal. Com a aproximação das eleições, ele disse entender a discussão sobre uma possível revisão do teto, mas enfatizou que "é difícil nos apresentar alternativa que mostre mais responsabilidade".

Ele afirmou que a folga estimada de R\$ 25 bilhões para o teto em 2022 está condicionada a uma série de variáveis ainda em aberto e que a margem para despesa no ano que vem será conhecida apenas no fim do ano. Qualquer nova despesa vai rivalizar com outras dentro do espaço estimado, acrescentou.

 COMENTÁRIOS

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

**Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente**

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

## Aneel reajusta bandeira tarifária em 52%

Em meio à crise de oferta, agência eleva preços para fazer frente ao aumento de custos da energia

Por Rafael Bitencourt — De Brasília

30/06/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem o aumento da cobrança adicional feita na conta de luz dos consumidores pelas bandeiras tarifárias. A medida foi tomada para cobrir a escalada de custos no setor elétrico decorrente da atual crise hídrica que afeta os reservatórios das grandes hidrelétricas.

A decisão não foi unânime. Com 4 votos a 1, a diretoria da agência elevou o valor da bandeira vermelha 2 dos atuais R\$ 6,24 para R\$ 9,49 a cada 100 quilowatt-hora e custo na fatura será cobrada já no



Questionada, a Aneel informou que essa variação resultará no acréscimo de 4,9% na conta de luz se considerada a tarifa média do consumidor residencial no Brasil.

Os diretores da agência sinalizaram ontem que a bandeira vermelha 2 deve vigorar pelo menos até novembro, com a expectativa de início do período chuvoso mais favorável. Além disso, o regulador já conta com a possibilidade de, mesmo com a previsão de arrecadar mais na conta de luz, ainda ficar com um passivo a ser coberto pelos reajustes tarifários do próximo ano.

As demais cores da bandeira tarifária também tiveram seus valores alterados - com exceção da verde, que não impõe cobrança adicional ao consumidor. A amarela subiu de R\$ 1,34 para R\$ 1,87 cobrado a cada 100 kWh consumidos e a vermelha 1 caiu de R\$ 4,16 para R\$ 3,97 a cada 100 kWh.

Ao tomar a decisão, a diretoria da Aneel informou que abrirá nova consulta pública para rever a regra de acionamento das bandeiras e voltar a calibrar os valores ao momento atual. O comando da agência chegou a sinalizar o aumento da bandeira vermelha 2 para R\$ 11,50 a cada 100 kWh, o que representaria a alta de 84% em relação à cobrança vigente.

Ontem, o diretor Sandoval Feitosa Neto, relator do caso, propôs o aumento de apenas 1,67% da bandeira vermelha 2, que passaria para R\$ 6,49/100 kWh. Segundo ele, era preciso discutir antes a mudança na metodologia das bandeiras tarifárias

para, só então, considerar um aumento maior para cobrir os efeitos financeiros da crise hídrica.

O diretor-geral da Aneel, André Pepitone, apresentou a proposta vencedora ao defender o aumento maior imediato. Segundo ele, adiar a decisão poderia resultar na definição de valores ainda mais altos para a bandeira vermelha a partir de agosto.

Para Pepitone, a declaração de emergência hídrica feita pela Agência Nacional de Águas (ANA) para os rios da região Sudeste, que reúne 70% da geração hidrelétrica do país, e o envio ontem da “MP do Apagão” (1.055/21) ao Congresso já permitem o ajuste nas bandeiras.

A diretora Elisa Bastos e também Hévio Guerra defenderam o ajuste na bandeira, sem esperar revisão da metodologia.

Já o diretor Efraim da Cruz chegou a propor que fosse mantido o valor atual da bandeira vermelha 2 até o fim do ano. Segundo ele, o saldo negativo que deveria superar R\$ 3 bilhões seria reconhecido, “sem problemas”, nos reajustes tarifários das distribuidoras programados para 2022.

Apesar de assumir uma postura mais conservadora inicialmente, Efraim votou a favor da alta maior da bandeira vermelha 2 em julho. Ele admitiu que, no ano passado, a agência suspendeu o sistema de bandeiras tarifárias durante a pandemia sem olhar para a metodologia.

“A gente meio que afastou a metodologia. Minha assessoria me alertou que eu fiz isso.. [risos]”, disse Efraim. O acionamento das bandeiras ficou suspenso pela agência por seis meses, entre junho e novembro. A agência considerou que houve uma redução expressiva na demanda por energia e a cobrança adicional poderia pressionar ainda mais a renda das famílias afetadas pelos efeitos econômicos da crise sanitária.

Se mantida a atual bandeira vermelha 2, o déficit na chamada Conta Bandeiras poderia superar R\$ 5 bilhões no fim do ano. O saldo negativo, além de impactar as

contas de luz no próximo ano, prejudicaria as distribuidoras, que teriam que “carregar” despesas até os reajustes tarifários.

 COMENTÁRIOS

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

### Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

### Companhias elétricas não querem que você saiba disso...

WWW.IZILIFE.COM.BR

LINK PATROCINADO

### Luz da injeção acesa? Esse dispositivo mostra e corrige o problema facilmente

PORTAL G7

LINK PATROCINADO

### Motoristas: Rastreador sem mensalidade preocupa seguradoras em Salvador

ACTIVETRACK

LINK PATROCINADO

### Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

### Crianças viciadas no celular? Novo brinquedo afasta os pequenos da tela

SWISSMADEBR

## Mais do Valor **Econômico**

### TechnipFMC fecha novo contrato com Petrobras para equipamentos no campos de Búzios

Segundo a empresa franco-americana, o contrato pode variar entre US\$ 250 milhões e US\$ 500 milhões